



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DOS SANTOS

REGIME DE INFORMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ NO BRASIL

JOÃO PESSOA

2020

RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DOS SANTOS

REGIME DE INFORMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Ética, Gestão e Políticas de Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Isa Maria Freire.

JOÃO PESSOA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
Elaborada por Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos (CRB-3 nº 1030)

S237r Santos, Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos.
Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil / Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos. – 2020.
160 f. : il. Color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, 2020.
Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.
Orientação: Profª. Dra. Isa Maria Freire.

1. Regime de informação. 2. Políticas públicas. 3. Políticas de informação. 4. LGBTI+. I.
Título.

CDU 02 (043)

RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DOS SANTOS

REGIME DE INFORMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Aprovada em: 26 / 03 / 2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Isa Maria Freire (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Profa. Dra. Gisele Rocha Côrtes (Membro Interno)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire (Membro Interno)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Carlos Wellington Soares Martins (Membro Externo)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Francisco Carlos Paletta (Membro Externo)
Universidade de São Paulo



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Defesa nº 39

Ata da Sessão de Defesa de Tese do Doutorando **RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DOS SANTOS** como requisito para obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação, Área de concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de Pesquisa em **Ética, Gestão e Políticas de Informação**.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte (26/03/2020), às dez horas, na sala virtual do Google Hangouts, conectaram-se através de videoconferência a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar o candidato ao Grau de Doutor em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, o doutorando **RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DOS SANTOS**. Devido a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), considerando as estratégias de distanciamento social para contenção pandêmica e considerando a Portaria N° 090/GR/REITORIA/UFPB, de 17 de março de 2020, a defesa ocorreu virtualmente através da plataforma Google Hangouts. A banca examinadora foi composta pelos professores: Dra. Isa Maria Freire – PPGCI/UFPB (Presidente/Orientadora); Dra. Gisele Rocha Cortes – PPGCI/UFPB (Membro Examinador Interno); Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire – UFPB (Membro Examinador Interno); Dr. Carlos Wellington Soares Martins – UFMA (Membro Examinador Externo); Dr. Francisco Carlos Paletta – USP (Membro Examinador Externo); Dr. Henry Pôncio Cruz de Oliveira – PPGCI/UFPB (Suplente Interno) e Dra. Gabriela Belmont de Farias – UFC (Suplente Externo). Dando início aos trabalhos, a Professora Dra. Isa Maria Freire, presidente da banca examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra ao candidato para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de dissertação intitulado: **"Regime de informação das políticas públicas estaduais para a população LGBTI+ no Brasil"**. Após a apresentação o candidato foi arguido na forma regimental pelos examinadores. Respondidas todas as arguições, a Professora Dra. Isa Maria Freire, presidente da banca examinadora, acatou todas as

observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(**X**)Aprovado ()Indeterminado ()Reprovado.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, Profa. Dra. Isa Maria Freire, presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim, como representante dos participantes da banca, juntamente com os pareceres de avaliação da tese e da defesa de tese do doutorando, devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital.

João Pessoa, 26 de março de 2020.

A handwritten signature in blue ink, reading "Isa Maria Freire", written in a cursive style.

Profa. Dra. Isa Maria Freire
Orientadora/Presidente da Banca Examinadora – PPGCI/UFPB

Aos meus avós Vicente e Francisca, (*in memoriam*), e aos meus pais Raimundo e Marlene, pelo amor incondicional, e por sempre, desde criança, me apontarem a educação e a busca por conhecimento como a trilha a ser percorrida na construção da minha cidadania e dignidade enquanto ser humano.

Vocês são a minha “força que nunca seca”.

Amanhã
A luminosidade
Alheia a qualquer vontade
Há de imperar

Amanhã
Está toda a esperança
Por menor que pareça
Que existe é pra vicejar

Amanhã
Apesar de hoje
Ser a estrada que surge
Pra se trilhar

Amanhã
Mesmo que uns não queiram
Será de outros que esperam
Ver o dia raiar

Amanhã
Ódios aplacados
Temores abrandados
Será pleno, será pleno
(Caetano Veloso)

AGRADECIMENTOS

A Jeová Deus, à Deusa, aos Deuses, a todos os Santos e Orixás. À força criadora, fonte da vida e de todo conhecimento.

Ao Rafael Moraes, que percorreu junto comigo toda a caminhada do sonho do doutorado. Pelos momentos de certeza quando eu tinha dúvidas. Pelas várias ocasiões quando eu estava entre Fortaleza-João Pessoa, e você cuidando de nosso lar e dos nossos filhotes: Spoty, Arya e T'challa. A eles também, pelas noites em que eu estava lendo, estudando ou mesmo escrevendo a tese, e eles chegavam e deitavam com a cabeça nos meus pés, me dando paz e tranquilidade.

À minha irmã Maria Ribeiro, presença diária em minha vida, sempre com momentos de cuidado, descontração e desabafos. À Mara Ribeiro e Francimário Ribeiro, que completam esse quarteto que a Dona Francisca tanto amava, pelos momentos de carinho e fraternidade compartilhados. Aos sogros Valquíria e João Alfredo, às cunhadas, Dalila Nágela e Fabíola Moraes, e aos cunhados Cleilson Alves e Válter Moreira, pelos momentos familiares em que estivemos reunidos. Aos sobrinhos/afilhados, João Heitor, João Vicente, Isadora e Maria Eduarda, que trouxeram ainda mais felicidade para nossa família!

À minha orientadora, Profa. Dra. Isa Maria Freire, uma verdadeira guia na trilha da Ciência da Informação, desde a caminhada no Mestrado. Sempre atenciosa, presencialmente ou via *e-mail* e *Whatsapp*, com palavras de reflexão e inspiração para a construção da pesquisa. Obrigado pelas mãos que teceram essa rede conceitual junto comigo, passando pelas oportunidades de aprendizagem no blog De Olho na CI, na revista Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (PBCIB) e no Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LT²). Obrigado por toda a atenção e olhar crítico nas leituras dos trabalhos para eventos e artigos de periódicos escritos, assim como no texto da tese. Obrigado pelo exemplo de respeito, atenção e carinho na relação entre Orientadora e Orientando.

Aos membros da banca examinadora, Profa. Dra. Gisele Rocha Côrtes, Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire, Prof. Dr. Francisco Carlos Paletta e Prof. Dr. Carlos Wellington Soares Martins, pela disposição em participar desse momento de avaliação e reflexões que engrandecerão ainda mais a construção da pesquisa.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Prof. Dr. Henry Pôncio e Profa. Gracy Kelli, bem

como aos servidores Franklin Duarte e Alinny Costa. Grato pelo acolhimento, dedicação, competência e comprometimento voltados para a excelência da gestão e desenvolvimento da Pós-Graduação em Ciência da Informação na UFPB. Aos professores do PPGCI UFPB, em especial aqueles que reencontrei em sala de aula por ocasião das disciplinas cursadas no doutorado.

À Direção do Sistema de Bibliotecas da UFC e à Direção da Biblioteca Central do Campus do Pici, especialmente Islânia Castro, Isabela Nascimento e Jonatan Soares. Sempre compreensivos com meu afastamento da instituição e pela ajuda nos trâmites burocráticos.

À minha 'família' paraibana, Kennyton John, Leyde Klébia, Khyrebos e Kleysa, que me acolhiam em seu lar semanalmente durante as viagens para João Pessoa, sempre compartilhando momentos de muita fraternidade. Muitíssimo grato, por toda a vida. Sem vocês, esse sonho não se tornaria realidade.

Aos colegas da turma 2016 dos cursos de Doutorado e Mestrado do PPGCI UFPB, nas várias conversas entre as aulas, troca de mensagens, cafezinhos, compartilhamento de informações e ajuda nos momentos complexos: Stphanie Sá, Márcia Saeger, Alex William, Rafael Câmara, Ráisa Mendes, Vitória Gomes, Giselle Arantes, Jaqueline Rimá, Sanderli Silva e Rosa Munguambe. Em especial a Livia Pacheco, companheira desde o Mestrado, pela amizade, apoio mútuo e profunda solidariedade durante esses quatro anos de caminhada no doutorado.

Aos amigos do Círculo de Viena e da minha turma 2012 de mestrado no PPGCI UFPB, desde então compartilhando momentos de amizade, inclusive na jornada do doutorado: Cláudio Augusto, Odete Mayra, Wendia Oliveira, Jobson Minduim, Jofrany Dayana, Susiquine Silva, Edilson Melo, Jussara Ventura, Lúcia Maranhão e Sale Mario.

Aos amigos que contribuíram com seu incentivo, sua solidariedade e torcida sincera durante os quatro anos desta caminhada. Aos amigos do Blog De Olho na CI, PBCIB e LT*i*: Pablo Matias, Leogilson Alves, Rafael Silva, Gregorio Goldman e Niedja Barros, verdadeiros nós dessa rede voltada para a Ciência da Informação e a Inclusão Social liderada pela Profa. Dra. Isa Freire. Agradecimento especial à Jayro Pita, pela ajuda na postagem de nossa ação de informação no Portal LT*i*. Ao amigo Gláucio Barreto, também bibliotecário e técnico administrativo da Educação como eu, por tantos diálogos sobre gênero, diversidade sexual e pessoas LGBTI+. Você me inspira na construção de uma Biblioteconomia Social.

Aos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Roussef, pelos investimentos em Educação que percorreram comigo a caminhada desde a entrada na graduação em Biblioteconomia, passando pela aprovação no concurso para Técnico Administrativo em Educação, a Especialização, o Mestrado e até o começo do Doutorado.

A todas, todos e todes, que indiretamente contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa: as lésbicas, travestis, *drag queens* e gays que enfrentaram a polícia nova-iorquina na Rebelião de Stonewall em 1969; às bichas afeminadas que são linha de frente do movimento LGBTI+ diante da sociedade; e àqueles que desbravam as questões de gênero, diversidade sexual e pessoas LGBTI+ na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

RESUMO

Analisa o regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil, identificando os elementos que o compõem (contextos, atores sociais, dispositivos de informação, artefatos de informação e ações de informação). Fundamentado na rede conceitual da Ciência da Informação, o referencial teórico relaciona os conceitos de políticas públicas, políticas de informação, regime de informação, gênero e diversidade sexual. A metodologia propõe a postura do paradigma indiciário para o desenvolvimento da pesquisa, classificando-a como quali-quantitativa, quanto à sua abordagem; aplicada, quanto à sua natureza; descritiva, quanto aos seus objetivos; bibliográfica/documental e pesquisa-ação, quanto aos seus procedimentos. A coleta de dados foi realizada através do brauseio, navegando, identificando e coletando dados em portais da *web* e *sites* do Governo Federal e governos estaduais e de outros atores sociais do campo da pesquisa, com informações complementares de levantamento bibliográfico/documental. Reunimos os dados coletados em dois conjuntos, visando sua organização, análise e interpretação. Inicialmente apresentamos um mapeamento das políticas públicas brasileiras para a população LGBTI+, em nível nacional e estaduais. A seguir, apresentamos uma reconfiguração do modelo do regime de informação, que junto ao mapeamento, permitiu descrevermos o regime de informação das políticas públicas LGBTI+. Concluímos apontando o impacto da informação como vetor para inclusão, protagonismo, construção da cidadania e redução de desigualdades, que pode contribuir ao enfrentamento da homofobia, da visão dominante de gênero e do machismo, promovendo a diversidade em todas as esferas da sociedade, inclusive na própria Ciência da Informação.

Palavras-chave: Regime de informação. Políticas públicas. Políticas de informação. Gênero. Diversidade sexual. LGBTI+.

ABSTRACT

It analyzes the information regime of LGBTI+ public policies in Brazil, identifying the elements that compose it (contexts, social actors, information devices, information artifacts and information actions). Based on the conceptual network of Information Science, the theoretical framework relates the concepts of public policies, information policies, information regime, gender and sexual diversity. The methodology proposes the paradigm evidentiary approach to the development of research, classifying it as qualitative and quantitative, about their approach; applied, as to its nature; descriptive, regarding its objectives; bibliographic / documentary and action research as to their procedures. Data collection was performed by brauseio, browsing, identifying and collecting data in portals and web sites of the Federal Government and state governments and other social actors in the research field, with additional information in bibliographic / documentary. We gathered the data collected in two sets, aiming at its organization, analysis and interpretation. Initially, we present a mapping of Brazilian public policies for the LGBTI+ population, at national and state levels. Next, we present a reconfiguration of the information regime model, which together with the mapping, allowed us to describe the information regime of LGBTI+ public policies. We conclude by pointing out the impact of information as a vector for inclusion, protagonism, building citizenship and reducing inequalities, which can contribute to tackling homophobia, the dominant view of gender and machismo, promoting diversity in all spheres of society, including in Information Science.

Keywords: Information regime. Public Policies. Information policies. Gender. Sexual diversity. LGBTI+.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Rede conceitual da tese	25
Figura 2	Representação gráfica do modelo de regime de informação	59
Figura 3	Dimensões de gênero e sexualidade	74
Figura 4	Site da Coordenação de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual de São Paulo	108
Figura 5	Áreas de atuação da Secretaria de Desenvolvimento Social de Goiás	110
Figura 6	Folheto da campanha Maio: Mês da Diversidade	111
Figura 7	Legenda da representação gráfica do modelo de regime de informação	117
Figura 8	Novo modelo do regime de informação	118
Figura 9	Atores sociais	123
Figura 10	Seção Legislação no site da DPLGBT	124
Figura 11	Dispositivos de informação	128
Figura 12	Modelo do cartaz anti-homofobia na Paraíba	130
Figura 13	Artefatos de informação	132
Figura 14	Interface do aplicativo TODXS	134
Figura 15	Ações de informação	135
Figura 16	Cartaz da campanha Ceará de TODXS	137
Figura 17	Menu LGBTI+ no LT <i>i</i>	140
Figura 18	Interface da seção Mapeamento das políticas públicas LGBTI+ no LT <i>i</i>	141
Figura 19	Interface da seção Produção científica LGBTI+ na CI no LT <i>i</i>	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Principais marcos sobre políticas de informação no Brasil	45
Quadro 2	Subdomínios da política de informação	50
Quadro 3	Teleologia das ações de informação	62
Quadro 4	Artigos nacionais sobre diversidade sexual na Ci	86
Quadro 5	Teses e dissertações sobre diversidade sexual na CI	89
Quadro 6	Principais marcos das políticas públicas LGBTI+	99
Quadro 7	Coordenadorias estaduais LGBTI+: Região Sul	104
Quadro 8	Coordenadorias estaduais LGBTI+: Região Sudeste	106
Quadro 9	Coordenadorias estaduais LGBTI+: Região Centro-Oeste	108
Quadro 10	Coordenadorias estaduais LGBTI+: Região Norte	112
Quadro 11	Coordenadorias estaduais LGBTI+: Região Nordeste	114
Quadro 12	Categorização dos elementos do regime de informação	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AIDS	Acquired Immune Deficiency Syndrome
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APA	Associação Norte-Americana de Psiquiatria
APL	Arranjo Produtivo Local
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
BSH	Programa Brasil Sem Homofobia
CAPRE	Coordenação de Atividades de Processamento de Dados
CI	Ciência da Informação
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNCDPD-LGBTI+	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTI+
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPLGBT	Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FID	International Federation for Information and Documentation
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GGB	Grupo Gay da Bahia
GT	Grupo de Trabalho
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

LAI	Lei de Acesso à Informação
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero
LTi	Laboratório de Tecnologias Intelectuais
MDH	Ministério dos Direitos Humanos
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
PADCT	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNPCDH-	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SNICT	Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica
SocInfo	Programa Sociedade da Informação
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
STF	Supremo Tribunal Federal
TAR	Teoria Ator-Rede
TGEU	Rede Transgender Europe
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Contextualização	17
1.2	Problematização e hipótese	21
1.3	Objetivos	21
1.3.1	<i>Objetivo geral</i>	21
1.3.2	<i>Objetivos específicos</i>	22
1.4	Justificativa	22
1.5	Rede conceitual e estrutura da tese	24
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
2.1	O paradigma indiciário	28
2.2	Natureza da pesquisa	30
2.3	Coleta e análise dos dados	33
3	POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO	36
4	SOBRE O REGIME DE INFORMAÇÃO	53
5	GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E PESSOAS LGBTI+	66
5.1	Os estudos sobre gênero	66
5.2	Sexualidade e diversidade sexual	71
5.3	Estabelecendo um foco: a diversidade sexual e o Movimento LGBTI+	75
5.4	Estudos sobre gênero e diversidade sexual na Ciência da Informação	84
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	92
6.1	O campo da pesquisa: mapeamento das políticas públicas LGBTI+ no Brasil	93
6.1.1	<i>Panorama nacional</i>	94
6.1.2	<i>Panorama dos estados</i>	104
6.2	Regime de informação das políticas públicas LGBTI+	117
6.2.1	<i>Contextos</i>	120
6.2.2	<i>Atores sociais</i>	122

6.2.3	<i>Dispositivos de informação</i>	127
6.2.4	<i>Artefatos de informação</i>	131
6.2.5	<i>Ações de informação</i>	134
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
	REFERÊNCIAS	148

1 INTRODUÇÃO

A libertação é uma praxis: a acção e reflexão de homens e mulheres sobre o seu mundo, a fim de transformá-lo. (Paulo Freire)

Iniciamos nossa jornada contextualizando a pesquisa no tear inter e multidisciplinar da Ciência da Informação (CI), detalhando a problematização, a hipótese, os objetivos e a justificativa para sua realização, entrelaçando os atratores de nossa rede conceitual que fundamentam a tese no campo científico em voga e apresentando a estrutura de seu documento final.

1.1 Contextualização

A sociedade contemporânea tem experimentado o desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e de comunicação, sendo caracterizada com denominações variadas: sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem, sociedade em rede, sociedade pós-moderna, sociedade líquida, dentre outras. Ao caracterizá-la como 'sociedade em rede', Castells (2000) cita uma estrutura social informacional, formada pelas tecnologias de informação e comunicação que possibilitam a construção de redes com grande fluxo de informação e conhecimento.

Independentemente da designação adotada, desde a Segunda Guerra Mundial, a informação tem sido o alicerce fundamental na ordem mundial, que tem passado por diversos outros momentos de rupturas de paradigmas, repensando diversas concepções normativas, inclusive àquelas ligadas à sexualidade humana, gênero e identidade. Foucault (2005) relacionou o desenvolvimento do capitalismo com a segmentação das pessoas a partir de suas práticas sexuais, reforçando a relação entre poder, gênero e sexualidade: quem não se encaixa no padrão de sexualidade considerado "normal", a heterossexualidade, de imediato transforma-se em pária na sociedade.

Historicamente, a partir do final do século XIX, as instituições de regulação social, como a ciência e as religiões, reforçaram a adoção do termo homossexualismo, com o intuito explícito ou implícito de apontar como pecado ou enfermidade o

relacionamento afetivo-sexual entre pessoas de um mesmo sexo. Lembrando que na linguagem médica especializada, o sufixo ismo relaciona-se com algum tipo de doença ou mesmo anomalia, indicando que a palavra 'homossexualismo' estaria relacionando as práticas homossexuais com uma patologia. Reforçamos o uso do termo 'homossexualidade' para designar a orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo biológico ou identidade de gênero (REIS, 2018).

No século XX, surgem os estudos sobre gênero no seio do movimento feminista, encontrando um campo fértil para desenvolvimento no meio acadêmico, sendo comumente atrelado ao campo científico das Ciências Sociais, Ciências da Saúde, Psicologia e Educação. Esses estudos propunham uma visão de gênero enquanto construção social e categoria de análise, buscando diferenciar a dimensão biológica (anatomia definindo machos e fêmeas) da dimensão social e cultural (construção social sobre ser homem e sobre ser mulher). Dessa forma, os estudos de gênero permitem analisar as diferentes civilizações, em diversos períodos históricos, e os diversos fenômenos sociais como o trabalho, a religião, a política, a educação, as guerras, a saúde, a sexualidade, bem como a esfera pública e privada das pessoas etc. (REIS, 2018).

Nesse contexto, os estudos sobre gênero, diversidade sexual e o grupo social reunido sob a sigla LGBTI+ vem se tornando temas relevantes para a Ciência da Informação, considerando a informação como um elemento-chave para a construção da cidadania, contra o preconceito, o machismo e a discriminação. Seguimos as orientações do *Manual de Comunicação LGBTI+*, publicado em 2018 pela Aliança Nacional LGBTI+ e a Rede GayLatino, quanto ao uso da sigla LGBTI+, referindo-se ao grupo social formado por lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais e demais pessoas que não se encaixam nas classificações para a orientação sexual, identidade e expressão de gênero (como travestis, *drag queens*, *drag kings*, *crossdressers*, transformistas, agênero, gênero fluido, *queer*, não-binário e outras) (REIS, 2018).

Evidencia-se que a CI, enquanto uma Ciência Social Aplicada, pode propor e desenvolver pesquisas sobre os fenômenos e grupos sociais em pauta, cumprindo com sua responsabilidade social de campo científico (FREIRE, 2001, 2004). A temática da responsabilidade social tem sido alvo de muitos estudos em diversas áreas do conhecimento, pautando suas agendas de pesquisas, de forma que o

conhecimento científico possa contribuir para um mundo com diversidade, ética, sustentabilidade e com mais qualidade de vida para os cidadãos.

Na realidade, a Ciência da Informação desde seus primórdios tem desenvolvido estudos acerca de sua responsabilidade social. Para Cronin (2008), a perspectiva social na CI está presente desde os estudos da Biblioteconomia e, posteriormente, da Documentação. Harold Borko (1968), na obra *Information science: what is it?*, informa que a Ciência da Informação é um campo científico que tem como função social apoiar o avanço das demais áreas de conhecimento, devido ao seu domínio dos processos de comunicação, disseminação e compartilhamento de informações.

Wersig e Nevelling (1975, p. 134) corroboram com Borko: “o problema de transmissão do conhecimento, para aqueles que dele necessitam, é uma responsabilidade social, e esta responsabilidade social parece ser o real fundamento da Ciência da Informação”. Wersig (1993, p. 234) avança na discussão, ao destacar que a Ciência da Informação

[...] exige o desenvolvimento de perspectivas que considerem a resolução de problemas internos ao campo científico e a estruturação do campo a partir dessa visão. [...] Estratégias têm que ser desenvolvidas para lidar com problemas sob condições caóticas, usando os conceitos disponíveis, ou “atratores”, para organizá-los.

Freire (2004), ressalta que a CI tem como função social a facilitação da comunicação da informação e do conhecimento:

[...] embora a informação sempre tenha sido uma poderosa força de transformação, o capital, a tecnologia, a multiplicação dos meios de comunicação de massa e sua influência na socialização dos indivíduos deram uma nova dimensão a esse potencial. Com isso, crescem as possibilidades de serem criados instrumentos para transferência efetiva da informação e do conhecimento, de modo a apoiar as atividades que fazem parte do próprio núcleo de transformação da sociedade.

González de Gomez (2003, p. 32) confirma essa dimensão social da informação, ao colocar que a CI deve atuar como ciência que se ocupa com questões informacionais, propondo estratégias numa sociedade cada vez mais complexa e globalizada:

A Ciência da Informação [...] estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, enquanto “informação” for definida por ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam, aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem [...] o que se denomina informação constitui-se a partir das formas culturais de semantização de [...] experiência do mundo e seus desdobramentos em atos de enunciação, de interpretação, de transmissão e de inscrição.

Portanto, a Ciência da Informação, tendo por base os territórios já ocupados pela Biblioteconomia e demais áreas inter e multidisciplinares com as quais dialoga, atua “para uma responsabilidade social que ultrapasse os tradicionais sistemas de recuperação da informação” e se ocupe de uma agenda científica voltada para a compreensão do mundo e a solução de problemas cada vez mais complexos que emergem a cada dia, como por exemplo a inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados (SERAFIGIM; FREIRE, 2012, p. 166).

A partir desse cenário, retornamos a Wersig (1993), que ao colocar a responsabilidade social como cerne da Ciência da Informação, a caracteriza como ciência pós-moderna que lida com problemas contemporâneos e não somente preocupada com conceitos e enunciados.

[...] a informação é um fenômeno que não se prende facilmente a conceitos e teorias gerais, estando relacionada a todas as áreas do conhecimento e se moldando aos interesses de cada uma delas. Além da dificuldade advinda da dinâmica própria ao seu objeto de estudo, construído a partir do olhar de várias disciplinas com as quais a Ciência da informação se relaciona, há uma complexa relação com o contexto histórico da sociedade ocidental, o que resulta em uma multiplicidade de abordagens (FREIRE; FREIRE, 2009, p. 9).

Dentre essas novas questões desse cenário de transformação do mundo, da sociedade e dos campos científicos, destacamos as concepções de políticas de informação e regime de informação, sobre os quais a Ciência da Informação tem construído um arcabouço teórico abrangente sobre diversas bases empíricas que nos permitem estabelecer uma base comum junto com a área de Políticas Públicas (FROHMAN, 1995; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; BRAMAN, 2004a).

De acordo com Braman (2004a), a concepção da informação como força constitutiva da sociedade contemporânea contribui na compreensão de que as políticas de informação têm seu papel elevado na construção de uma sociedade menos desigual, objetivo das políticas públicas. Nesse sentido, o regime de informação é o caminho para entendimento das políticas de informação, privilegiando os contextos, os atores sociais, as regras, o fluxo informacional e as relações de poder dentro do quadro político administrativo das políticas públicas.

1.2 Problematização e hipótese

Contextualizando com o cenário supracitado, propomos a seguinte questão de pesquisa: Como está estruturado o regime de informação das políticas públicas voltadas para a população LGBTI+ no Brasil?

Partindo dessa problemática central, propomos as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

O Governo Federal e os estados brasileiros desenvolvem políticas públicas voltadas para a população LGBTI+?

É possível repensar o modelo do regime de informação comumente utilizado na Ciência da Informação?

Quais atores sociais, artefatos, dispositivos e ações de informação podem ser identificadas nesse contexto?

O ponto de partida da pesquisa é a hipótese de que as políticas públicas voltadas para a população LGBTI+ no Brasil se desenvolvem a partir de um regime de informação emergente e em constante transformação, regulado por dispositivos e constituído por ações de informação contextualizadas e que podem ser abordadas na perspectiva da interação entre atores sociais no processo de produção, organização e disponibilização de artefatos de informação, revelando um espaço de luta e poder entre a agenda do movimento LGBTI+ e o movimento conservador.

1.3 Objetivos

Estabelecemos os objetivos norteadores do percurso da pesquisa, desde o geral aos específicos, como segue.

1.3.1 Objetivo geral

Analisar o regime de informação emergente das políticas públicas voltadas para a população LGBTI+ no Brasil.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) mapear o quadro administrativo das políticas públicas para a população LGBTI+ no Brasil, no âmbito do Poder Executivo federal e estaduais;
- b) descrever o modelo de regime de informação de Delaia (2008), e apresentar uma proposta de reconfiguração do modelo;
- c) identificar os elementos que compõem o regime de informação de nosso campo de pesquisa: os atores sociais e as ações de informação, os dispositivos de informação e os artefatos de informação; e
- d) propor uma ação de informação através do compartilhamento dos dados coletados e dos resultados mediante a produção de um menu LGBTI+ no Portal do Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LT^í).

1.4 Justificativa

Estamos fundamentados nas reflexões epistemológicas citadas anteriormente, de Wersig e Nevelling (1975), Wersig (1993) e Freire (2001, 2004), que abordam a responsabilidade social da Ciência da Informação enquanto campo científico. Saracevic (1996, p. 41), por sua vez, aponta que a abordagem na solução de problemas tem sido uma característica da Ciência da Informação:

[...] Um campo é definido pelos problemas que são propostos e a ciência da informação é definida como um campo englobando tanto a pesquisa científica quanto a prática profissional, pelos problemas que propõe e pelos métodos que escolheu, ao longo do tempo, para solucioná-los.

De acordo com Capurro e Hjørland (2007), sendo uma ciência ainda jovem, a CI vem buscando demarcar seu objeto de estudo, fortalecendo seu campo científico e sedimentar-se perante a comunidade científica. Sendo incluída entre as Ciências Sociais Aplicadas, e tendo como objeto de estudo a informação, a CI deve ultrapassar seu paradigma físico, atendo-se também ao seu paradigma social, no sentido de se debruçar sobre as relações entre grupos sociais, documentos, contextos, discursos, organizações e a informação.

Ademais, a informação, é um fator essencial que conduz ao empoderamento de atores sociais, bem como à construção e reconhecimento de identidade e cidadania na sociedade contemporânea para todos os grupos sociais, com ênfase

para as denominadas minorias sociais, por estarem, permanentemente, à mercê da exclusão, da discriminação, do preconceito e até mesmo da violência. Portanto, a Ciência da Informação tem a responsabilidade de pesquisar e propor políticas e ações de informação que contribuam para a inclusão dos diversos grupos sociais, como as pessoas LGBTI+, na sociedade da informação.

Conforme pesquisa realizada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)¹, as pesquisas na CI sobre a temática gênero e diversidade sexual são ainda incipientes e dispersas, apesar de algumas ações recentes que vêm se desenvolvendo. Identificou-se nos periódicos nacionais, iniciativas seminais da abordagem dos estudos sobre gênero na CI, ligadas às questões do papel da mulher na ciência e as diferenças de gênero na produção e âmbito acadêmicos (ESPÍRITO SANTO, 2008; BUFREM; NASCIMENTO, 2012). Outras questões, como a diversidade sexual e pessoas LGBTI+, têm aparecido, ainda que de forma recente e periférica, nos artigos nacionais e na produção científica dos Programas de Pós-Graduação em CI, apesar do aumento gradativo que vem ocorrendo desde 2016, ano de início da presente pesquisa (detalhamos na Seção 5.3 e nos Quadros 4 e 5).

Nesse contexto, esta pesquisa trata de tema com caráter original no campo da CI, dialogando políticas e regime de informação com estudos sobre gênero e o grupo social representado pela sigla LGBTI+. A nosso ver, é de interesse do campo científico o desenvolvimento de estudos e pesquisas na temática proposta, inclusive indo ao encontro da linha de pesquisa Ética, Gestão e Políticas de Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, que tem como ementa: “Teorias, metodologias e tecnologias voltadas à ética e responsabilidade social, à gestão da informação e do conhecimento, às políticas de informação e às redes sociais organizacionais.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2018).

A importância da temática das políticas de informação também está expressa no Grupo de Trabalho (GT) Política e Economia da Informação, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). O GT tem a seguinte ementa:

Políticas e regimes de informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da

¹ Disponível em: <http://www.brapci.inf.br>. Acesso em: 22 jan. 2019.

informação e da comunicação. Produção colaborativa. Poder, ativismo e cidadania. Conhecimento, aprendizagem e inovação. Ética da informação. Informação e ecologia.²

Para Frohmann (1995), entender como se origina e se estabiliza um regime de informação, quais seus elementos e contextos envolvidos e como acontece as relações entre grupos sociais plurais, a estabilização de conflitos e formas de poder é a genealogia para o entendimento das políticas de informação, visando alcançar um nível mais eficiente do poder público, fomentando o acesso democrático à informação.

Enquanto trabalho interdisciplinar, dialogamos com o campo das Políticas Públicas, ampliando a os horizontes e complexidade da temática das políticas de informação, para entender o cenário das políticas públicas, sejam políticas de governo ou políticas de Estado, macro e micropolíticas, políticas locais e nacionais e políticas regionais e globais.

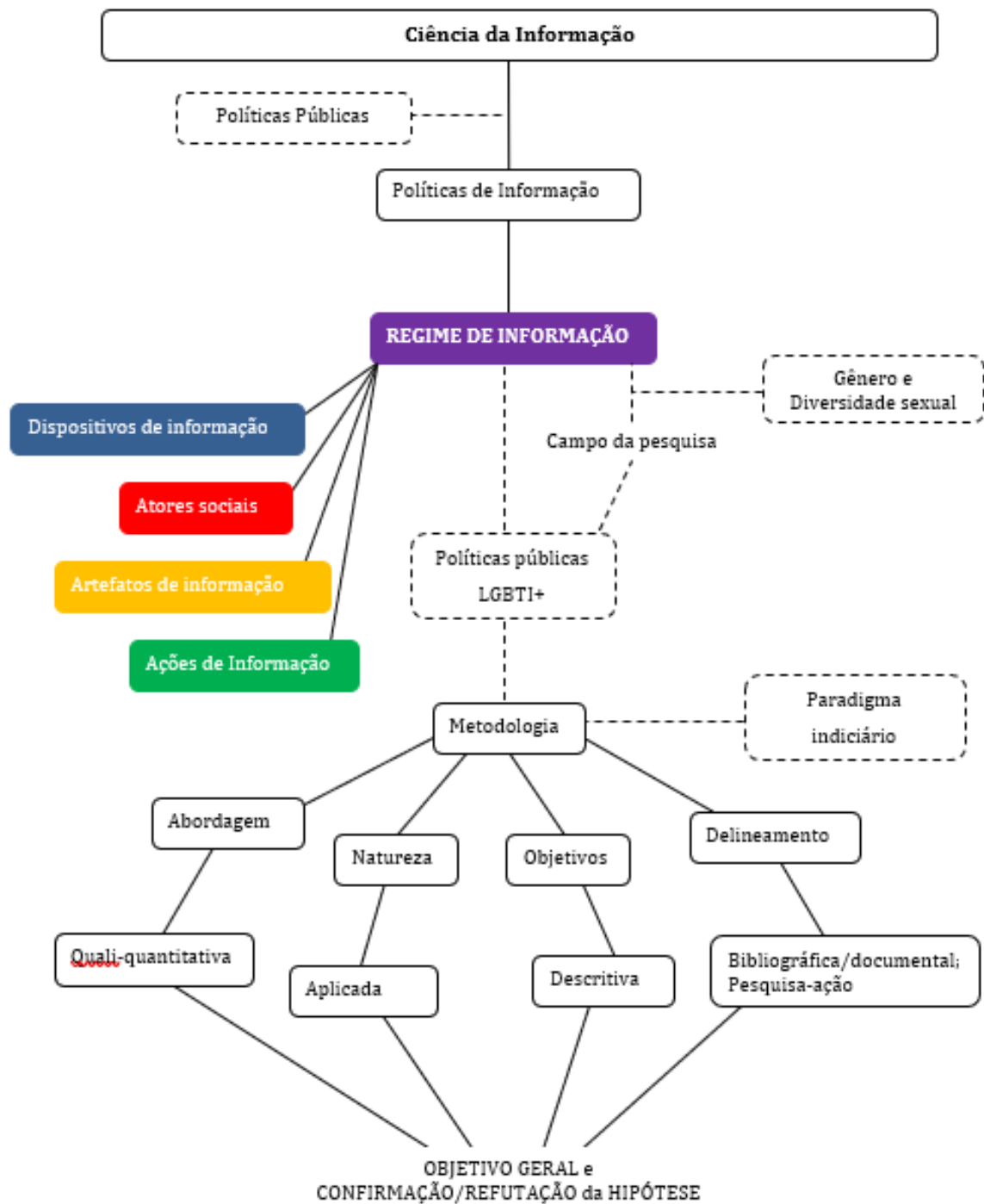
Por fim, resgatamos Boaventura de Sousa Santos (1999, p.53) e seu paradigma emergente, onde “todo conhecimento é auto-conhecimento” e “[...] o caráter autobiográfico e auto referenciável da ciência é plenamente assumido.” Assim, incluo minha trajetória de vida, formação, relações, valores, crenças e identidade, enquanto homem branco, cisgênero e homossexual como elemento fundamental de influência na escolha de construção desta pesquisa.

1.5 Rede conceitual e estrutura da tese

Visando alcançar os objetivos específicos propostos, o desenvolvimento da tese alinha as orientações Freire (2001) com as recomendações de Wersig (1993, p. 231) para a Ciência da Informação, tecendo uma rede de conceitos científicos, entrelaçando os fios teórico e empírico, para ilustrar o arcabouço teórico com a metodologia proposta, formando uma “rede ainda mais inclusiva e mais apertada, de modo a aumentar seu caráter científico.” A Figura 1, a seguir, apresenta a rede conceitual da tese:

² Disponível em: <http://gtancib.fci.unb.br/index.php/gt-05>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Figura 1 – Rede conceitual da tese



Legenda: Linhas cheias: relações diretas.

Linhas pontilhadas: relações indiretas.

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

Conforme a rede conceitual da tese (Figura 1), a pesquisa situa-se no campo da Ciência da Informação, tendo como atrator conceitual central o termo Regime de Informação (FROHMANN, 1995, 2008; BRAMAN, 2004; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2015, 2008; DELAIA, 2008; FREIRE, 2013b, 2016; DELAIA; FREIRE, 2010) e sua relação com os demais conceitos que formam a rede teórica e empírica: Políticas Públicas e Políticas de Informação (AUN, 2003; JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009; MULLER; SUREL, 2004; RUA, 2001; SECCHI, 2010); Gênero, Diversidade Sexual e pessoas LGBTI+ (SCOTT, 1990a, 1990b; LOURO, 1997; BUTLER, 2003; SAFFIOTI, 1992; FACCHINI, 2005; PEREIRA, 2016, 2017).

Seguimos o paradigma indiciário enquanto abordagem metodológica que nos guiou na identificação e coleta de evidências que revelam um padrão que une os fios da pesquisa no tear conceitual da Ciência da Informação, desvendando a realidade de nosso campo de investigação, articulando e relacionando a teoria com a realidade empírica. Dessa forma, buscamos lançar luz em uma rede teórica que abarque estes conceitos e fundamente a compreensão do regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil, destacando os contextos envolvidos, as relações de poder e os elementos que o formam.

Sendo uma pesquisa quanti-qualitativa, lidamos com dados mensuráveis sobre a existência (ou não) de políticas públicas para a população LGBTI+ nos estados brasileiros, fundamentados na compreensão teórica sobre o regime de informação, políticas públicas e políticas de informação construída por meio de pesquisa bibliográfica/documental. Como pesquisa descritiva, delinearemos o regime de informação das políticas públicas para a população LGBTI+ no Brasil, estabelecendo relações entre o referencial teórico e os dados coletados. Por fim, caracterizando a tese como uma pesquisa aplicada e pesquisa-ação, propomos uma ação de informação para nosso campo, que contemple a disseminação das informações coletadas e dos resultados alcançados. Assim, a pesquisa se articula em nível operacional com a rede de projetos de ensino, pesquisa e extensão do Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LT¹), em desenvolvimento no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

O documento final da tese está organizado em sete seções. Nesta primeira seção, *Introdução*, explicitamos a problematização, as questões norteadoras, a hipótese da pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, as justificativas no campo científico da CI e a rede conceitual teórico-metodológica.

Na segunda seção, *Procedimentos metodológicos*, descrevemos a natureza da pesquisa, o universo e o campo selecionado, bem como os instrumentos de coleta e análise dos dados, que nos permitirão articular teoria e realidade empírica, fundamentados no paradigma indiciário e nos estudos acerca do regime de informação enquanto instrumento teórico-metodológico para análise do campo da pesquisa.

Na Seção 3, contextualizamos a pesquisa nos estudos sobre Políticas de Informação, área transversal apresentada a partir de dois campos de conhecimento: Ciência da Informação e Políticas Públicas. Entendemos como os estudos sobre políticas públicas buscam entender a interação entre Estado e Sociedade, compreendendo a gênese, elaboração, implementação e avaliação de ações públicas, em um cenário de conflitos, poder, controle e busca por consenso e equilíbrio entre forças.

A quarta seção explana sobre os estudos de gênero, dialogando com diversos autores que abordam o conceito de gênero, bem como sua relação com a sexualidade humana, orientação sexual, identidade e expressão de gênero. Aborda-se ainda as políticas públicas e o movimento LGBTI+ no Brasil e no mundo.

Na Seção 5, *Sobre o regime de informação*, aprofundamos a pesquisa na área da Ciência da informação e os estudos que abordam o regime de informação enquanto instrumento teórico-metodológico para apropriação do campo da pesquisa e gênese das políticas de informação.

A sexta seção, *Apresentação e análise dos resultados*, traz um mapeamento das políticas públicas brasileiras para a população LGBTI+, em nível nacional e estaduais. Em seguida, reconfiguramos o modelo do regime de informação, que junto ao mapeamento, permitiu delinear o regime de informação das políticas públicas LGBTI+.

A sétima e última seção, *Considerações finais*, revisa o alcance dos nossos objetivos e o resultados alcançados, deixando, sem o embargo da comprovação da hipótese, algumas reflexões (in)conclusivas a respeito das temáticas abordadas para o campo científico da Ciência da Informação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria. (Paulo Freire)

O método deve permitir ao pesquisador compreender o fenômeno escolhido para pesquisa, na busca por respostas à problematização construída, para comprovar ou refutar as hipóteses levantadas e alcançar os objetivos propostos. Nesse contexto, propomos adotar o paradigma indiciário enquanto postura metodológica para ancorar o desenvolvimento da pesquisa, apresentando a seguir a natureza da pesquisa, a coleta de dados e a análise dos resultados.

2.1 O paradigma indiciário

O historiador italiano Carlo Ginzburg cunhou a expressão ‘paradigma indiciário’, em 1979, em um ensaio intitulado *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, para referir-se a um modelo epistemológico que era desenvolvido nas Ciências Humanas, Medicina e outras áreas, mas que na realidade remontava aos princípios da história da humanidade. Segundo Ginzburg (1990, p. 151):

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo. Na falta de uma documentação verbal para se pôr ao lado das pinturas rupestres e dos artefatos, podemos recorrer às narrativas de fábulas, que do saber daqueles remotos caçadores transmitem-nos às vezes um eco, mesmo que tardio e deformado.

O autor assinala que o desenvolvimento do conhecimento humano, tão antigo quanto a própria humanidade, tem início por meio de indícios, ou seja, sinais ou pistas. Identificar sinais de inimigos, preparar armadilhas para caça, observar os astros etc., garantiu a sobrevivência do homem pré-histórico, bem como a evolução de sua inteligência.

Ginzburg (1990) exemplifica de que forma o paradigma indiciário está presente em algumas áreas de conhecimento: a Medicina busca sinais de patologia que um

corpo apresenta através de sintomas, como febre, dores, manchas etc., ou através de exames que possam indicar um diagnóstico e pesquisar tratamentos. Similarmente, na Criminologia, as pistas deixadas na cena de um crime são utilizadas por um perito criminal na resolução do caso. Nas Artes, ao averiguar a autenticidade de uma obra, como um quadro, o crítico de arte busca identificar indícios característicos e particulares do pintor em voga.

Ao ser transportado para o campo científico, o paradigma indiciário propõe uma postura metodológica para o fazer científico do pesquisador, seguindo a intuição (empírica e racional), num trabalho similar ao de rastreamento de sinais de um caçador. Segundo Araújo (2006, p. 9) o paradigma indiciário

[...] se traduz em um saber de tipo venatório [relativo à caça], caracterizado pela capacidade de a partir de dados aparentemente irrelevantes, descrever uma realidade complexa que não seria cientificamente experimentável. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal que possa se traduzir numa seqüência narrativa [...].

Observamos, que ao continuar com sua analogia, Ginzburg (1990, p. 152) nos lembra que os indícios coletados pelo caçador resultam na construção de uma seqüência narrativa, como contar uma história, descrever comportamentos ou situações (por exemplo, a identificação da existência de um animal em um território). O autor propõe que “o caçador teria sido o primeiro a “narrar uma história” porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos”.

Sob o paradigma indiciário, a pesquisa é composta por fios, comparada por Ginzburg (1990) aos fios de um tapete, o que nos lembra a abordagem da rede conceitual que Wersig (1993) propõe para a Ciência da Informação. Segundo Ginzburg (1990, p. 152)

Colocados os conceitos básicos e definido o campo onde se realiza a investigação, enfim reunidos os indícios ou pistas do objeto de estudo, a visão do observador verá tomar forma uma “trama densa e homogênea” que será tecida no tear do quadro do referencial teórico. A coerência do padrão desenhado pela visão do observador é verificável percorrendo-se o tapete com os olhos em várias direções. O tapete é o paradigma que, a cada vez é usado e conforme o contexto, denomina-se venatório, divinatório, indiciário ou semiótico.

Freire (2001) pautou-se no paradigma indiciário no desenvolvimento de pesquisa sobre emergência de produção sobre a temática <responsabilidade social> no campo da Ciência da Informação no Brasil, também articulando com o modelo de

rede conceitual proposto por Wersig (1993) para a Ciência da Informação. Araújo (2006) propõe em seu artigo o uso do paradigma indiciário como uma base metodológica para construção de uma epistemologia para a Ciência da Informação.

Ademais, sendo uma Ciência Social Aplicada, é inerente à Ciência da Informação questionar o determinismo, rigor e objetividade das Ciências Naturais, pautando sua agenda científica com uma abordagem qualitativa, interpretativa e subjetiva do fenômeno informacional. Dessa forma,

Aqui cabe, de forma perfeita, o paradigma indiciário, como uma ferramenta preciosa que nos remete à cultura humana e nos faz retornar mais completos para a tarefa de interpretar e responder as questões colocadas pelo objeto/questões de estudo, que em sua essência é totalmente humano. (ARAÚJO, 2006, p. 10)

Dessa forma, adotaremos o paradigma indiciário enquanto caminho metodológico, guiando-nos na identificação e coleta de indícios que revelem um padrão que une os fios no tear conceitual da Ciência da Informação, desvendando a realidade de nosso campo de pesquisa em meio ao caos da sociedade contemporânea.

A seguir compreenderemos como nossos fios metodológicos nos permitem articular teoria e realidade empírica, através de procedimentos exequíveis operacionalmente que interagem com os elementos teóricos apresentados, assim como a proposta executada de coleta e análise dos dados.

2.2 Natureza da pesquisa

A pesquisa proposta caracteriza-se como quali-quantitativa, quanto à sua abordagem; aplicada, quanto à sua natureza; descritiva, quanto aos seus objetivos; e bibliográfica/documental e pesquisa-ação, quanto aos seus procedimentos, seguindo a classificação de Gerhardt e Silveira (2009).

De acordo com Minayo (2012, p. 21) a pesquisa qualitativa é ancorada no “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.”. Segundo Bryman (2008, p. 366), a pesquisa qualitativa possui três características básicas:

a) uma visão indutiva da relação entre teoria e pesquisa, onde a teoria é gerada fora do campo empírico; b) uma posição epistemológica interpretativista, significando que o entendimento do mundo social é obtido através da interpretação do mundo por seus participantes (incluindo observador e observado); e c) uma posição ontológica descrita como

construcionista, na qual as propriedades sociais são resultado das interações entre indivíduos.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), a pesquisa qualitativa caracteriza-se por:

[...] descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

A pesquisa qualitativa nos permitiu compreender teórico-metodologicamente os estudos desenvolvidos na Ciência da Informação sobre o regime de informação, entender os conceitos de gênero, diversidade sexual e identidade de gênero bem como as ações de políticas públicas desenvolvidas para a população LGBTI+. Já a pesquisa quantitativa se vale da linguagem matemática para a descrição do fenômeno, e tendo “suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 33).

Propomos uma análise conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa, que nos permitiu recolher indícios tanto em dados como em informações acerca do fenômeno, conferindo uma melhor análise do que se poderia conseguir utilizando as perspectivas isoladamente, aprofundando a compreensão do fenômeno. A pesquisa quantitativa nos forneceu dados mensuráveis sobre a existência (ou não) de políticas públicas para a população LGBTI+ nos estados brasileiros. Partindo dos dados quantitativos coletados, alinhados com as informações qualitativas, delineamos o regime de informação do nosso campo da pesquisa.

Trata-se também de pesquisa bibliográfica, porque engloba uma “metodologia de busca e acesso a fontes de informação que auxiliam na compreensão de conceitos acerca da produção do conhecimento sobre um determinado tema”. (BENTES PINTO; CAVALCANTE, 2015, p. 17). Caracteriza-se, destarte, como pesquisa documental, aquela realizada a partir de documentos de natureza diversa e que se constitui em técnica importante na pesquisa qualitativa, complementando informações obtidas por outras técnicas e desvendando aspectos essenciais dos fenômenos estudados (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Sendo assim, através de pesquisa bibliográfica/documental, buscamos produzir uma “riqueza de informações” acerca dos temas propostos

(regime de informação, gênero e diversidade sexual), construindo um “diálogo reflexivo entre as teorias e o fenômeno” em investigação, apoiada na interpretação e aprofundamento teórico acerca do estado da arte na Ciência da Informação (DESLANDES, 2012, p. 36).

A pesquisa documental também foi desenvolvida para além da construção do nosso referencial teórico, sendo utilizada na etapa de coleta de dados. Aqui, torna-se necessário lembrar o significado de documento. John Scott (1990, p. 12 *apud* MAY, 2004) informa que

Um documento no seu sentido mais geral é um texto escrito... Escrever é a produção de símbolos representando palavras e envolve a utilização de lápis ou caneta, máquina de escrever ou outra ferramenta para inscrever a mensagem em papel, pergaminho ou outro meio material... Do mesmo modo a invenção dos meios magnéticos e eletrônicos de armazenar e exibir textos deveria nos encorajar a considerar arquivos e documentos contidos nos computadores e editores de texto como documentos verdadeiros.

A ideia do autor, já no ano de 1990, é mostrar documento como informação registrada, como fonte de informação, para além do suporte de texto escrito, impresso, virtual ou eletrônico. Dessa forma, ao considerarmos a internet como documento e fonte de informação, buscamos nos *sites* institucionais do Governo Federal e dos governos estaduais do país, dados e informações que permitiram identificar a existência dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas específicas para a população LGBTI+ e as ações de informação que são desenvolvidas.

A pesquisa também se caracteriza como descritiva, quanto aos seus objetivos. De acordo com Gil (1999), as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento entre variáveis”, se ocupando em “estudar as características de um grupo”, ou comunidade, órgão público, instituições, empresas, partidos etc. Segundo Triviños (1987), a pesquisa descritiva se debruça sobre fatos e fenômenos de determinada realidade.

Enquanto pesquisa descritiva, focamos na descrição do nosso campo de pesquisa, delineando o regime de informação das políticas públicas para a população LGBTI+ nos estados brasileiros e o estabelecimento de relações entre o referencial teórico e os dados coletados (GIL, 1999).

Já a pesquisa aplicada, segundo Dalberio e Dalberio (2009), objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos.

Nesse sentido, elaboramos uma proposta de ação de informação que contemple a disseminação das informações coletadas e resultados analisadas. Para isso, a pesquisa se articula com a rede de projetos em desenvolvimento no Laboratório de Tecnologias Intelectuais da Universidade Federal da Paraíba, em nível operacional. O *LTi* é um espaço para a produção e disseminação de produtos, serviços e ações de informação com vistas à gestão de recursos e tecnologias para promover competências em informação na comunidade acadêmica de Ciência da Informação e sua inclusão na sociedade em rede, contribuindo para que a Ciência da Informação cumpra sua função de responsabilidade social enquanto campo científico.

A abordagem metodológica utilizada no *LTi* tem um caráter participativo, especificamente da pesquisa-ação. Thiollent (1988, p. 15) define: “A pesquisa ação é um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo [...]”.

Com base em Lima (2007, p. 63) entendemos que a pesquisa-ação aplicada à pesquisa em Ciência da Informação forma uma combinação interessante, principalmente para este estudo, pois proporciona: “de um lado, resultados práticos alcançados pela resolução inovadora de um problema, e, do outro, a contribuição para a ciência em termos de resultados de pesquisa que já foram aplicados e testados”.

A proposta é disponibilizar os dados coletados e resultados alcançados na pesquisa, como por exemplo os *links* que reúnam informações de órgãos dos governos federal e estaduais (serviços, publicações, legislação), em uma página no Portal *LTi*. Idealiza-se posteriormente incluir também os órgãos e ações das capitais estaduais. Também serão disponibilizados para a comunidade acadêmica da Ciência da Informação a produção científica da área sobre as temáticas da diversidade sexual e população LGBTI+.

2.3 Coleta e análise dos dados

A Internet é um campo próspero para a pesquisa de caráter qualitativo e documental. Ao considerarmos os sites como documentos, no sentido de fontes de informação, o ciberespaço constitui-se no universo desta pesquisa. De acordo com Lévy (1999, p. 17) o ciberespaço é o

[...] meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo [ciberespaço] especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico das

informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

A internet constitui-se assim em novo campo para pesquisas, resultante do avanço científico e tecnológico da sociedade. Dessa forma tem ressignificado as propostas metodológicas de diversas áreas de conhecimento, ao constituir-se como um “lugar” onde diversos processos e fenômenos convergem (HINE, 2004).

No campo científico da Ciência da Informação, Araújo (1994) descreve esse processo de busca e coleta de informação na Internet como *brauseio*. Com origem no termo inglês *browsing*, ou seja navegar, que é aplicado na ação de procurar a esmo, deambular, vaguar. Para a autora, *brausear* é “a arte de não se saber o que se quer até que se o encontre”, como no caso de um usuário na biblioteca, que vagueia entre as estantes, colhendo indícios, analisando, folheando e selecionando textos, até montar a coleção de documentos que pretende levar emprestado (ARAÚJO, 1994, p. 189).

Em sua tese, Araújo aplicou a técnica do *brauseio* na análise do processo elaboração de estratégias de busca de informações em um sistema de recuperação da informação, que são testadas e avaliadas até o usuário encontrar aquilo que buscava. Freire (2013a, p. 7) caracteriza a técnica de coleta de dados do *brauseio*:

O *brauseio* é essencialmente visual e tem um forte componente de “acesso direto”; pode ser associado com formas e padrões em termos de imagens e distribuição do texto numa página ou numa tela de computador. Apesar dos critérios iniciais serem apenas parcialmente definidos, é uma atividade de busca, ocasionada por uma necessidade ou interesse de informação percebido [...].

Sendo nosso campo de pesquisa as políticas públicas para a população LGBTI+, institucionalizadas no Poder Executivo federal e estaduais, buscamos inicialmente indícios da existência dessas políticas. Trata-se uma atividade de navegação, busca, identificação e coleta de indícios em portais da *Web* dos governos e secretarias, observando os discursos e as relações existentes, que resultou em um mapeamento que nos forneceu um panorama geral de informações acerca de nosso campo de pesquisa.

Após essa fase inicial de coleta de dados, passamos para a fase de organização, análise e interpretação das informações coletadas, com o objetivo de “possibilitar o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”, no caso o delineamento do regime de informação existente em nosso campo de pesquisa

(GIL, 1999, p. 168). Esta etapa de análise das informações, compreende “[...] a etapa que faz o tratamento das informações obtidas pela coleta de dados para apresentá-la de forma a poder comparar os resultados esperados pelas hipóteses.” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1995, p. 243).

A partir do brauseio, com a navegação e busca por indícios, e da análise das informações recuperadas, utilizamos da categorização, técnica oriunda da análise de conteúdo, conforme definida por Bardin (1979, p. 117):

Uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classe, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico.

Inicialmente, elaboramos um mapeamento das políticas públicas LGBTI+ nos estados brasileiros, através de navegação nos portais dos governos estaduais, buscando indícios que identifiquem os estados que têm em seu organograma uma coordenadoria específica para a população LGBTI+, quais as ações desenvolvidas e os conteúdos disponíveis no site.

A seguir, a partir do modelo do regime de informação, os dados foram organizados em cinco categorias, buscando identificar os contextos envolvidos, os atores sociais, os dispositivos de informação, os artefatos de informação e as ações de informação, assim como as relações existentes entre esses elementos.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Ninguém nasce feito. É experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos. (Paulo Freire)

Nessa seção contextualizamos a pesquisa nos estudos sobre Políticas de Informação, área transversal apresentada a partir de dois campos principais: Ciência da Informação e Políticas Públicas. O diálogo conceitual é construído a partir de contribuições de Souza (2006), Freire (2008), Braman (2009a, 2009b, 2004) e González de Gómez (1999a, 1999b).

Iniciamos buscando compreender etimologicamente o termo ‘Política’ e sua relação na pesquisa, devido ao seu caráter polissêmico, com diversos entendimentos e definições. Com origem na palavra grega ‘*politikós*’, que significa “de, para, ou relacionado a grupos que integram a Pólis”, ou seja, relativo ao cidadão ou ao Estado (DICIONÁRIO..., 2007). O Dicionário Houaiss define política como “a arte ou ciência de governar”, ou seja, administrar nações ou Estados (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 1519). De acordo com Japiassu e Souza Filho (2008, p. 220), no Dicionário Básico de Filosofia, o termo ‘Política’ engloba

tudo aquilo que diz respeito ao cidadão, aos governos da cidade e aos negócios públicos. A filosofia política é assim a análise filosófica da relação entre os cidadãos e a sociedade, as formas de poder e as condições em que este se exerce, os sistemas de governo, e a natureza, a validade e a justificação das decisões política.

A literatura aponta que na Língua Inglesa temos três dimensões terminológicas que revelam diferentes sentidos no uso do termo: *polity*, relacionado ao funcionamento do sistema político, seu papel no Estado e sua diferenciação da sociedade civil; *politics*, que refere-se ao exercício da atividade política para governar, como campanhas eleitorais, debates, eleições; e *policy*, ou seja, a ação pública, seja Estado ou sociedade civil, de discutir, elaborar, propor e implementar políticas públicas para a solução de problemas sociais (MULLER; SUREL, 2004; NHARRELUGA, 2009; BARRETO, 2009).

O termo ‘Política’ na Língua Portuguesa importa essas três dimensões conceituais reveladas na Língua Inglesa, e o foco de nossa pesquisa detêm-se na dimensão do termo *policy*, referente às políticas públicas, expressão utilizada desde a década de 1970 (NEVES, 2010). Até aqui, notamos como as noções de ordem,

gestão e controle estão ligadas à política, buscando estabelecer a governabilidade, a justiça e o bem-estar social.

De acordo com Souza (2006), a Política Pública é uma área de conhecimento que tem origem na Ciência Política e que se desenvolve a partir da integração de diferentes campos científicos, com o objetivo de analisar as atividades dos governos. Para o autor, estas políticas públicas surgem a partir de propostas dos planos de governos e/ou de partidos políticos, ou mesmo a partir de demandas da sociedade, e são implementadas através de projetos, programas e ações voltadas para garantir direitos fundamentais dos cidadãos, diminuir as desigualdades com vistas a isonomia social ou mesmo fazer o Estado cumprir seus deveres.

Para Rua (2001), as políticas públicas referem-se ao conjunto de decisões estratégicas e ações governamentais voltadas para um fim público específico e que influenciam na vida dos cidadãos. Segundo Prá (2002), as políticas públicas envolvem um conjunto de decisões governamentais e ações voltadas para atender as demandas sociais. Sua elaboração e implementação se dá através de dispositivos políticos, administrativos e institucionais, planejados pela gestão pública para interferir no contexto social e alcançar objetivos previamente estabelecidos. Franco, Carvalho e Santos (2019, p. 70) exemplificam:

As políticas com enfoque na saúde, por exemplo, visam garantir aos cidadãos cuidados de prevenção e promoção da saúde, assim como as políticas de educação visam garantir que todos os indivíduos tenham direito de acesso a todos os níveis educacionais promovidos pelo Estado. O ideal seria que as políticas públicas não apenas proovessem a diminuição dos desníveis, mas que planificassem as diferenças existentes, de forma a garantir a equidade e isonomia entre os cidadãos.

As pesquisas sobre políticas públicas buscam entender a interação entre Estado e Sociedade, compreendendo seus papéis, os diversos atores envolvidos (sejam indivíduos, grupos ou organizações), a gênese, elaboração, implementação e avaliação de ações públicas, em um cenário de conflitos, poder, controle e busca por consenso e equilíbrio entre forças (SECCHI, 2010).

Nesse contexto, Müller e Surel (2002) advertem que o Estado intervém na Sociedade, mas deve procurar contrabalançar a relação entre o interesse público e o interesse privado, correlacionando as forças de poder envolvidas: o próprio Estado, a Sociedade, grupos econômicos, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos e demais atores sociais.

Souza (2006) classifica as políticas públicas em políticas de Estado e políticas de governo. As políticas de Estado correspondem às ações fundamentais e indispensáveis para toda a sociedade do país, independente das gestões temporárias de governos e partidos, contemplando programas contínuos para a saúde, a educação, o trabalho e outras macroáreas. Quanto às políticas de governo, as ações são intermitentes, e têm origem nos planos de governo partidários, geralmente apresentados nas eleições, planejadas para o período do mandato a que se candidata, e que ao final, são descontinuadas ou substituídas por novas ações de um novo governo.

Deubel e Noel (2012), em outra análise sobre o assunto, apresentam quatro tipos de políticas públicas:

- a) políticas distributivas: visam a distribuição de direitos, bens e serviços para segmentos específicos da sociedade mediante recursos coletivos do próprio Estado;
- b) políticas redistributivas: visam a distribuição de direitos, bens e serviços para segmentos específicos da sociedade mediante recursos de outros grupos específicos, como por exemplo, a Reforma Agrária;
- c) políticas regulatórias: estabelecem a legislação e operacionalização de determinadas atividades, ações e comportamentos;
- d) políticas constitutivas: diz respeito às regulamentações sobre poder político e administrativo do Estado, estabelecendo as normas de implementação das demais políticas;

Nesta tese, entendemos políticas públicas como um conjunto de ações do Estado, que interferem na Sociedade, fundamentado a partir de um ordenamento jurídico e implementado por meio de programas, projetos, planos etc., visando estabelecer o bem estar social. Devemos destacar ainda, que a própria Sociedade, pode ser vetor de proposição de políticas públicas, identificando problemas e conflitos, discutindo e propondo ações através dos canais disponíveis (como o orçamento participativo, conselhos populares, movimentos sociais, manifestações públicas etc.). Portanto, são vários os fatores envolvidos no campo de ação das políticas públicas, envolvendo disputa de forças políticas e econômicas que determinarão o ciclo das políticas públicas, a resolução de conflitos e o equilíbrio da gestão governamental.

Quanto ao termo ‘Informação’, refere-se a um fenômeno de grande relevância na contemporaneidade, devido a forma como influencia todos os segmentos da sociedade, como a Economia, a Educação, a Saúde, a Cultura, inclusive transformando as relações sociais.

A raiz etimológica latina do termo, ‘*informare*’, tem como significado “dar forma, moldar, construir uma ideia ou noção sobre algo” (SARAIVA, 2006, p. 606), reunindo dois sentidos complementares do conceito: “processo de atribuição de sentido” e “processo de representação para a comunicação” (ARAÚJO, 2001, p. 1). Nos dois processos, temos uma prática de interação social que envolve ações de geração, emissão, codificação, recepção e uso da informação, gerando novos conhecimentos, transformando o indivíduo e influenciando suas relações sociais.

Braman (2009a), tentando dar conta de explicar o fenômeno informação, apresenta seis definições do termo: recurso, mercadoria, padrão, agente, repositório de possibilidades e força constitutiva da sociedade. Dentro de nossa rede conceitual apresentada e sendo útil no entendimento do processo de elaboração, implementação e análise de políticas públicas, detalhamos a informação como força constitutiva da sociedade, elemento que afeta, transforma e modela o ambiente. De acordo com a autora,

Enquanto definições de informação como a percepção de padrões reconhecem o papel do contexto, aqueles que veem a informação como força constitutiva enfatizam a capacidade de informações para moldar ativamente o contexto. Definida a informação como agente, ela pode ser operacionalizada em instâncias individuais de ação; de modo diferente, definida a informação como força social constitutiva, é aplicável aos efeitos cumulativos de múltiplas ações e fluxos. A informação não é apenas afetada pelo seu ambiente, mas também o afeta. (BRAMAN, 2009a, p. 19).

A deliberação de políticas públicas refletirá em como a sociedade deve ser estruturada e nas relações de equilíbrio entre interesses individuais e forças políticas ou econômicas. Sendo uma força constitutiva na sociedade, a informação é um recurso fundamental nos processos de tomada de decisão e base do ciclo de políticas públicas (BRAMAN, 1989). Isso nos permite delinear e compreender o contexto social, ou seja, o cotidiano das pessoas, transformando as relações sociais, bem como provocando mudanças na educação, política, economia etc.

A informação afeta e transforma o ambiente, mas também é afetada, permitindo ser reformulada e adequada às mudanças anteriormente provocadas e aos novos contextos que surgem. Essa compreensão da informação como força de

transformação individual e social, junto ao domínio do fluxo informacional propiciará autonomia ao informado, viabilizando seu desenvolvimento pessoal, educacional, profissional, e social, através de sua inserção nas comunidades que participa, entendimento de seus direitos e deveres e a construção de sua cidadania e das políticas públicas que visam a inclusão social.

A ideia de informação como força constitutiva da sociedade estava contida nos textos do educador brasileiro Paulo Freire (1992, p. 130), para quem “toda informação traz, em si, a possibilidade de seu alongamento em formação, desde que os conteúdos constituintes da informação sejam assenhoreados pelo informado”. Portanto, a informação poderá contribuir para que o sujeito informado assuma com autonomia seu processo de formação e de aprendizagem, inclusive relacionando as informações com o mundo em sua volta e participando ativamente da comunidade e grupos sociais em que está inserido. González de Gómez (1999b, p. 71) complementa:

A constituição dos universos de informação parte sempre do "nós" de um sujeito situado, localizado, territorializado, para o qual algo faz ou não faz sentido como informação. Em cada contexto histórico, em cada espaço de ação coletiva, existe um saber local, um sentimento territorializado ou um desejo do que seja um bem coletivo, que formam parte das razões bem fundadas para priorizar, justificar, gerar ou aderir a um valor de informação.

Freire (2008, p. 199) se debruça sobre os termos que formam o construto ‘políticas de informação’

[...] tanto o conceito de informação quanto o de política possuem o mesmo sentido de ordem e regulação que, reunidos, formam o conceito de "políticas de informação": conjunto de leis, regulamentos e políticas que estimulam ou regulam a geração, o uso, o armazenamento e a comunicação de informação.

Para González de Gómez (1999b, p. 69) os estudos da política de informação “se multiplicam e se fragmentam” em todas as abordagens da Ciência da Informação, atuando em um:

[...] espaço interdisciplinar, onde se relacionam as diferentes abordagens e olhares disciplinares acerca da informação e seu lugar na polis: o olhar econômico, que estuda as indústrias e os mercados da informação, o olhar administrativo, que se ocupa da gestão de serviços e dos fluxos de informação nas organizações, o olhar técnico-tecnológico, dirigido a modelar e operacionalizar o processamento e as infra-estruturas de informação, o olhar estatístico, que instrumentaliza e constrói um objeto-informação como insumo de diagnóstico e leitura de tendências, e um olhar antropológico, que projeta os indivíduos e os coletivos da informação no domínio da cultura e da significação.

González de Gómez (2004, p. 61) define a Ciência da Informação como uma “disciplina que estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e

artefatos de informação”. Em seus estudos, a autora aproxima política e gestão da informação, apresentando esta última como “uma mediação lógica e imprescindível do uso decisório e estratégico da informação no contexto das políticas governamentais.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999a, p. 2).

Dessa forma, no campo da Ciência da Informação, a análise das políticas públicas se volta para a compreensão das políticas públicas de informação, buscando entender o papel do Estado no fluxo de informações, os processos envolvidos na formulação, implementação e avaliação de ações e seus efeitos na sociedade.

Braman (1995, p. 4) define política de informação como “[...] a política relativa a qualquer fase de uma cadeia de produção de informação, que vai desde a criação, passando pelo processamento até seu armazenamento ou destruição.”. Para a autora, “[...] a política de informação é composta por leis, regulamentos e posições doutrinárias - e outras tomadas de decisão e práticas com efeitos constitutivos sobre toda a sociedade - que envolvem geração, processamento, fluxo, acesso e uso de informação.” (BRAMAN, 2011, p. 3).

Para Jardim, Silva e Nharreluga (2009, p. 9), as políticas de informação compreendem um “[...] conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação”. De acordo com Hernon e Relyea (2003, p. 1300), a política de informação compreende

[...] um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos interrelacionados que orientam a supervisão e a gestão do ciclo de vida da informação: produção, coleta, distribuição/disseminação, recuperação e uso, e retenção, incluindo a preservação da informação.

Destacando o caráter público e institucional da política de informação, Weingarten (1989) a relaciona com todo o escopo legal, procedimental, institucional e formal que estimula ou regula a geração, armazenamento, organização, acesso, uso e comunicação de informação. Contudo, já para Eisenchitz (1993), a política de informação atravessa o campo formal das leis e regulamentos, e se revela também nas práticas e ações sociais, em um contexto dinâmico e flexível com interação entre atores, objetivos, metas, interesses, conflitos, poder, planos e ações.

Percebemos, então, que as políticas de informação, assim como seus conceitos base, a política e a informação, são resultantes de fenômenos socioculturais, exercidos pela sociedade e, de um modo geral, com a ideia de controle

e regulação dos fluxos de informação. Cresceu na sociedade, seja governo, organizações, empresas, sociedade civil, a percepção da informação enquanto instrumento de poder, “que controla os comportamentos, manipulando as bases informacionais dos materiais, das instituições e dos símbolos.” (MAGNANI; KERR PINHEIRO, 2011, p. 594).

Em diversos estudos, acerca do papel do Estado e as políticas de informação, Braman elenca quatro tipos de poderes estatais: instrumental, estrutural, simbólico e informacional. O poder instrumental está atrelado ao conceito mais antigo de Estado que usa a força, através das armas e do militarismo, ou mesmo a força econômica, para exercer seu controle. O poder estrutural refere-se à capacidade do Estado de criar um ordenamento institucional (órgãos como ministérios, secretarias, etc.) e jurídico (leis, decretos, códigos etc.) para intervir na sociedade, manipulando o comportamento humano. Já o poder simbólico refere-se ao uso da ideologização, seja em palavras, discursos, símbolos, campanhas de mídia, programas de ensino, manejando a opinião pública para exercer domínio sobre a massa de indivíduos (BRAMAN, 2004, 2009a, 2009b).

Chegamos então ao quarto poder estatal, o poder informacional. Os governos controlam o fluxo informacional de maneira explícita, deliberada e repetidamente, caracterizando-os como Estados informacionais, onde o poder informacional exerce poder sobre instituições, normas, materiais, ideias e símbolos (BRAMAN, 2009a). O poder informacional possibilita ao Estado exercer os outros tipos de poderes anteriormente citados, já que a informação que alimenta os demais meios de controle. Braman (2009b, p. 8) exemplifica:

[...] uma arma inteligente que pode identificar um alvo e direcionar-se para ele sem intervenção humana é um exemplo do efeito do poder informacional no exercício do poder instrumental. A capacidade de monitorar o cumprimento dos direitos de propriedade intelectual através da vigilância da utilização da Internet é um exemplo da influência do poder informacional no exercício do poder estrutural. A capacidade de adaptar mensagens para o indivíduo que está surfando na web é um exemplo do impacto do poder informacional no exercício do poder simbólico.

Sendo a informação um elemento basilar do Estado, deveria ser a política de informação que irá mediar as relações do Estado com a sociedade e seus diversos atores e esferas. Ademais, Branco (2001, p. 199) nos alerta:

Como política pública, a política de informação assenta-se entre interesses e metas políticas e burocráticas, não necessariamente congruentes, manifestando-se para além do aparato governamental. Nesse sentido, a expressão de uma política de informação ultrapassa o campo formal das leis

e regulamentos, pois também engloba as práticas e ações informais de um determinado contexto em que se misturam pessoas, instituições e interesses, cujas manifestações nem sempre se revelam por mecanismos formais.

Com o grande volume de informação disponível, e sendo o próprio Estado um dos maiores produtores, ele deve ordenar, regular e direcionar políticas públicas equilibrando demandas do sistema globalizado financeiro, comercial e tecnológico, com as demandas da sociedade civil e comunidades locais, pois “[...] em última instância é a regulação que seria capaz de promover maior equilíbrio das condições de produção, distribuição, acesso e uso dos recursos de informação e comunicação.” (SILVA; TOMAÉL, 2009, p. 18).

Assim, reconhecemos o Estado como um dos maiores produtores e acumuladores de informação, que deve atuar também na sua disseminação, detendo grande poder na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de informação, que influenciarão na vida de seus habitantes, pois essas informações governamentais são na realidade fundamentais para o exercício da cidadania, redução de desigualdades e fortalecimento da democracia. Portanto, as políticas públicas de informação devem interferir diretamente no cotidiano das pessoas, sendo voltadas para atender a demandas de informação que reduzam as desigualdades sociais.

Compreender o desenvolvimento histórico dos estudos sobre políticas de informação ajuda-nos a notar as várias facetas envolvidas, de caráter social, científico, político, tecnológico, cultural e organizacional. Desde a explosão documental pós-Segunda Guerra Mundial e o aumento do valor social e estratégico da informação, que vem caracterizando essa sociedade como Sociedade da Informação, os governos têm investido em sua estrutura documental, como suporte para suas pesquisas científicas e tecnológicas, por vezes voltadas para às suas atividades militares.

Um marco histórico para a constituição da área das políticas públicas de informação foi a edição do documento *Weinberg Report* (1963), publicado pelo governo dos Estados Unidos e voltado para as organizações de Ciência e Tecnologia do país, que definia "como escopo e abrangência de uma política de informação a transferência de informação científica, sob a responsabilidade do governo." (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 28).

Ainda na década de 1960, com o desenvolvimento da computação, eletrônica e o surgimento de protótipos da Internet, a própria Organização das Nações Unidas

para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) recomendou aos governos que criassem sua política nacional de informação, pois era necessário aos governos planejar e implementar diretrizes voltadas para a produção, armazenamento, organização, proteção, acesso e disseminação de toda a massa documental que estava sendo produzida e que impactaria no desenvolvimento econômico e social dos países (SILVA, 2009). Foi nesse cenário de desenvolvimento científico e tecnológico que a Ciência da Informação se consolidou nos estudos sobre as políticas de informação.

A partir da década de 1970, com a Guerra Fria e o financiamento de pesquisas governamentais com fins bélicos, as políticas de informação refletem o contexto da época, fundamentando seus estudos sobre a criação e armazenamento de informações, segurança de dados, proteção de conteúdos, patentes e direitos autorais.

As décadas de 80 e 90, com avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação, da informática e das telecomunicações, as políticas de informação passam a focar nas infraestruturas de comunicação e utilização de bases de dados e aumento da capacidade de armazenamento de informações. Tratava-se de um cenário mundial voltado para a globalização e expansão do capitalismo, que estava reconfigurando toda a conjuntura internacional e informacional: “as relações entre Estado e sociedade, nas agendas governamentais, nos parâmetros econômico-produtivos, nos métodos e conceitos de gestão no universo corporativo, em comportamentos sociais diversos.” (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 3).

A partir dos anos 1990, os estudos voltam-se para o impacto da ciência e da tecnologia no desenvolvimento social, e as políticas de informação direcionam-se para questões ligadas ao processo de inclusão digital, visando diminuir as desigualdades sociais para possibilitar e garantir o desenvolvimento social, cultural e locais (AUN, 2003; BRAMAN, 2009a).

No Brasil, os estudos sobre políticas de informação também surgem na esteira do pós-Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 1950, em uma tentativa do Estado de integrar Ciência & Tecnologia como insumos de desenvolvimento militar e econômico. No ano de 1951 é criado o Conselho Nacional de Pesquisa, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 1954 o Governo Federal cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com o objetivo

de promover o desenvolvimento de recursos e infraestrutura de informação em Ciência & Tecnologia. Sua criação favoreceu a institucionalização da Ciência da Informação no país, inclusive com a criação do primeiro Programa de Pós-Graduação da área (FREITAS; BUFREM, 2016). Além disso o órgão abriu espaço e incentivou o aparecimento de outros institutos e centros de pesquisas, desenvolvimento de infraestrutura e de tecnologias digitais de informação, bibliotecas, inclusive digitais e virtuais, portais e bases de dados, financiamento de pesquisas, cursos de graduação e pós-graduação, sistemas de informação e programas governamentais para gerenciamento de acervos documentais, a criação de sociedades científicas e novos periódicos. (DELAIA; FREIRE, 2010; NEVES AGUIAR, 2017).

Carvalho (2009) resume no Quadro 1 os principais marcos sobre Políticas de Informação no Brasil, até o ano de 1999.

Quadro 1 – Principais marcos sobre políticas de informação no Brasil

Ano	Marco histórico
1951	Criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), com o objetivo de promover e estimular o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.
1952	Criação de um sistema de bibliotecas especializadas dos institutos de pesquisa brasileiros, coordenado pelo CNPq, visando a catalogação da produção técnico-científica e o intercâmbio dessas informações bibliográficas
1954	Criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), absolvendo algumas funções no CNPq.
1967	Reformulação do CNPq, que agora deveria atuar na elaboração de uma política para o setor científico.
1968-1970	Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)
1970	Primeiro mestrado em Ciência da Informação
1972	Criação da Coordenação de Atividades de Processamento de Dados (CAPRE)
1973	Criação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), que se propõe a planejar e coordenar as atividades de informação científica e tecnológica por meio do estabelecimento de uma rede nacional de cooperação e intercâmbio
1974	Reformulação do CNPq, que deveria coordenar as atividades do SNICT

1976	Extinção do IBBD e criação Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
1979	Extinção da CAPRE e Criação da Secretaria Especial de Informática, com a missão de assessorar o governo na criação de uma política nacional de informática
1984	Elaboração da Ação Programada em Informação em Ciência e Tecnologia, primeiro documento oficial relativo a uma política de informação
1984	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico PADCT I
1985	Criação do Ministério de Ciência e Tecnologia e vinculação do CNPq a ele
1989	Projeto Temático Multi-institucional em Ciência da Computação ProTeM
1991	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico PADCT II
1991	Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, denominada Lei de Informática. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.
1992	Criação do Programa Softex pelo CNPq/MCT, para estimular o crescimento da indústria de software no País e situá-lo entre os principais países produtores e exportadores de software.
1995	Criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil, com incumbência de coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país
1999	Programa Sociedade da Informação

Fonte: Carvalho (2009)

Outro marco das políticas de informação no Brasil foi o Programa Sociedade da Informação (SocInfo), instituído em 1999. As ações do SocInfo tinham como objetivo

Integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global (TAKAHASHI, 2000. p. 11).

Em 2000 foi publicado a obra referencial Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde, que propunha as seguintes linhas de ação do SocInfo:

- a) Mercado, trabalho e oportunidades – promover a competitividade das empresas nacionais e a expansão das pequenas e médias empresas, com

apoio à implantação de comércio eletrônico e oferta de novas formas de trabalho;

- b) Universalização de serviços para a cidadania – promover a universalização do acesso à Internet, buscando soluções alternativas;
- c) Educação na Sociedade da Informação – capacitar os professores e promover a educação continuada, o auto-aprendizado à distância baseados na Internet e em redes;
- d) Conteúdos e identidade cultural – promover a geração de conteúdos e aplicações que enfatizem as matérias de relevância local e regional, e principalmente, a identidade cultural brasileira;
- e) Governo ao alcance de todos – promover a informatização da administração pública e o uso de padrões nos seus sistemas aplicativos.
- f) Pesquisa e Desenvolvimento – identificação de novas tecnologias estratégicas aplicáveis no desenvolvimento industrial e econômico; e
- g) Infraestrutura avançada e novos serviços – estimular a implantação de infraestrutura básica nacional de informações e integrá-la as diversas estruturas especializadas de redes – governo, universidades, setor privado.

Percebemos nessas diretrizes, que as políticas de informação, que inicialmente compreendiam o “conjunto coeso de diretrizes com o propósito específico de atender ao processo de desenvolvimento da ciência e tecnologia”, expandem sua área de interesse para além da Ciência e da Tecnologia na sociedade humana, ganhando um novo papel também na Economia e em diversas outras frentes sociais, como “privacidade, direitos de propriedade intelectual, informação como um bem público, segurança e segredo, liberdade de expressão e direitos de acesso à informação [...]”. (MAGNANI; KERR PINHEIRO, 2011, p. 594).

Os estudos sobre políticas públicas de informação, ganham novo impulso com a promulgação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que regulamenta o direito, já previsto na Constituição, de qualquer cidadão solicitar e receber informações dos órgãos do poder público, com algumas exceções (BRASIL, 2011). O acesso à informação também está previsto em diversos tratados e convenções que o Brasil é signatário: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 19); a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (artigos 10 e 13); a Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade de

Expressão (item 4); e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (artigo 19) (BRASIL, 2011).

Para cumprir o que determina a LAI, ou seja, o acesso da população ao fluxo de informação produzida pelo Estado, Kerr Pinheiro (2009, p. 5), sugere a elaboração e divulgação de um documento contendo a Política de Informação dos órgãos que formam o poder público:

O documento político de uma política de informação deve ser porta-voz da sociedade, uma maneira constitutiva de estabelecimento de um espaço de negociação, para que o processo de tradução se efetive, onde cada grupo social possa ser representado. Se a política não determina este espaço, os direitos e deveres não serão reconhecidos e o pertencimento torna-se figurativo e não respalda as instituições públicas.

Trata-se de documento contendo decisões governamentais, valores políticos, programa de ações e diretrizes para os gestores construírem redes de informação, assim como a produção e disseminação de conteúdos, fontes oficiais de informação para a população, mecanismos funcionais de organização, acesso, uso e comunicação da informação para a produção de conhecimento (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999b).

Um marco mais recente na área é a Política Nacional de Dados Abertos, publicada através do Decreto nº 8.777 em maio de 2016. O documento estabelece regras para disponibilização de dados abertos no âmbito do Poder Executivo Federal. Visa contribuir para o aumento da transparência do governo, criando melhores possibilidades de controle social das ações governamentais.

São muitas as frentes que a Ciência da Informação e seus estudos sobre Políticas de informação vem se debruçando atualmente, relativas aos processos e fluxos de informação e de comunicação, analisando desde o processo de transformação de dados em informações até mesmo a construção de novos conhecimentos a partir da interação entre pessoas e organizações (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Tem-se abordado a expansão da Internet, as novas e múltiplas possibilidades de geração, organização, acesso, uso e comunicação de informações, a inclusão digital, a Web 2.0, redes organizacionais, as tecnologias móveis, variedade de produtores e consumidores envolvidos, informação para a Ciência & Tecnologia, a Lei de Acesso à Informação, Governo eletrônico etc.

Kerr Pinheiro (2009, p. 6) destaca as maiores lacunas em que os estudos sobre Políticas de Informação podem ainda contribuir:

[...] os estudos de processos e técnicas ligados à informação, avaliações de políticas públicas colocadas pelos setores de informação governamentais, os conceitos de uso, os processos de difusão da informação sem uma maior preocupação com a construção de conteúdos socioculturais, nos diversos campos abarcados pelo Estado como saúde, segurança, educação, justiça.

Silva, Silva e Freire (2018) elencam as características das políticas de informação em quatro núcleos: quantos aos processos de gestão informacional, quanto à infraestrutura tecnológica, quanto ao acesso à informação e quanto à produção de conhecimento, a saber:

- a) processos de gestão informacional: contemplando o ciclo informacional, que vai desde a produção, organização, armazenamento, disseminação, recuperação, acesso, uso e da apropriação da informação;
- b) infraestrutura tecnológica: as políticas de informação inserem as tecnologias digitais de informação e comunicação em todos os processos de informação, bem como avaliando seu impacto;
- c) acesso à informação: o acesso à informação deve ser visualizado como fenômeno integrado e multiterritorial, interconectado nos diversos espaços (locais, regionais, nacionais e/ou planetários) como um elemento multitemporal na historicidade de sujeitos em diferentes gerações e como referencial humano na compreensão dos fenômenos sociais, naturais, tecnológicos e científicos; e
- d) produção de conhecimento: as políticas são voltadas para a geração de novos conhecimentos, propiciando espaços de formação de competências e surgimento de novas tecnologias.

Já Carvalho (2009) resgata o estudo *National Information Policies*, realizado pela *International Federation for Information and Documentation* (FID) para a UNESCO. O relatório propõe os seguintes elementos que compõem uma política nacional de informação:

- Convergência entre informação e conhecimento, integrando-se às demais políticas nacionais, refletindo as tradições e culturas do país;
- Preservação e promoção da democracia, exercício dos direitos democráticos dos cidadãos;
- Liberdade de acesso à informação e igualdade de oportunidades, devendo ser criados mecanismos de acesso à informação e às novas tecnologias de informação;
- Liberdade para criar, publicar, disseminar e transmitir informação, com a proteção da privacidade pessoal ou das tradições culturais locais;
- Segurança da informação e da comunicação;

- Direitos de propriedade intelectual;
- Desenvolvimento de recursos humanos e desenvolvimento de habilidades de informação entre a população;
- Conteúdos de informação na internet que reflitam as culturas locais;
- Desenvolvimento da indústria e comércio de hardware, software, redes e de produtos e serviços no campo da informação, com a expansão do acesso à internet, uso de padrões nacionais e desenvolvimento de aplicações de informação em bibliotecas, arquivos e sistemas de informação;
- Desenvolvimento de pesquisa em informação, com respeito aos aspectos éticos e legais do uso da informação;
- Informação no serviço público, como uma das esferas de aplicação da informação e das tecnologias da informação e comunicação, disseminando um novo papel para a informação dentro das estruturas organizacionais político-administrativas;

Rowlands *et al.* (2002), por sua vez, apresentaram cinco subdomínios das políticas de informação, a partir de pesquisa na literatura que listou os termos mais recorrentes, conforme Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Subdomínios da política de informação

Subdomínio	Descrição
Protecionismo da informação	Regulamentos e mecanismos que controlam o acesso à informação e divulgação na esfera pública (ex.: segredo oficial) e em mercados de informação (ex.: proteção de dados)
Mercado de informação	Leis e regulamentos que protegem o investimento na criação de conteúdo informacional (ex.: direitos autorais) e permitem trocas no mercado
Rádiodifusão e telecomunicações	Políticas públicas que regulam os meios de comunicação de massa, equilibrando interesses comerciais e do cidadão (ex.: acesso universal)
Acesso público à informação oficial	Políticas e regulamentos que moldam o acesso à informação de cidadãos, arquivada pelo governo (ex.: liberdade de informação)
Sociedade da Informação e infraestrutura	Políticas públicas que promovem o investimento (ou encorajam o setor privado a investir) na infraestrutura de informação

Fonte: Marques e Kerr Pinheiro (2011, p. 71), baseados em Rowlands *et al.* (2002, p. 33)

A literatura apresentada até aqui nos permite incluir um novo subdomínio, referente ao contexto social e cultural da informação, tendo em vista a pluralidade dos atores sociais envolvidos, a complexidade das relações sociais e a diversidade de interesses e discursos dispostos (BRAMAN, 2006). González de Gómez, (1999b, p. 59) nos lembra que:

Políticas de Informação quando, tratando-se de uma questão colocada num domínio coletivo de ação, existem conflitos entre as diferentes formulações de objetivos, planos, atores e recursos atribuídos às ações do domínio e em consequência, com respeito ao alcance, às prioridades e às metas das ações de informação, de modo tal que aqueles conflitos não poderiam ser equacionados ou resolvidos por meios técnicos ou instrumentais e requerem a reformulação deliberativa de princípios, fins e regras para a concretização de planos coletivos e coordenados de ação, ou a mudança das relações de força dos atores envolvidos.

Baseados nessa extensa abrangência de conceitos, definições e contexto histórico apresentado até aqui, entendemos que as políticas de informação, compreendem todo um ordenamento produzido pelo Estado, com caráter administrativo, regulatório, científico, tecnológico, social e cultural, voltado para a produção, organização, armazenamento, acesso, uso, comunicação e apropriação da informação, de forma a equilibrar um ambiente de conflitos, desigualdades e relações de poder entre os diversos atores e grupos sociais.

Em artigo que trata de políticas de informação para negros afrodescendentes, Aquino (2010, p. 34) destaca que toda política pública de informação deve atuar no combate à exclusão e desigualdades:

É fundamental que as políticas de informação sejam elaboradas e implementadas em parcerias com as políticas públicas, envolvendo Estado e sociedade, para oferecer a quem delas necessita as perspectivas de plena realização de seu desenvolvimento, preparando os afrodescendentes para reivindicar a correção da desigualdade dos investimentos sociais, com o objetivo de que todos tenham as mesmas oportunidades, o direito à terra e modos de subsistência, destacando-se, aqui, os quilombolas. A disseminação da informação crítica permite questionar as políticas universalistas que não dão conta das especificidades localizadas nem servem, em curto prazo, para erradicar a pobreza e o racismo.

A autora destaca que a política pública de informação deve atuar para que a sociedade se desenvolva de forma mais justa democrática, favorecendo a inclusão informacional e social, dando conta, inclusive, de especificidades locais, conforme Freire (2008, p. 199):

Uma política de informação pode ser elaborada sob duas abordagens: a básica e a específica. A primeira refere-se aos aspectos gerais da produção de informação, como aqueles ligados à tecnologia de informação, às telecomunicações e à política internacional, dentre outros. Já a política específica de informação, conforme Branco (2006), diz respeito aos aspectos característicos de determinado setor de atividade como, por exemplo, uma política para gestão da informação que contemple a produção de conteúdos de identidade cultural e o acesso livre a fontes de informação relevantes na *Internet*.

Braman (2009a), também destaca essa característica mediadora das políticas de informação nas relações de poder e interesse que se manifesta na pluralidade e diversidade dos atores e grupos sociais. Albagli (1999) corrobora que embora a Sociedade da Informação seja um fenômeno mundial, as políticas de informação devem focar, sobretudo, nas estruturas locais de informação, e daí partir para a sua escala global, pois

[...] a partir do potencial integrativo do novo padrão tecnológico, o local redefine-se, ganhando em densidade comunicacional, informacional e técnica no âmbito das redes informacionais que se estabelecem em escala planetária. [...] a dimensão cultural do local atua na globalidade como um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço, marcando uma certa ideia de diferença ou de distinção entre comunidades. Assim, o local constitui-se em suporte e condição para as relações globais. É nele que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades. (ALBAGLI, 1999, p. 186).

Portanto, é preciso que o Estado avance na construção, implementação e contínua avaliação de uma política de informação que seja considerada estratégica na redução de desigualdades, impactando nas relações de poder e práticas econômicas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas de todos os grupos que formam a sociedade.

Além de aspectos legais e institucionais que envolvam o fluxo informacional, a política de informação deve estabelecer valores políticos, ações, regras, objetivos e metas específicos e inerentes ao respectivo regime de informação local a que pertence, regulando e equilibrando forças entre os interesses da sociedade, da comunidade ou grupo social, do Estado e do mercado, sendo um instrumento “[...] indispensável para o desenvolvimento de condições necessárias à oferta de serviços necessários para as comunidades no âmbito informacional.” (LOURENÇO; FREIRE, 2008, p. 4-5).

Sendo a informação um fator determinante para a construção das políticas públicas que visam a inclusão e o bem-estar social dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade, Frohmann (1995) nos indica o caminho a seguir: “A descrição de uma política de informação torna-se, portanto, a descrição da genealogia de um regime de informação.” Assim, em seguida, situamos a pesquisa na compreensão sobre o regime de informação, assim como sua posterior análise em um cenário das políticas públicas LGBTI+ estaduais.

4 SOBRE O REGIME DE INFORMAÇÃO

Se a estrutura não permite um diálogo, a estrutura deve ser mudada. (Paulo Freire)

Nessa seção abordamos os estudos sobre o conceito de Regime de Informação. A linha teórica apresentada é construída a partir de contribuições de Bernd Frohmann (1995, 2008), Sandra Braman (2004), González de Gómez (2015, 2008), Delaia (2008), Freire (2013b, 2016) e Delaia e Freire (2010).

Assim como o conceito de políticas de informação, o conceito de regime de informação traz a noção de controle também, pois um regime, de acordo com Braman (1989, p. 234) refere-se a "[...] uma ferramenta organizacional que foca na convergência de expectativas considerando princípios, normas, regras e procedimentos em áreas de interesse particulares". O termo em latim, '*regimen*', origem etimológica da palavra portuguesa 'regime', significa ação de conduzir, administrar, governar, sugerindo assim que a concepção de regime se alinha ao termo política, englobando a noção de um sistema normas, regras e modelos (DICIONÁRIO..., 2008).

Contudo, Braman (1989, 2004) diferencia a noção de regime da concepção de sistema legal em seus estudos. O primeiro é um termo comum na Ciência Política, com origem nas teorias dos regimes internacionais, referindo-se a um quadro de referência normativo, procedimental e regulatório, estabelecidos pelos Estados e atores sociais que o integram, para orientar seu comportamento numa área específica, sendo menos rígido que um sistema legal, e que tem como foco a relação entre os atores e os elementos discursivos, normativos, comportamentais, institucionais, tecnológicos e culturais envolvidos (KRASNER, 2012; ANAYA MUÑOZ, 2017).

Como exemplo de regime enquanto quadro internacional normativo, temos os Regimes Internacionais de Direitos Humanos, que consiste em uma série de

Instrumentos internacionais que contêm as normas de direitos humanos [...], bem como os órgãos existentes para a tomada de decisões e a sua implementação. [...] Por exemplo, alguns conjuntos de normas e órgãos relacionam-se de maneira explícita com categorias amplas, mas particulares, de direitos (como os direitos civis e políticos, de um lado, ou os econômicos, sociais e culturais, de outro), ou com direitos específicos (como a proibição da tortura ou do desaparecimento forçado). Outros conjuntos de normas e órgãos podem ser agrupados em torno dos grupos específicos de sujeitos que procuram proteger (como as mulheres, as crianças, os trabalhadores migratórios ou as pessoas com deficiências). (ANAYA MUÑOZ, 2017, p. 174).

Dessa forma, compreendemos que um regime, para além de um corpo legal e normativo, inclui também aspectos éticos, comportamentais, costumes, práticas culturais, estruturas de conhecimento, formas organizacionais, tecnologias, processos institucionais e organizacionais (MAGNANI; KERR PINHEIRO, 2011, p. 597).

Unger (2006, p. 34) contextualiza historicamente os regimes de informação:

Nossa premissa é que os regimes de informação são a substância que dão o caráter principal a um sistema social que passou por diferentes e longas fases até chegar a este estágio, pois ao longo dos tempos os regimes denominados feudais existiram em sociedades feudais, os regimes industriais eram localizados nas sociedades industriais, o regime escravagista era a substância das sociedades escravagistas e agora, as sociedades têm regimes de informação e é através deles que organizam a produção material e simbólica da informação, tanto qualitativa quanto quantitativa, e representam a dinâmica das relações sociais. [...] de um regime industrial formado pelas tecnologias de comando e comunicação, passamos para um regime de informação que se instala no novo modelo social denominado Sociedade da Informação, o qual tem firme base nas tecnologias digitais de informação e comunicação.

Pensando o termo no campo da Ciência da Informação, Bernd Frohmann, desenvolveu o conceito de regime de informação, apresentado inicialmente em uma conferência em 1995. Baseando-se na Teoria Ator-Rede (TAR)³ de Bruno Latour e outros cientistas sociais franceses, Frohmann situa o novo conceito para a compreensão dos fluxos de informação:

[...] de alguma forma, mesmo sem a ação direta do governo, poder e controle suficientes são exercidos sobre os constituintes dos sistemas de informação de onde redes mais ou menos discerníveis e mais ou menos bem definidas, não obstante, emergem e se estabilizam. E quando nós pensamos sobre os fluxos de informação girando ao nosso redor, sejam eles culturais, acadêmicos, financeiros, industriais, comerciais, institucionais, ou os seus muitos elementos híbridos, nós nos damos conta que eles possuem estruturas e formas específicas. (FROHMANN, 1995, p. 2).

Para o autor, os estudos sobre o regime de informação, para além do entendimento das políticas governamentais e seu corpo normativo, deveria incluir também o contexto, os processos, os atores sociais afetados e as relações sociais e de poder envolvidas nas políticas de informação.

De acordo com Frohmann, o regime de informação é a gênese para a compreensão teórica das políticas de informação. Ele engloba

Um conjunto de sistemas ou redes mais ou menos estáveis em que a informação é transferida de seus produtores específicos, por canais determináveis, através de estruturas organizacionais específicas à

³ A TAR pode ser descrita como uma corrente de pesquisa sociológica que destaca a interação entre os atores, organizações, dispositivos e artefatos, constantemente ligados a uma rede social de caráter híbrido, como elementos materiais e imateriais (LATOUR, 1994, p. 64).

utilizadores específicas ou consumidores. Rádio e televisão, distribuição de filmes, publicação acadêmica, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiriços, a informação emergente: são todos nós de redes de informação ou elementos de regimes específicos de informação. (FROHMANN, 1995, p. 21)

Frohmann (1995, p. 21) prossegue:

Um objetivo legítimo e premente da pesquisa em políticas de informação é a representação perspicua de regimes de informação: como eles se originam e se estabilizam; como eles determinam as relações sociais e como formas específicas de poder são exercidas dentro e através delas. A descrição de uma política de informação torna-se, portanto, a descrição da genealogia de um regime de informação.

Portanto, a descrição de um regime de informação envolve mapear o fluxo informacional, mais ou menos estabelecido, em uma determinada organização ou formação social, com seus produtores, canais, estruturas e consumidores, bem como as relações entre os atores, seus interesses, discursos e os artefatos tecnológicos, assim como os dispositivos que regulamentam essas relações no campo de atuação das Políticas de informação. E resgatando a dimensão construtivista da Teoria Ator-Rede, Frohmann inclui ainda as “relações conflituosas de poder” que são exercidas em um regime de informação e através dele (FROHMANN, 1995, p. 21).

Dessa forma, o conceito de regime de informação de Frohmann (1995, 2008) foca no fluxo de informação e seus aparatos tecnológicos para cada contexto diferente, direcionando os estudos sobre políticas da informação para a compreensão das dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais da informação em grupos sociais e organizações, identificando os atores, dispositivos, artefatos e ações de informação envolvidos e como interagem em um determinado fluxo de informação.

Agora, retornamos a Braman para seguirmos na compreensão acerca do regime de informação. Em seu trabalho intitulado “*The emergent global information policy regime*”, Braman (2004) levanta a ideia de um Regime Global de Política de Informação, que torna possível a compreensão das estruturas, a nível internacional, dos processos formais e informais de elaboração das políticas de informação, tendo em vista a escala planetária das redes de informação que as novas tecnologias digitais propiciaram. Para a autora, o regime de informação estabelece “uma heurística que ajuda a identificar tendências comuns em fenômenos e processos espalhados em arenas políticas tratadas histórica e analiticamente de forma distinta.” (BRAMAN, 2004, p.13).

Fundamentada na anteriormente citada Teoria dos Regimes, para Braman (2004) um regime global de políticas de informação inclui um quadro internacional normativo, ético e comportamental, contemplando desde leis e regulamentações formais e institucionais, assim como hábitos, práticas discursivas e culturais, estruturas de conhecimento, tecnologias, atores individuais e entes organizacionais públicos e do setor privado.

Enquanto os estudos de Braman (2004) sobre o regime de informação se debruçam sobre as políticas de informação no nível internacional e como os comportamentos e relações são afetados pelo poder informacional, Frohmann (1995) enfatiza as especificidades de fluxos locais de informação, que sejam os elementos naturais, sociais e discursivos bem como o contexto social que o compõem. Magnani e Kerr Pinheiro (2011, p. 596) sintetizam as visões de Braman e Frohmann sobre o regime de informação para a compreensão dos fluxos de informação e seus elementos:

O “regime de informação” ou o “regime global de política de informação” são conceitos que vem sendo trabalhados na Ciência da Informação como uma forma de se obter uma paisagem do campo de ação da política de informação relacionando atores, tecnologias, representações, normas, e padrões regulatórios que configuram políticas implícitas ou explícitas de informação.

Na realidade, apesar da escala global de sua demarcação teórica sobre o regime de informação, Braman aproxima suas observações para a área da gestão pública, baseada na conceituação de campo do sociólogo francês Pierre Bourdieu. A autora enumera os elementos que constituem os regimes:

- governo: as instituições formais, regras e práticas historicamente baseadas em entidades geopolíticas;
- governança: as instituições formais e informais, normas, acordos e práticas de atores estatais e não-estatais, decisões e comportamentos dos que têm um efeito sobre a sociedade constitutiva; e
- governabilidade: o contexto cultural e social em que modos de governança surgem e são sustentados. (BRAMAN, 2004, p. 13).

Dessa forma, a autora aborda o sistema político como um espaço com uma diversidade de interesses, discursos, relações de poder, atores e instituições, e que deve buscar um equilíbrio nos conflitos.

Avançaremos na compreensão do regime de informação, a partir dos estudos de González de Gómez (1999, 2002, 2003, 2004) e sua posterior aplicação proposta por Delaia e Freire (2010). González de Gómez (1999c, p. 40) recupera o conceito de

Frohmann, e combinando-o com a noção de ‘dispositivo’, de Foucault, entende o regime de informação como

[...] figura combinatória de uma relação de forças, definindo uma direção e arranjo de mediações comunicacionais e informacionais dentro de um domínio funcional (saúde, educação, previdência etc.), territorial (município, região, grupo de países) ou de sua combinação.”.

Para isso, o regime de informação caracteriza todos os outros regimes que compõem a sociedade da informação: “regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do Estado.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999c, p. 2). De acordo com González de Gómez (2002, p. 34), o regime de informação refere-se a

Um modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. [...] Um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos.

Notamos que para a autora o regime de informação designa um conjunto de determinações para o fluxo estrutural de informações em um dado espaço social ou institucional, em determinado contexto, e suas diferentes formas de geração, organização, uso e comunicação da informação, englobando os sujeitos envolvidos no processo, as organizações, as normas e padrões, os meios e os recursos de informação. A compreensão do regime de informação e seus componentes resulta na “[...] compreensão de uma Política de Informação, assim como das relações diretas e indiretas das e entre as comunidades, instituições, organismos do público ou privados, no que tange às ações de informação.” (DELAIA; FREIRE, 2010, p. 109)

Enquanto Frohmann aborda o regime de informação com foco nos fluxos de informação e seus artefatos tecnológicos, González de Gómez aborda inicialmente o regime de informação sob os aspectos da Gestão da Informação aplicada nas Políticas de Informação. Em um cenário marcado pelas tecnologias da informação e da comunicação, a gestão e a política da informação podem contribuir no delineamento do regime de informação, o estabelecimento de diretrizes para os processos de criação, organização, acesso e uso da informação, através do delineamento do regime de informação, visando a mediação de conflitos e uso estratégico da informação no contexto das políticas públicas, ou mesmo organizações

de caráter privado. E como destaca Freire (2008, 198), “nesta perspectiva, é possível identificar, na sociedade contemporânea, vários regimes de informação, em diferentes níveis, direcionando o fluxo e a distribuição de informações entre sujeitos, áreas do conhecimento, atividades e regiões.”.

De acordo com a autora, o modelo do regime de informação atua como “[...] uma ferramenta interessante para situar e analisar as relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43), auxiliando como procedimento metodológico na análise dos fluxos informacionais em um determinado contexto. Em pesquisa com Chicanel, González de Gómez ressalta essa visão:

O conceito de regime de informação, como instrumento analítico, visaria à reconstrução dos modos de produção de ações e práticas de informação, ancoradas nas redes densas de relações culturais, sociais e econômicas e condicionadas pelas estruturas preferenciais das relações de poder. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, CHICANEL: 2008, p. 2)

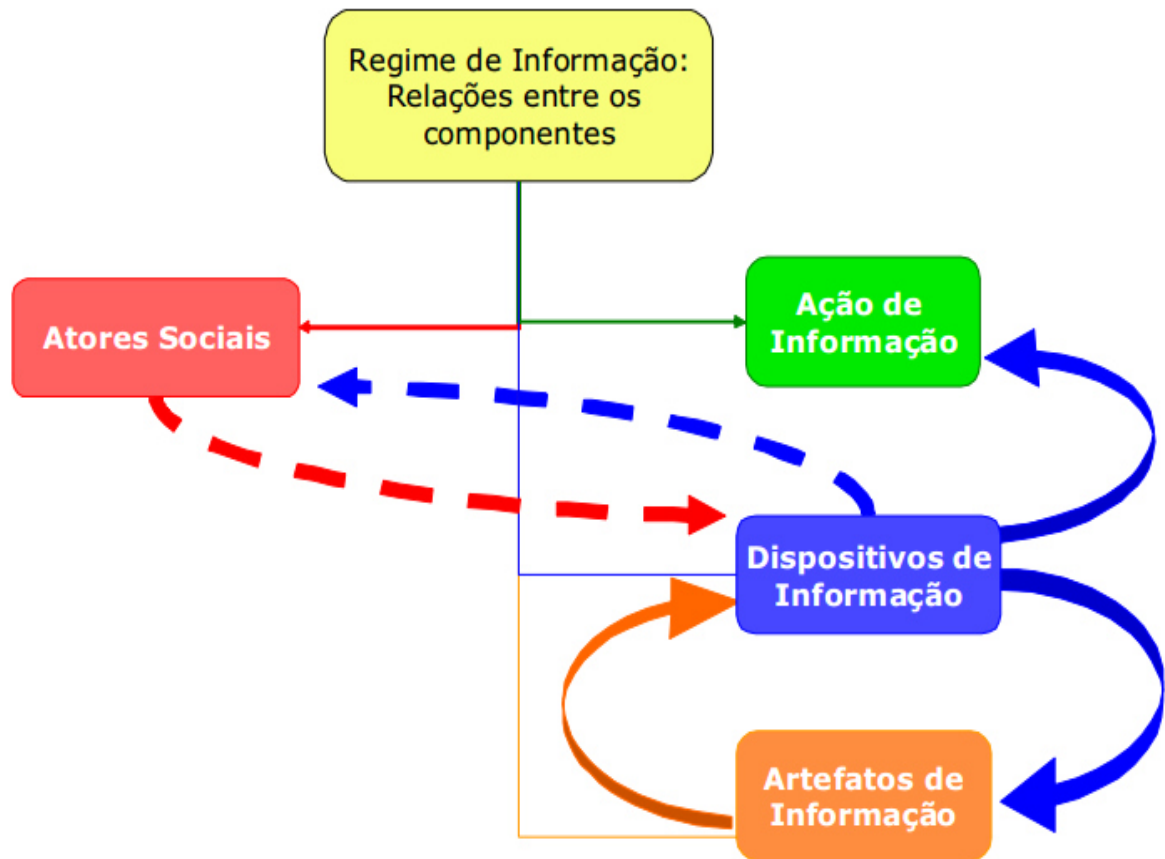
A literatura aponta algumas aplicações do regime de informação enquanto instrumento analítico. Em sua dissertação de mestrado, ao se debruçar sobre o processo de acesso aos documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado de Minas Gerais, Silva (2007) relaciona o papel do Estado na construção do regime de informação, a partir das relações de poder existentes, bem como do campo político e das disputas no campo social. O autor reflete que é necessário compreender o contexto para a caracterização de seu regime de informação.

Em sua tese de doutorado, Carvalho (2009) analisou o regime de informação em um contexto específico: o Arranjo Produtivo Local (APL) de Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais. O autor descreveu seu campo de pesquisa através do modelo do regime de informação, identificando os atores sociais, os recursos informacionais, as normas operacionais do regime, a cultura e identidade locais, focando especialmente nas formas de interação entre os atores e os demais elementos.

Delaia (2008) e Freire (2013b, 2016), baseadas em González de Gómez (1999b, 1999c), contribuíram na discussão dos elementos que compõem um regime de informação. Para as autoras, o regime de informação é formado por recursos humanos (atores sociais), recursos informacionais/tecnológicos (artefatos de informação), recursos normativos (dispositivos de informação) e ações de informação. Delaia descreve os componentes de um regime de informação e as relações de

interação que ocorrem entre eles, conforme a representação gráfica do modelo exposta na Figura 2:

Figura 2 – Representação gráfica do modelo de regime de informação.



Fonte: Delaia (2008)

Deve-se ter em mente que o modelo de Delaia (2008) foca nas dinâmicas e relações interdependentes dos elementos que compõem o regime de informação, em vez dos elementos e estruturas per se. Tal modelo é referencial nesta pesquisa, por se alinhar aos objetivos específicos que propusemos para o desenvolvimento da pesquisa. Trata-se de uma abordagem crítica para enxergar o contexto social nos quais as ações e práticas de informação acontecem, bem como a relação entre informação, política e poder (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 50). Além disso, ao destacar as relações entre os componentes do regime de informação, é possível observar também uma estrutura complexa, formada pelo contexto social, cultural, econômico, político e histórico como elemento constitutivo do regime de informação.

Os **atores sociais**, referem-se aos sujeitos e/ou organizações “[que] constroem suas identidades através de ações formativas existindo algum grau de institucionalização e estruturação das ações de informação”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 35). Ou seja, os atores sociais operacionalizam o fluxo informacional, sendo responsáveis por fases do processo de construção, desenvolvimento e atuação das políticas de informação, em constante interação com todos os outros elementos do regime de informação.

Os **dispositivos de informação**: são “tudo aquilo que, como matéria informada, mediação maquínica ou como passado instituído do mundo social, condiciona uma ação de informação, e pode atuar como variável causal na ocasião pontual de sua intervenção.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999c, p. 10). Etimologicamente, o termo latino *dispositio* seria a tradução do termo grego *diathesis*; é definido na filosofia moderna como aquilo que facilita, faz algo possível ou limita as possibilidades de algo (DICIONÁRIO..., 2007). González de Gómez fundamenta-se no conceito de dispositivo de Foucault, que se trata de

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Então, os dispositivos de informação referem-se aos mecanismos operacionais, ao corpo regulatório, normativo e estruturante do ambiente informacional e que determina suas características e seu funcionamento.

Os **artefatos de informação**, referem-se às infraestruturas de “armazenagem, processamento e de transmissão de dados, mensagem, informação”, ou seja, a “cultura material”, os recursos tecnológicos e informacionais utilizados no ambiente (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999c, p. 11). Os artefatos de informação são elementos materiais que os atores sociais utilizam na produção, organização, acesso, uso e comunicação da informação.

As **ações de informação**, para González de Gómez (2009, p. 27), seria “aquela realizada por atores sociais em suas práticas e atividades, ancoradas culturalmente numa forma de vida e geradas em comunidades epistêmicas ou configurações coletivas de relações intersubjetivas”. Entendidas como informação em movimento, as ações de informação referem-se ao conjunto de estratos heterogêneos e

articulados que direcionam os atores a alcançarem determinada finalidade em determinados contextos, através dos dispositivos e artefatos disponíveis no regime de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003).

De acordo com Brasileiro (2013, p. 47), as ações de informação intervêm no regime de informação,

no sentido de gerar, organizar e compartilhar a informação oriundo de um determinado produtor de informação para os diferentes tipos de usuários, por meio de seleção e utilização de dispositivos e artefatos de informação adequados em um processo interativo de intercâmbio de informações caracterizado pela mediação de informação.

As ações de informação se articulam e se manifestam no regime de informação através de três modalidades, conforme tipologia proposta por González de Gómez (2003, p. 36):

- a) **Ação formativa:** quando a ação de informação é orientada à informação como finalização e não como um meio, sendo produzida por “sujeitos heurísticos” ou “experimentadores”, que transformam “os modos culturais de agir e de fazer, nas artes, na política, na ciência, na indústria e no trabalho, iniciando um novo domínio informacional”, ou seja, direcionada para um grupo ou comunidade de interesse;
- b) **Ação de mediação:** quando a ação de informação fica atrelada aos fins e orientação de uma outra ação e seus atores são vistos como sujeitos funcionais “cuja prática será definida pelo contexto acional em que atua, dentro das múltiplas atividades sociais”; e
- c) **Ação relacional:** quando a ação de informação intervém em uma outra ação para obter direção e fins, ampliando seu espaço de realização, “o qual alarga nas formas de descrição, da facilitação, do controle ou do monitoramento”, sendo realizada por atores sociais articuladores.

O quadro a seguir detalha características da teleologia⁴ das ações de informação:

Quadro 3 – Teleologia das ações de informação.

Ações de Informação	Atores	Atividades	Finalidade
Ação formativa	Sujeitos Sociais Experimentadores (<i>poiesis</i> ⁵)	Atividades Heurísticas e de Inovação	Transformar o conhecimento para transformar o mundo
Ação de mediação	Sujeitos Sociais Funcionais (<i>práxis</i> ⁶)	Atividades Sociais Múltiplas	Transformar o mundo social ou natural
Ação relacional	Sujeitos Sociais Articuladores e Reflexivos (<i>legein</i> ⁷)	Atividades Sociais de Monitoramento, Controle e Coordenação	Transformar a informação e a comunicação que orientam o agir coletivo

Fonte: González de Gómez (2003, p. 37) e Freire (2018)

Portanto, compreendemos as ações de informação como ações sociais que ocorrem em formas de vida que se manifestam em um regime de informação, presentes em diversas etapas do fluxo informacional, desenvolvidas pelos atores sociais a partir dos artefatos de informação e mediada pelos dispositivos de informação evidenciando as relações de poder coexistentes no meio.

Freire (2017, 2018) analisou essa tipologia das ações de informação nos projetos desenvolvidos no âmbito do Laboratório de Tecnologias Intelectuais, uma rede de projetos que integra atividades de ensino, pesquisa e extensão no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. O LTI tem como objetivos “facilitar o acesso livre à informação científica e tecnológica na Internet e promover competências em tecnologias intelectuais para produção e compartilhamento da informação na rede das redes.” (FREIRE, 2018, p. 2).

⁴ A teleologia refere-se ao estudo filosófico dos fins, isto é, dos objetivos ou finalidades.

⁵ *Poiesis* – Definida como ação ou a capacidade de produzir ou fazer alguma coisa, especialmente de forma criativa. (FREIRE, 2017)

⁶ *Práxis* – prática profissional em que os atores sociais atuam a partir de uma teoria que é a base para sua ação no mundo. (FREIRE, 2017).

⁷ *Legein* – No sentido grego: “[...] dizer, falar, declarar, anunciar, significar, nomear, designar, ordenar e exortar”. (FREIRE, 2017)

As ações formativas se manifestam por meio do desenvolvimento de atividades de pesquisa e ensino para o desenvolvimento de competência em informação em alunos universitários do campo da Ciência da Informação e do Ensino Médio. Como ação de mediação no âmbito do LT*i* temos a disponibilização de artefatos e serviços de informação mediados disponibilizados no Portal LT*i*. Como ações de informação relacionais, são desenvolvidas no LT*i* atividades de pesquisa para formulação de modelos, avaliação e análises dos resultados da rede de projetos em desenvolvimento no regime de informação do LT*i*.

Seguindo agora com a relação entre regime de informação e a esfera pública, Lima *et al.* (2009, p. 1742), define Regime de Informação como

o local das relações de informação e o modo como essa informação é organizada, orientada, produzida e utilizada. São as regras do uso da informação em determinado ambiente informacional, uma vez que esses ambientes possuem regimes de informação que organizam a produção material e simbólica e representam a dinâmica das relações informacionais.

Portanto, regimes de informação referem-se a ambientes que regulam, intencionalmente ou não, seu fluxo de informação, sendo composto por processos de produção, organização, armazenamento, acesso, uso e comunicação da informação, assim como por atores sociais que estão em constante interação com artefatos e ações de informação. Dessa forma, o regime de informação pode ser identificado em

[...] diversas configurações sociopolíticas – desde organização privada ou pública, salas de aula, regulamentações disciplinares ou formação familiar específica [...]. De modo prático, compreende-se que o regime de informação é constituído pela relação desses atores através de ações de informação relacionadas à produção e às políticas de informação de espaços sociais. (BEZERRA *et al.*, 2016, p. 64)

Unger (2006, p. 28) nos lembra que os regimes de informação “são constituídos por políticas originadas de órgãos privados ou governamentais, abrigam no seu seio pessoas de diferentes camadas sociais e econômicas que têm necessidades informacionais”. Contudo, devemos levar em conta dois aspectos centrais, citados por Albagli (2009, p. 8):

(a) a ênfase nas práticas informacionais (“ações de informação”) dos atores - estatais e não estatais -, tanto quanto na dimensão institucional formal; e (b) o reconhecimento do regime de informação como um campo de disputa e conflito, assim como de negociação e estabilização.

Considerando o Estado um importante definidor de política públicas, inclusive de políticas de informação, bem como um dos maiores produtores de informação, ele termina por atuar como mediador das demandas e disputas do campo político e social, legitimando políticas que direcionam e ordenam o regime de informação. A informação torna-se assim instrumento de poder, permitindo exercer controle sobre os atores sociais, moldando seus comportamentos e ações e propagando ideias e discursos (SILVA, 2016). Frohmann (1995, p. 6) corrobora:

Descrever um regime de informação significa catalogar [mapear] o polêmico processo que resulta da tentativa da inquieta estabilização dos conflitos entre os grupos sociais, interesses, discursos, com os equitativos artefatos científicos e tecnológicos. A estrutura teórica do estudo das políticas de informação deve ser suficientemente rica para compreender as complexidades destas relações.

A informação é um elemento de poder, que controla comportamentos, práticas sociais, políticas e econômicas da sociedade contemporânea. Deve-se buscar entender como o regime de informação se configura, enquanto campo de conflito e negociação entre múltiplas forças que administram o poder informacional. Unger (2006, p. 29) exemplificou isso, ao analisar o rádio enquanto artefato de informação

o estudo da política de programação do rádio, um exemplo de um específico estudo de política de informação, envolve a descrição de um regime de informação, ou de rede, na qual o artefato rádio é um elemento. E na consolidação deste dispositivo Frohmann enfatiza que a dominação sobre a informação por determinados grupos — e como esta se dá em relação a raça e classes sociais, por exemplo — deveria ser estudada, para sabermos como melhorar estas relações e alcançar um nível mais eficiente de gestão e uma distribuição mais democrática da informação. Tentar entender estas relações talvez seja mais importante do que fixar medidas para a implementação de políticas de informação.

O autor retoma Frohmann, que propôs o entendimento do regime de informação como gênese das pesquisas sobre políticas de informação. E essa relação entre informação e poder, políticas de informação e regime de informação, conforme vimos, está evidenciada também nos estudos de González de Gómez e Braman.

Como citado anteriormente, sendo os regimes de informação modos de produção informacional dominantes em uma determinada formação social, eles abrigam em seu contexto fontes de informação que podem exercer influência no contexto social em que está inserido (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002). Portanto, o regime de informação se torna um palco de luta, conflitos e negociação, em que se sujeitos, grupos sociais e o próprio poder público lutam por seus interesses e

discursos, bem como pelo domínio dos recursos informacionais e tecnológicos disponíveis.

Vimos que a Ciência da Informação tem desenvolvido estudos que buscam delinear os elementos de regimes de informação específicos, e compreender as relações de interação entre os atores sociais (individuais ou institucionais), os artefatos tecnológicos e/ou informacionais, os dispositivos de regulação estabelecidos, bem como as ações de informação desenvolvidas, em várias possibilidades de ambientes. As pesquisas apresentadas no capítulo apontam para a necessidade de identificar, descrever e analisar os elementos e suas complexas relações que formam um regime de informação em contextos e organizações específicos, seja a informação usada para exercício de poder, controle ou mesmo como recurso para pesquisa ou de posicionamento estratégico, levando em conta que “um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43)

As perspectivas apresentadas de Frohmann, Braman, González de Gómez, Delaia e Freire apontam um caminho comum a se seguir. Além do delineamento dos elementos materiais do regime de informação, a compreensão de uma política de informação perpassa o contexto e as relações e interações diretas e indiretas estabelecidas entre eles. Frohmann (2008, p. 20) pondera o “[...] quanto importante é focar a nossa atenção nos aspectos públicos e sociais da informação em nosso tempo”.

Portanto, utilizando a concepção de regime de informação enquanto instrumento teórico-metodológico, delinearemos os elementos (atores sociais, dispositivos de informação, artefatos de informação e ações de informação) que compõem o regime de informação estabelecido no âmbito das políticas públicas para a população LGBTI+ dos estados brasileiros (26 Estados e o Distrito Federal) e Governo Federal, constituindo-se em um amplo domínio onde a política e a informação estabelecem uma relação voltada para a inclusão social e a cidadania, bem como um campo de conflito entre atores políticos conservadores e progressistas.

Anteriormente a isso, compreenderemos nosso campo de estudo através dos estudos sobre gênero e diversidade sexual, na seção a seguir.

5 GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E PESSOAS LGBTI+

Amar é um ato de coragem. (Paulo Freire)

Nesta seção explanaremos sobre os estudos de gênero, construindo um diálogo entre diversos autores que pesquisaram sobre o conceito de gênero, bem como sua relação com a sexualidade humana e a diversidade sexual. Cabe antecipar que contemporaneamente o conceito de gênero está em constante (re)construção, e lembrar que definir um termo pode ser uma tarefa inglória, já que palavras carregam conceitos que tem significados diversos no tempo, espaço e área de conhecimento, e que sempre estão sendo revistos ou ressignificados.

5.1 Os estudos sobre gênero

Segundo o Dicionário Michaelis, a palavra gênero tem como significado: “Conceito de ordem geral que abrange todas as características ou propriedades comuns que especificam determinado grupo ou classe de seres ou de objetos.” (WEISZFLOG, 1998). Dessa forma, gramaticalmente, o termo gênero refere-se a uma categoria linguística utilizada para a classificação de palavras, seja distinção ou agrupamento, entre masculino e feminino.

Destarte, a relação entre homens e mulheres tem sido construída historicamente tendo por base o fator biológico. A pessoa com pênis deve se sentir como masculino e se comportar como homem. Seguindo essa linha, a pessoa com vagina, deve se sentir feminina e se comportar como mulher. A partir dos estudos sobre gênero, que receberam grande influência do movimento feminista a partir dos anos 1990, passa-se a considerar também fatores culturais e sociais, que ultrapassam as diferenças naturais que distinguem os corpos de homens e mulheres (BUFREM; NASCIMENTO, 2012).

Todavia, algumas ideias e discussões já haviam sido levantadas anteriormente. Segundo Carrara (2009), a antropóloga americana Margaret Mead, na década de 30, estudou a questão dos ‘papéis sexuais’ em três tribos diferentes em Nova Guiné.

Entre os Arapesh, a antropóloga encontrou uma sociedade em que homens e mulheres mostravam-se gentis, não agressivos, cooperativos e atentos às necessidades alheias. [...] Mead deparou-se com um povo em que homens e mulheres apresentavam temperamentos semelhantes, inclusive no que dizia respeito ao cuidado dos filhos. Este traço é especialmente destacado no livro,

pois se nos EUA as crianças eram consideradas uma incumbência das mulheres, aí também os homens delas se ocupavam. Já entre os Mundugumor, a autora se deparou com um povo violento, implacável e agressivo. Os comportamentos, por sua vez, não diferiam muito em razão do sexo: homens e mulheres assumiam atitudes hostis e havia conflitos por todos os lados. Por fim, entre os Tchambuli, as atitudes masculinas e femininas mostravam-se bastante distintas, tendo as mulheres um protagonismo evidente: elas eram dotadas de poder dentro das aldeias; eram as principais fornecedoras de alimentos. [...] Os homens, de seu lado, se dedicavam à arte e à estética, e eram emocionalmente frágeis. Tal padrão chama a sua atenção por ser o inverso do comportamento tradicionalmente atribuído aos sexos na sociedade estadunidense da época

Mead aponta assim que não existia nas tribos uma relação direta entre o sexo biológico e a conduta social exercida entre os homens e as mulheres. Mais adiante, em 1949 a escritora e filósofa existencialista Simone de Beauvoir escreveu o livro *O Segundo Sexo*. A obra reflete acerca das desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, levantando a discussão sobre a inferioridade do feminino e das mulheres nessa sociedade moderna, caracterizada por um sistema de relações de poder e dominação. A citação “não se nasce mulher, torna-se mulher” buscava afrontar essa determinação “natural” de opressão da mulher (BEAUVOIR, 2008). De acordo com Siciliano, Souza e Meth (2017, p. 146),

O conceito moderno do termo gênero surgiu no final dos anos 1960, quando o psiquiatra Robert Stoller – ao pesquisar meninos e meninas que, por causa de problemas anatômicos, foram criados como se fossem do sexo oposto – estabeleceu a diferença entre sexo e gênero. A partir desta pesquisa, publicada no livro “Sex and gender: on the development of masculinity and femininity”, Stoller percebeu que existiam duas categorias: uma biológica, que demonstraria que o ser humano, como espécie, precisa de diferenciação sexual para se reproduzir (sexo), e outra psicológica, que seriam os comportamentos atribuídos e esperados de cada sexo (gênero).

Portanto, o conceito de gênero diferencia-se do conceito de sexo biológico, questionando o órgão genital biológico como fator determinante para o comportamento das pessoas, bem como diferenciar a desigualdade e a opressão existentes entre homens e mulheres. Como caracteriza Heilborn (1994, p. 1)

Gênero é um conceito das ciências sociais que, grosso modo, se refere à construção social do sexo. Significa dizer que, no jargão da análise sociológica, a palavra sexo designa agora a caracterização anatomo-fisiológica dos seres humanos e, no máximo, a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero ambiciona, portanto, distinguir entre o fato do dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização de masculino e feminino que acompanham nas culturas a presença de dois sexos na natureza. Este raciocínio apoia-se na ideia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura.

Ou seja, historicamente elaborou-se padrões que estariam associados às pessoas com corpos de homens (possuidores de pênis) e corpos de mulheres (possuidoras de vaginas). Conjuntamente, propagava-se ainda uma sexualidade heterossexual como natural e padrão, pois o ato sexual entre homem e mulher era o considerado 'normal'.

Os textos da historiadora norte-americana Joan Wallach Scott rompem com essa perspectiva que continuava propagando a dicotomia homem/mulher, ou seja, o gênero era compreendido como marcador da identidade dos sujeitos. Scott (1990a, p. 14) propõe o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas na diferença percebida entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Através de uma perspectiva foucaultiana, a autora defende que a organização social humana e suas relações de poder se fundamentam nas diferenças percebidas entre os sexos. Para Scott (1990b, p. 86), ao apontar que essa diferença de sexo biológico era fator de desigualdade social, o gênero se apresenta como uma categoria historicamente determinada de análise das relações sociais dentro de uma perspectiva cultural.

Conforme Louro (1997, p. 22), “as desigualdades passam a ser compreendidas nos arranjos sociais, na história das condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.”. Em adição, Scott (1998, p. 15) aponta que o gênero:

[...] não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos.

A autora está propondo uma contestação aos binarismos historicamente determinados pela biologia, de homem/mulher e opressão/submissão, desconstruindo as relações de poder baseadas em diferenças biológicas, fragmentando cada uma dessas unidades, mas também considerando cada uma internamente, com suas coerências e paradoxos, implodindo essa dicotomia. Gênero agora trata-se de uma categoria analítica porque analisa o processo de construção histórica e cultural das identidades masculina e feminina, abordando as relações de poder que há entre os sexos, ressignificando-as simbolicamente.

Scott (1990a) aponta que ao surgir no seio do feminismo e da academia, as discussões sobre gênero surgem a partir da indignação com uma sociedade machista e opressora, ou seja, como um movimento de contestação às estruturas de poder impostas. A autora traça o fio condutor da história do feminismo que reunia diferentes tipos de lutas: o ideal republicano de igualdade e liberdade, liberalismo, socialismo utópico, anarquismo e algumas questões relacionadas à vida privada, no que se refere a constituição igualitária do casamento, questionamento do poder patriarcal na família, direitos reprodutivos, violência doméstica e direito ao divórcio e ao voto.

De modo que, embora até aqui o significado genérico de gênero estivesse atrelado às relações de poder entre os sexos, a partir de agora, devia ser compreendido com uma categoria que questiona as diferenças construídas socialmente. Como descreve Louro (1997, p. 34):

Uma das conseqüências mais significativas da desconstrução dessa oposição binária reside na possibilidade que abre para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente. [...] Ao aceitarmos que a construção de gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança.

A propósito, a filósofa Judith Butler é outra pesquisadora norte-americana que contribui no entendimento do conceito de gênero, incluindo outros fatores importantes nas discussões sobre o tema, como a cultura, a identidade, o desejo e a prática sexual. Nessa perspectiva, a pessoa não pode ser vista como algo imutável e cristalizado, pois o conceito de identidade abre o leque para identidades plurais, por vezes até mesmo contraditórias ao binarismo homem/mulher e com possibilidades de transformação. Segundo a autora,

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual 'a natureza sexuada' ou 'um sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (BUTLER, 2003, p. 25).

Butler inclui ainda a questão da performatividade, referindo-se à repetição de atos, gestos e signos, do âmbito cultural, que reforçariam a construção dos corpos masculinos e femininos. Assim, a autora critica o conceito de gênero, colocando-o

como um mecanismo de regulação acerca da noção do que é masculino e do que é feminino (BUTLER, 2003).

Outra ideia apontada por Butler (2003), é de que não é possível separar gênero de outras questões políticas, sociais e culturais - como a sexualidade, a raça, a etnia, a classe social, a religião etc. Ou seja, ainda que a natureza biológica determine a genitália da pessoa e daí se exija um tipo de personalidade e padrões de comportamento para homem e mulher, outros fatores serão determinantes no comportamento social dele (MEYER, 2004, p. 43).

Essa articulação com outras categorias sociais denomina-se interseccionalidades, que segundo Piscitelli (2008, p. 266), oferece “ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades”. Ou seja, essas categorias interagem simultaneamente, porém de forma desigual, nas pessoas que compõem a sociedade, que avaliará de forma distinta, por exemplo, um homem branco heterossexual e uma mulher negra lésbica. Exemplificando, ser um homem gay, masculino, rico e branco é mais tolerável do que ser um homem gay, ‘afeminado’, negro e pobre. Portanto, ao se colocar como categoria de análise social, as questões de gênero devem ser refletidas conjuntamente com outras categorias sociais, englobando tantos outros conceitos, como raça, sexo biológico, a classe social, a identidade de gênero, a orientação sexual etc.

No Brasil, destaca-se ainda as análises críticas sobre a temática da socióloga Heleieth Saffioti. Para a autora “[...] o próprio sexo não se inscreve puramente no terreno biológico, mas sofre elaboração social, que não se pode negligenciar sob pena de naturalizar processos de caráter histórico.” (SAFFIOTI, 1992, p. 183). Ou seja, além de uma categoria de análise metodológica, o gênero é também um fenômeno histórico construído na dinâmica das práticas sociais.

Resumindo, o conceito de gênero ultrapassa a diferenciação biológica entre ser homem e ser mulher, perpassando a socialização, a cultura, o contexto histórico, a sexualidade e se apresentando como uma categoria de análise social que ajuda no entendimento dessas diferenças biológicas em uma convivência permeada por relações de poder.

5.2 Sexualidade e diversidade sexual

Os estudos sobre gênero ajudaram na compreensão da sexualidade humana e da diversidade sexual, sem apagar a dimensão biológica, mas incluindo outros fatores como a cultura e a identidade. Por exemplo, Butler (2003) articula suas reflexões sobre gênero com o pensamento feminista, ligando a origem dos estudos de gênero com a luta por ampliação de direitos sociais e contra a discriminação das mulheres, e coloca que a diversidade sexual também segue essa linha. Para a autora, a sexualidade e o gênero são dimensões distintas que formam a identidade de cada pessoa. O Ministério da Educação, no Curso Gênero e Diversidade na Escola, define sexualidade como

[...] elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ideais, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações, e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas. (BRASIL, 2009, p. 2)

De acordo com o documento Elaborando Definições de Saúde Sexual, da Organização Mundial da Saúde (2002):

A sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da sua vida e engloba sexo, identidade e papel de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. A sexualidade pode envolver todas estas dimensões, mas nem sempre todas são vivenciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada por uma interação de fatores de ordem biológica, psicológica, social, econômica, política, cultural, ética, legal, histórica, religiosa e espiritual.

Portanto, a partir desses conceitos, entendemos que a sexualidade humana extrapola o ato sexual biológico, envolvendo várias outras dimensões: desejos, sensações, comportamentos, fantasias, emoções, identidade. Da mesma forma como o gênero, a sexualidade também envolve um processo contínuo de construção da identidade humana pessoal, que acontece dentro de um contexto histórico, social e cultural específicos.

Segundo o senso comum heteronormativo, o ‘normal’ é que ao nascermos com pênis e vagina, somos determinados como homem e mulher, respectivamente. O

homem deve desejar a mulher e a mulher, o homem, devendo se unirem em casamento, formar família, procriar e povoar a sociedade.

A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho. (PETRY; MEYER, 2011)

Contudo, os estudos sobre gênero e sexualidade vêm para romper com o paradigma da heteronormatividade, reconhecendo que as pessoas nascem com determinadas capacidades biológicas (cromossomos, genitálias, gônadas, hormônios) que os classificam como macho e fêmea, mas que seu papel social, sua sexualidade e sua identidade de gênero não são imutáveis e cristalizadas, mas se constroem ao longo da vida (LOURO, 1997, 2004). Cabe um adendo para incluir no debate sobre a divisão biológica das pessoas intersexuais, que nascem com características biológicas externas e/ou internas, que não se encaixam no padrão homem macho/mulher fêmea.

Para entendermos os conceitos contemporâneos ligados a gênero e sexualidade, recorreremos ao documento Os Princípios de Yogyakarta, referência internacional contemporânea nas discussões sobre a sexualidade, diversidade humana e garantia de direitos. A orientação sexual é definida como “uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por pessoas de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.” (PAINEL INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL..., 2007, p. 6).

Portanto, a orientação sexual envolve um padrão de atração sexual, emocional e afetiva para um grupo com determinado sexo biológico, não se constituindo em uma opção livre e voluntária⁸. Padroniza-se em quatro os tipos principais de orientação sexual, conforme Brasil (2009):

- a) heterossexualidade (atração afetiva e/ou sexual por pessoas de sexo oposto);
- b) homossexualidade (atração afetiva e/ou sexual por pessoas do mesmo sexo);

⁸ A expressão “orientação sexual” contrapõe-se a anteriormente utilizada “opção sexual”. Sendo formada por um conjunto de dimensões da identidade do indivíduo e seu contexto, a definição do objeto de desejo e relacionamento não pode resultar de uma opção deliberada, mecânica e linear.

- c) bissexualidade (atração afetiva, sexual e erótica tanto por pessoas do mesmo sexo quanto pelo sexo oposto); e
- d) assexualidade (que na realidade, refere-se à ausência de atração sexual).

Ademais, como mencionado anteriormente, para além de qualquer tipologia ou classificação, a sexualidade humana é heterogênea, não é imutável, sendo formada por uma multiplicidade de possibilidades. Assim, surgem novas formas de classificação, como a pansexualidade, a demisexualidade e a autosexualidade⁹ etc. É importante destacar também que a divisão principal de orientação sexual, entre hetero, homo, bi e assexual trata-se de uma classificação, criada para controle da sexualidade humana, sendo, portanto, arbitrária.

Quanto à identidade de gênero, segundo Os Princípios de Yogyakarta, é compreendida como

[...] a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. (PAINEL INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL..., 2007, p. 6).

Assim, a identidade de gênero diz respeito ao modo como a pessoa se percebe e se expressa individual e socialmente, seja homem ou mulher, independente ou não de sua anatomia. São três grupos principais:

- a) Cisgêneros, as pessoas que se identificam e se comportam conforme o seu sexo biológico;
- b) Transgêneros, são as pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído no nascimento; e
- c) Não-binários, que se referem as pessoas que questionam e transitam entre os gêneros e os papéis sociais que lhe são atribuídos.

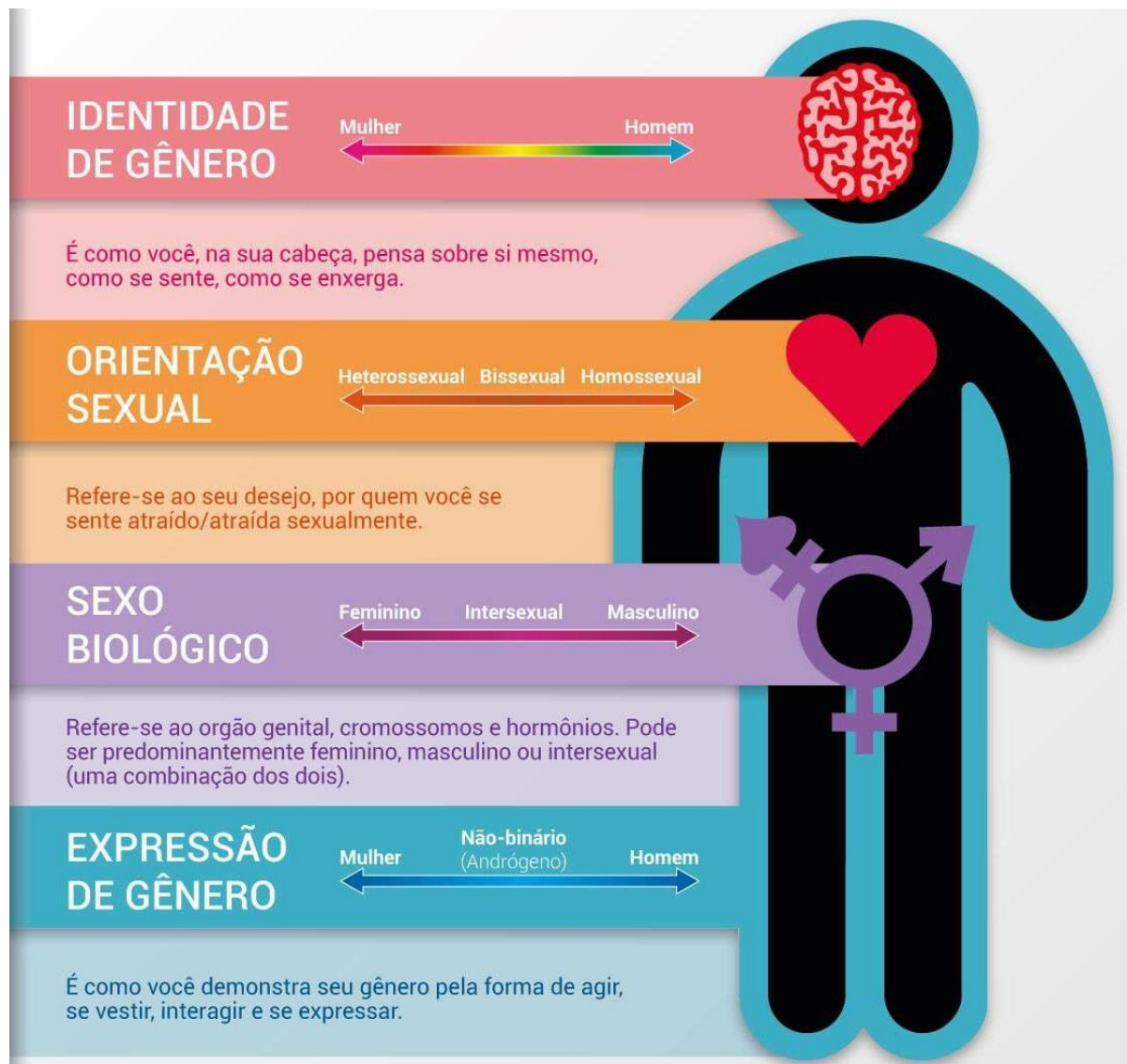
Novamente ressaltamos que a classificação é criada para fins de controle e entendimento, mas o gênero e a sexualidade ultrapassam as barreiras que a classificação impõe. Por exemplo, a palavra “transgênero” e sua forma abreviada,

⁹ Pansexualidade: orientação sexual caracterizada pela atração sexual ou romântica por outras pessoas, independentemente do sexo e gênero destas. Demisexualidade: atração sexual apenas em alguns casos em que anteriormente se estabeleceu um forte vínculo emocional ou íntimo. Autosexualidade: Atração que se sente por si mesmo. (JESUS, 2012).

“trans”, podem ser utilizadas para reunir, numa só categoria, travestis e transexuais, referindo-se aos sujeitos que transitam entre um gênero e outro.

As travestis vivem cotidianamente sua identidade de gênero feminina, mas de maneira geral, não sentem desconforto com sua anatomia, ou não possuem a necessidade de fazer a cirurgia de redesignação sexual. Já pessoas transexuais geralmente sentem uma inadaptação ao seu corpo, possuindo o desejo de encaminhar um tratamento hormonal ou mesmo cirurgia de redesignação para alcançar o corpo referente ao sexo com que se identifica (BENTO, 2017).

Figura 3 – Dimensões de gênero e sexualidade



Fonte: <https://images.app.goo.gl/K23Y6iArrw3smuWW9> . Acesso em 25 mar. 2020.

O sexo biológico, a orientação sexual, a identidade de gênero e a expressão de gênero podem estar relacionados, mas também são dimensões distintas da identidade humana, conforme visualizado na Figura 3¹⁰. Por exemplo, ser homossexual não necessariamente deve fazer um homem se sentir e se expressar menos masculino, ou uma mulher menos feminina. Outro caso, é que uma mulher transexual (que nasceu com genitais masculinos, mas assumiu uma identidade de gênero feminina), quando se relaciona com homens, é heterossexual, e caso se relacione com mulheres, é homossexual.

Por oportuno, lembramos que todas essas identidades e orientações não são rígidas ao longo da vida, podem mudar ao longo do tempo, permitindo que as pessoas vivam sua sexualidade e sua identidade como elementos fluídos, menos sujeitos a restrições e classificações, conforme premissas da Teoria *Queer* (BUTLER, 2003), ou para usar um termo em português, Estudos Transviados (BENTO, 2017). Trata-se de contradiscursos que propõem uma desconstrução da naturalização dos corpos e problematização das binaridades de gênero: homem versus mulher e até mesmo heterossexual versus homossexual, permitindo que “outros níveis constitutivos da identidade também se liberam para comporem arranjos múltiplos fora do referente binário dos corpos.” (BENTO, 2014, p. 52).

5.3 Estabelecendo um foco: a diversidade sexual e o movimento LGBTI+

Entender essas conexões relacionadas aos estudos sobre gênero contribuem para compreendermos de que forma essas transformações caracterizam as sociedades contemporâneas. Foucault (2005) relacionou o desenvolvimento do capitalismo com a segmentação das pessoas a partir de suas práticas sexuais. O autor reforça a relação entre poder, gênero e sexualidade: quem não se encaixa no padrão de sexualidade considerado “normal”, a heterossexualidade, de imediato transforma-se em pária.

¹⁰ Temos ainda outros grupos sociais ligados a identidade de gênero, como por exemplo: *Crossdresser*: pessoa que gosta de usar ocasionalmente roupas características do gênero oposto, geralmente em ocasiões específicas. *Drag queen*: homens que se vestem como mulher de maneira caricata com o intuito de realizar performances artísticas, que incluem canto e dança. *Drag king*: mulheres que se vestem como homem de maneira caricata com o intuito de realizar performances artísticas, que incluem canto e dança.

Historicamente, a partir do final do século XIX, as instituições de regulação social, como a Ciência e as religiões, reforçaram a adoção do termo homossexualismo, com o intuito explícito ou implícito de apontar como pecado/enfermidade o relacionamento afetivo-sexual entre pessoas de um mesmo sexo. Segundo Butler (2003) o estabelecimento do padrão heteronormativo (modelo de relação homem cis x mulher cis) reafirma a percepção do homossexual como ameaça à ordem social e à família, uma pessoa imoral. A filósofa norte-americana destaca o caráter compulsório da heterossexualidade, que desde a gestação no útero da mãe, não admite um sujeito ser outra coisa além de um homem ou uma mulher. Desde então criam-se expectativas, impõe-se um padrão de comportamento e determina-se a forma legítima de amor e desejo, a heteronormatividade. No decorrer da vida essas disposições em relação ao que é esperado do gênero masculino e do feminino continuam sendo estimuladas e as expressões divergentes desse padrão, como a homossexualidade e a transexualidade, são condenadas, assumindo o caráter de comportamento anormal, ilegal¹¹ ou mesmo patológico.

Ademais, a sociedade contemporânea tem experimentado o desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e de comunicação, sendo caracterizada com denominações variadas: sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem, sociedade em rede, sociedade pós-moderna, dentre outras. Independentemente da designação adotada, desde a Segunda Guerra Mundial, o mundo tem passado por momentos de rupturas de paradigmas, repensando diversas concepções normativas, inclusive àquelas ligadas a sexualidade e às identidades de gênero.

Segundo Espíndola (2015, p. 2), desde a segunda metade do século XX temos vivenciado o momento de “diversidade de pensamentos e a pluralidade de atores incluindo as minorias sociais, políticas e sexuais”. Castells (2015, p. 21), na obra *O Poder da Comunicação* aborda de que forma as “relações de poder podem ser alteradas por atores sociais”, que se mobilizam para o enfrentamento à institucionalização de normas e regras visando provocar mudanças sociais. Esses atores, sejam indivíduos, grupos sociais, comunidades e instituições, passam a não se sentirem mais representados pelo regime dominante e se organizam em

¹¹ Em reportagem recente, de julho de 2018, informa-se que a homossexualidade é crime em 72 países. Ainda, em 13 países preveem pena de morte. Fonte: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/os-10-paises-mais-perigosos-para-ser-gay/>. Acesso em: 25 ago. 2018.

movimentos sociais que, “através da história, [...] foram, e continuam sendo, as alavancas de mudança social.”

Um desses momentos de rupturas aconteceu em 28 de junho de 1969, na chamada Rebelião de Stonewall, em Nova York, Estados Unidos. Na ocasião, travestis, *drag queens*, gays e lésbicas entraram em confronto com os policiais da cidade, após uma série de abusos que vinham sofrendo. O referido movimento estimulou outras mobilizações similares em defesa dos direitos LGBTI+ ao redor do mundo, o que justifica o fato de a data de 28 de junho ser celebrada, mundialmente, como o “Dia do Orgulho LGBTI+” (FACCHINI, 2005).

A partir da década de 70, a necessidade imperiosa de reconfigurar visões hegemônicas, as quais, por tanto tempo, perpetuaram desigualdade, discriminação, ódio e até mesmo morte, levam à organização do movimento homossexual, tendo como bandeira de luta a descriminalização e despatologização das sexualidades não normativas. Resultou que em 1974, a Associação Norte-Americana de Psiquiatria (APA) deixou de considerar a homossexualidade como transtorno mental, mas continuou a considerá-la como uma perturbação da orientação sexual até 1986, quando a excluiu do seu Manual de Diagnósticos e orientou seus membros a não usarem mais os códigos que patologizavam a homossexualidade. Somente no ano de 1990 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) excluiu o termo homossexualismo da sua Classificação Internacional de Doenças (CID), declarando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão”.

No Brasil, em 1985 o Conselho Federal de Medicina retirou homossexualidade da condição de desvio sexual. Somente no ano de 1999, o Conselho Federal de Psicologia divulgou a Resolução nº 001/1999, contendo as “Normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”. Determinavam que os profissionais não deveriam exercer serviços de tratamentos ou cura da homossexualidade, apontando dessa forma para a patologização da orientação sexual. Por fim, no ano de 2018, a OMS anunciou a retirada da transexualidade da lista de doenças mentais em sua nova versão da CID.

No livro *Sopa de letrinhas?* a antropóloga Regina Facchini (2005) classifica a história do Movimento LGBTI+ brasileiro em três ondas, desde a Ditadura Militar até os anos mais recentes. No Brasil, nos anos de 1960, início da Ditadura Militar, as iniciativas a favor da diversidade sexual começam a germinar e ganhar força em meio

aos outros movimentos pela democracia, cidadania e direitos civis que aconteciam no país. Por exemplo,

O movimento feminista brasileiro, através da reivindicação pela liberdade sexual, abriu caminhos para o ainda embrionário movimento LGBT se formar e se empoderar. Em conjunto, buscavam uma organização social baseada em novas formas de conjugalidade e modelos de família, confrontando com os dogmas religiosos que pregavam o relacionamento sexual somente voltado para a procriação. Aos poucos, o movimento LGBT passa a adquirir visibilidade e reivindicar sua cidadania (ESPÍNDOLA, 2015, p. 4).

De acordo com Simões e Facchini (2009, p. 13),

O desabrochar de um movimento homossexual no Brasil se deu no final da década de 1970, com o surgimento de grupos voltados explicitamente à militância política, formados por pessoas que se identificavam como homossexuais e buscavam promover e difundir novas formas de representação da homossexualidade, contrapostas às conotações de sem-vergonhice, pecado, doença e degeneração. Considerando tais características – de aglutinar pessoas dispostas a declarar sua homossexualidade em público e que se apresentavam como parte de uma minoria oprimida em busca de alianças políticas para reverter essa situação de preconceito e discriminação.

O marco consagrado nessa historiografia particular é a formação do grupo Somos de Afirmação Homossexual, em São Paulo, em 1978, na mesma época em que era lançado o *Lampião da Esquina*, jornal em formato tablóide que se voltava para um enfoque acentuadamente social e político da homossexualidade, assim como de outros temas políticos afins e até então considerados “minoritários”, como o feminismo e o movimento negro.

De acordo com Facchini (2005), essa primeira onda do então chamado Movimento Homossexual Brasileiro, que durou de 1978 a 1983, alinhava-se ao Movimento Feminista e ao Movimento Negro, na luta contra o autoritarismo e a repressão sexual no contexto da Ditadura Militar, atuando principalmente no eixo Rio-São Paulo. Tinha como experiências seminais de organização política o grupo Somos de Afirmação Homossexual, de São Paulo, e o jornal carioca *Lampião da Esquina*, constituindo-se em espaços de reflexão acerca da realidade da época e de afirmação da diversidade sexual.

No ano de 1980 é formado o primeiro grupo de lésbicas a partir de uma cisão do Somos, e é criado o Grupo Gay da Bahia (GGB), que passa a expandir a luta do movimento para o Nordeste e tornando-se o primeiro grupo formalizar suas ações como uma Organização Não-Governamental (ONG). Segundo Facchini (2005) o GGB encabeçou a luta para a despatologização da homossexualidade, pautando a retirada a homossexualidade do código de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

A partir do ano de 1984 inicia-se a segunda onda do movimento LGBTI+ no Brasil, que perdurou até 1992. É um período marcado pelo aumento da visibilidade pública da homossexualidade, a expansão de um mercado segmentado para o público LGBTI+ e a epidemia da AIDS. Facchini (2005) destaca a atuação dos grupos Triângulo Rosa e Atobá, do Rio de Janeiro, além do anteriormente citado Grupo Gay da Bahia, na luta contra a discriminação aos homossexuais em diferentes frentes: partidos políticos, Poder Legislativo, organizações da sociedade civil, políticas públicas. Foi nesse período que o grupo Triângulo Rosa e o GGB formalizaram ações pela utilização da expressão “orientação sexual” ao invés do que era caracterizado como uma opção ou escolha. Tentaram inclusive incluir a expressão na Constituição de 88, infelizmente sem sucesso, mas que influenciou em legislações de âmbito estadual e municipal.

Adiante, a segunda onda é marcada também pela epidemia do *Human Immunodeficiency Virus* (HIV), causador da *Acquired Immune Deficiency Syndrome* (AIDS). Para fazer frente à expansão da AIDS, sua incidência primeira e significativa entre os homossexuais, bem como a demora governamental em desenvolver ações, o movimento LGBTI+ foi o pioneiro nas mobilizações contra a epidemia, atuando na assistência aos doentes e na organização e envio das demandas ao poder público.

A partir dessas primeiras ações que os governos passaram a elaborar políticas públicas de saúde específicas sobre a AIDS para o grupo social, bem como incentivar o desenvolvimento de pesquisas e a disseminação de informações visando à prevenção. Como os grupos tinham conhecimento e experiência no acesso à comunidade, participavam ativamente dos projetos financiados pelas estatais no combate a AIDS, resultando no aumento de grupos, expandindo o movimento LGBTI+ por todo o país. Contudo, devido à presença inicialmente maior da AIDS dentre os homossexuais, o preconceito e o ódio contra eles ficam acirrados, sendo a doença por vezes denominada de câncer gay e encarada como castigo divino.

Inicia-se a terceira onda do Movimento LGBTI+ (1992-2005), época pavimentada pelo fim da Guerra Fria, derrocada do bloco socialista, expansão do neoliberalismo mundial, políticas macroeconômicas e reconfiguração da relação do Estado com os movimentos sociais (PEREIRA, 2017). Temos como característica dessa terceira onda, o aumento no número de ONGs que atuavam juntamente com o Estado em campanhas de prevenção e pesquisas sobre a AIDS e o aparecimento de

grupos LGBTI+ em diversos setores da sociedade (setoriais partidários, igrejas inclusivas, universidades, grupos informais, etc.).

Outra característica dessa época foi a segmentação dos grupos do Movimento LGBTI+. Iniciou-se um movimento de diferenciação dos grupos de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, tendo cada coletivo demandas específicas. Resgatamos o conceito de interseccionalidades, mencionado anteriormente, já que articular gênero, orientação sexual e outros marcadores sociais resulta em clara diferenciação e desigualdade. As mulheres lésbicas negras têm negadas certas prerrogativas de gênero que homens homossexuais e brancos conservam, fazendo-as se aproximarem do Movimento Feminista ou Movimento Negro. A luta pelo casamento gay não atende determinados anseios mais básicos de cidadania das pessoas trans, ou mesmo excluindo lésbicas e gays que não desejam seguir o conceito tradicional de família. Travestis pautam em suas demandas a questão da prostituição que é silenciada em outras agendas conjuntas do movimento (FACCHINI, 2005; PEREIRA, 2017).

No decorrer do período, apesar da segmentação inicial, a articulação entre os grupos aumenta, resultando na formação de grupos nacionais que reúnem diversas organizações locais, conforme enumeradas por Facchini (2005): a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Rede Afro LGBT. Essa nova forma de organização do movimento LGBTI+ resulta na realização das Paradas do Orgulho LGBTI+ em diversas cidades do país, na demarcação de pautas nos âmbitos legislativo e judicial e o consequente aumento da visibilidade na sociedade e na mídia (FACCHINI, 2005).

De acordo com Pereira (2016, p. 123), na Terceira Onda, “ampliaram-se também os canais de interlocução entre Movimento LGBTI+ e Estado (em todas as esferas do Poder Executivo) através de uma maior participação social por meio de Conferências e Conselhos de direitos.” Ressalta-se também a necessidade do fortalecimento de movimentos sociais LGBTI+ em parceria com outras minorias sociais, como mulheres, negros, índios, dentre outros segmentos, que lutam contra o discurso tradicional e os valores dominantes de silenciamento de grupos e sujeitos sociais, na busca pelo reconhecimento de sua cidadania, direitos civis e identidade. Pereira (2016, p. 119) comenta acerca do Movimento LGBTI+ como

[...] um movimento rico, plural e composto por uma infinidade de sujeitos/as e práticas que visam, de um modo ou de outro, modificar o campo da cultura, efetivar e ampliar direitos e superar o quadro de violências motivadas pela discriminação e ódio contra aqueles/as que escapam às normas hegemônicas de gênero e de sexualidade, historicamente construídas no tecido social.

May (2004) destaca a importância do movimento feminista para o estabelecimento dos estudos de gênero para o desenvolvimento de pesquisas sobre os comportamentos do homem e da mulher, no que diz respeito aos seus corpos, seus discursos, à legislação, às famílias e às suas práticas sociais. Espíndola (2015, p. 5), por sua vez, contextualiza epistemologicamente tais fenômenos sociais:

Esses movimentos [...], evidenciaram em suas lutas que a desigualdade estava muito além das injustiças econômicas e da divisão de classes. Contemporaneamente, podemos entender os movimentos sociais como uma rede que conecta sujeitos e organizações, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas em permanente constituição, que buscam reconhecimento de sua cidadania na sociedade civil.

A luta dos movimentos sociais em rede converge elementos políticos, como a luta pela eliminação de desigualdades, e elementos sócio-culturais, como a busca pela liberdade de escolha de um estilo de vida diferente do propagado como “correto”, construindo, assim, noções de identidade, representação, democracia e cidadania. Por essa razão que, constantemente, as reivindicações de diferentes grupos se interseccionam questionando as normas e estruturas relacionadas à heterossexualidade compulsória, patriarcado, racismo, fundamentalismo religioso e outras ideologias que buscam definir e controlar os indivíduos.

Hoje, já se passaram 13 anos desde o marco temporal da terceira onda de Facchini (2005). Pereira (2016, p. 123) caracteriza esse período como uma “quarta onda”, que tem como características a interiorização do movimento LGBTI+, confluência entre sociedade civil e Estado, aumento dos espaços de participação social no poder público (conferências, conselhos, grupos de trabalho etc.), reação do conservadorismo nos espaços políticos e deliberativos, maior organização e visibilidade dos diversos segmentos da sigla LGBTI+ e maior participação da academia, através de núcleos, observatórios, disciplinas, eventos e grupos de pesquisa com temas relativos à gênero e diversidade sexual.

Hodiernamente, o Movimento LGBTI+ vive esse cenário de permanente luta na arena política, modulando as demandas específicas dos grupos plurais reunidos pela sigla LGBTI+, e reafirmando sua voz nos espaços sociais diante do antagonismo de grupos conservadores e opositores às suas pautas. Carrara (2009, p. 135) pauta a agenda de reivindicações:

[...] direito ao reconhecimento legal de relações afetivo-sexuais, à adoção conjunta de crianças, à livre expressão de sua orientação sexual e/ou de

gênero em espaços públicos, à redesignação do “sexo” e à mudança do nome em documentos de identidade, ao acesso a políticas de saúde específicas e, ainda mais fundamental, à proteção do Estado frente à violência por preconceito.

Assim, o movimento LGBTI+ segue a linha de luta contra discriminação e a violência e de reconhecimento da cidadania. Historicamente, pessoas LGBTI+ têm com frequência sido excluídas de suas famílias e assistido à negação de sua cidadania e de seus direitos civis. Preferem silenciar gestos de afeto e relações amorosas, do que lidar com a segregação, deboches, piadas, *bullying*, demissão do emprego, e atentados de violência verbal e física, culminando, em casos extremos, com o assassinato em decorrência de orientação sexual ou identidade de gênero diferente ao padrão da heterossexualidade.

Um panorama atual da população LGBTI+ no Brasil é retratado no artigo “Por que sua marca deveria saber o que a comunidade LGBTQIA+ espera dela”, de 2019, com autoria de Maria Helena Marinho e Paula Englert e disponibilizada no *Think with Google*¹². A pesquisa, baseada em dados de fontes diversas, como a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Diretoria de Promoção dos Direitos LGBTI+ do Governo Federal e a Rede *Transgender Europe* (TGEU), informa que no Brasil, cerca de 9% da população declara-se LGBTI+, o equivalente a 18 milhões de pessoas. Contudo, a pesquisa diz que a expectativa de vida de uma pessoa trans no país é de 35 anos, enquanto de um homem cis é de 72 anos e de uma mulher cis é de 79 anos. Aborda ainda um estudo realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que informa que as pessoas que sofrem preconceito por sua orientação sexual têm 6x mais chances de cometer suicídio.

A pesquisa supracitada ainda informa que a cada 16 horas ocorreu uma morte por LGBTfobia no Brasil, segundo compilação de dados dos anos de 2011 a 2018. (MARINHO; ENGLERT, 2019). Corroborando, em reportagem de janeiro de 2019¹³, o Grupo Gay da Bahia detalha que 420 pessoas LGBTI+ foram mortas no Brasil ao longo de 2018. Provavelmente o cenário é ainda pior, visto que os dados de violência não são contabilizadas porque as práticas de LGBTfobia até a época não eram

12 Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com>. *Think with Google* é uma plataforma do Google para ideias, fontes, tendências e pesquisas em marketing digital.

13 Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/01/25/grupo-conta-420-crimes-contra-lgbt-em-2018-bolsonaro-nao-provocou-aumento.htm>. Acesso em: 16 jan. 2020.

tipificadas como crime de ódio pelo Código Penal Brasileiro, aliadas ao fato de que, com certa frequência, muitas vítimas preferem silenciar-se do que denunciar os crimes (MARINHO; ENGLERT, 2019).

Explica-se a LGBTfobia como referindo-se ao preconceito, ódio, aversão e ações discriminatórias, como a homofobia, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia. Apesar de próximos, os termos em foco mantêm suas particularidades e traz visibilidade aos grupos reunidos na sigla LGBTI+. Sucintamente, esclarece-se que o termo homofobia se refere à aversão e ao ódio a homossexuais, expressão, às vezes, utilizada de forma genérica; outras vezes, especificamente ao homossexual masculino. A lesbofobia, por sua vez, nomeia o rancor e o ódio a lésbicas, enquanto bifobia designa a aversão e ódio a bissexuais e a transfobia, a aversão e ódio a travestis e transexuais.

Em nível nacional, temos um Poder Executivo, que desde há alguns mandatários, utiliza-se da agenda do Movimento LGBTI+ como moeda de troca nas negociações políticas, interrompendo ou silenciando políticas públicas LGBTI+, conforme detalharemos na seção subsequente (PEREIRA, 2017).

Quanto ao Poder Legislativo, desde 2001, foi proposto o Projeto de Lei nº 5003, depois, transformado no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006, que prevê a criminalização da LGBTfobia. Após tramitar por longos treze anos no Congresso Nacional, o PLC em pauta foi arquivado em dezembro de 2013, em razão de sua juntada à discussão do novo Código Penal brasileiro, em discussão há anos no Congresso. Desde 2014 está em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7582, que inclui a LGBTfobia entre os crimes de ódio e de intolerância, e está até o momento aguardando parecer na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, já tendo obtido aprovação na Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Diante desse cenário no Poder Executivo e no Poder Legislativo, o movimento social LGBTI+ tem buscado alternativas junto ao Poder Judiciário, além de centrar suas ações também nos âmbitos locais, recorrendo aos governos estaduais, prefeituras, secretarias e outras ambiências do poder público, como a Defensoria Pública, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil. Tanto que alguns estados e municípios aprovaram leis antihomofobia que aplicam sanções nas esferas cível e administrativa, como advertência, multa e cassação de alvarás de funcionamento.

Em 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade de votos, reconheceu as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo como entidades familiares. Em 2013 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprova Resolução 175, que impede os cartórios brasileiros de se recusarem a celebrar casamentos civis ou converter uniões estáveis homoafetivas em casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Em março de 2018, o STF julga procedente o direito à identidade de gênero das pessoas trans, permitindo a alteração de prenome e sexo em seus registros civis diretamente nos cartórios, sem a necessidade de autorização judicial, laudo médico ou mesmo cirurgia de redesignação sexual, como estava sendo feito. Por fim, em junho de 2019, a ampla maioria dos ministros do STF criminalizou as práticas de LGBTfobia, equiparando-as ao crime de racismo, sendo também inafiançável e imprescritível.

Trata-se de um cenário de avanços, porém com fragilidades evidentes. Um corpo de decisões e normas do Judiciário não tem a força formal, além de cultural e simbólica, que uma lei aprovada pelo Congresso Nacional teria. Dias (2010, p. 32) aponta um caminho: “Indispensável também elaborar um Estatuto da Diversidade Sexual, tal qual o Estatuto do Idoso, da Criança e do Adolescente.” Trata-se de um embasamento jurídico para o chamado “direito homoafetivo”, que estabeleceria princípios, fontes e legislação próprios.

A seguir, situamos os estudos sobre gênero, diversidade sexual e pessoas LGBTI+ no campo da Ciência da Informação.

5.4 Estudos sobre gênero e diversidade sexual na Ciência da Informação

Retornamos a Wersig (1993), que ao colocar a responsabilidade social como cerne da Ciência da Informação, caracteriza-a como ciência pós-moderna que lida com problemas contemporâneos e não somente preocupada com conceitos e enunciados. Nesse sentido, estudos sobre gênero, diversidade sexual e pessoas LGBTI+ são temas relevantes para a CI, considerando a informação é um elemento-chave para a inclusão, conscientização, cidadania e qualidade de vida dos cidadãos, rompendo com conceitos preestabelecidos, sejam eles advindos da cultura machista ou do conservadorismo. A falta de informação ou a disseminação de informações errôneas favorece a ignorância, o preconceito, a discriminação, a aversão e a negação do que é diferente.

Um levantamento bibliográfico inicial, utilizando-se do termo <gênero>, recuperou algumas iniciativas de pesquisas de autores da área acerca da categoria gênero como indicador científico, com artigos e trabalhos publicados em periódicos internacionais, nacionais e nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) (ESPÍRITO SANTO, 2008; BUFREM; NASCIMENTO, 2012; OLINTO, 2013)

Especificamente sobre a temática da diversidade sexual e o grupo social LGBTI+, em artigo de 2016 que deu o pontapé inicial para o desenvolvimento desta tese, Santos, Targino e Freire apresentam resultados de pesquisa bibliográfica sobre a produção científica brasileira no campo da Ciência da Informação acerca da temática, realizada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Utilizou-se os termos de busca <sexualidade>, <diversidade sexual>, <LGBT> e <GLS>¹⁴, pesquisados nos campos título, resumo e palavras-chave, tendo como recorte temporal os artigos publicados entre os anos de 1972 até junho de 2016.

Inicialmente foram recuperados 16 artigos na BRAPCI. Passou-se então para a análise da linha editorial da revista, das informações contidas nas biografias dos autores (revelando sua formação científica ou instituição a que pertenciam) e das palavras-chave dos artigos. Santos, Targino e Freire (2017) apontaram que dos 16 artigos previamente recuperados, na realidade 15 artigos não pertenciam ao escopo da CI, mas sim de áreas correlatas e publicadas em revistas nacionais de caráter multidisciplinar, que não publicam textos específicos e exclusivos do campo científico da CI. Apenas um artigo foi identificado pertencente ao campo da Ciência da Informação, publicado somente no ano de 2014, apontando que a produção científica nos periódicos nacionais da área, acerca da temática diversidade sexual e especificamente sobre o grupo social reunido pela sigla LGBTI+ era, à época, praticamente inexistente.

Ademais, uma nova pesquisa necessitava ser feita para fins de atualização dos dados para apresentação neste documento final da tese, e os resultados apontam para um interesse crescente da Ciência da Informação pela temática. Seguindo a mesma estratégia de busca e seleção dos artigos, além do único artigo anteriormente recuperado na primeira pesquisa, a BRAPCI apontou para 23 novos artigos em

¹⁴ A expressão GLS já foi amplamente usada para designação desse grupo de indivíduos hoje representados pela sigla LGBTI+.

periódicos nacionais, que foram publicados no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2019, conforme o Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Artigos nacionais sobre diversidade sexual na CI

	Artigos	Palavras-chave
1	PINHO, F. A.; MELO, L. A. F.; OLIVEIRA, J. P. Os assuntos gênero e sexualidade: representação temática nos sistemas Sophia/Biblioteca Nacional e Pergamum/UFPE. Brazilian Journal of Information Science , Marília, v. 13, n. 2, p. 36-47, 2019.	Gênero. Sexualidade. Identidade de Gênero. Representação do conhecimento. Sistemas de recuperação da informação.
2	VALE, M. A.; VITORINO, E. V. Fontes de informação online para comunidade LGBTQ+. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 15, n. esp., p. 50-71, 2019.	Fontes de informação. Competência em informação. Comunidade LGBTQ+.
3	OTTONICAR, S. L. C. <i>et al.</i> Competência em informação no âmbito da comunidade LGBTQ: um levantamento das publicações científicas nacionais e internacionais. Informação & Informação , Londrina, v. 24, n. 1, p. 484-512, 2019.	Competência em informação. Comunidade LGBTQ. Respeito à diversidade. Interdisciplinaridade. Revisão Sistemática da Literatura.
4	PINTO, E. M.; LEITE, F. C. L. Informação e diversidade: estudos de práticas informacionais em comunidades compostas por pessoas transgênero. Ponto de Acesso , Salvador, v. 12, n. 1, p. 97-112, 2018.	Comportamento informacional. Pessoas transgênero. Identidade.
5	BRITO, J. F.; MATIAS, M. Arquitetura da informação e princípios de usabilidade: proposta de um modelo de análise e desenvolvimento para websites de turismo LGBTQ. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia , João Pessoa, v. 13, n. 1, 2018.	Arquitetura da Informação. Usabilidade. Turismo LGBTQ
6	APOCALYPSE, S. M.; JORENTE, M. J. V. Design da informação em repositórios institucionais: contribuições para a visibilidade de trabalhos referentes à comunidade LGBT, diversidade de gênero e sexualidade. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação , Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2018.	Informação e Tecnologia. Design da Informação. Repositório Institucional Digital. LGBT.
7	SAMPAIO, D. B.; LIMA, I. F. Lugar de fala, representações e representatividade de mulheres e LGBTQ+ na Biblioteconomia a partir das ações extensionistas e de pesquisa no Brasil. Revista Folha de Rosto , Juazeiro do Norte, v. 4, n. esp., p. 34-49, 2018.	Extensão universitária. Biblioteconomia Social. Comunidades Sub-representadas. Gênero. Mulheres. LGBT.
8	MARTINS, G.; PIZARRO, D. C. Gênero e sexualidade na biblioteca escolar: algumas reflexões. Revista ACB , Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 175-188, abr./jul. 2018.	Bibliotecário(a) escolar. Biblioteca escolar. Gênero. Sexualidade.

9	SOUZA, W. E. R. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. Em Questão , Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, jan./abr. 2018.	Censura. Estudos de gênero. Livro. Biblioteca. Orientação sexual.
10	ISHIMOTO, A. T.; GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. Nas estantes das bibliotecas, gêneros e silêncios. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 14, n. 2, maio/ago. 2018.	Bibliotecas. LGBT. Análise de Discurso. Gênero.
11	QUINTSLR, M. M. L. <i>et al.</i> Visibilidade social de indivíduos transgênero e sistemas de organização do conhecimento. Informação & Informação , Londrina, v. 22, n. 2, p. 235-264, maio/ago. 2017.	Organização do Conhecimento. Linguagem. Indivíduos transgêneros. Visibilidade.
12	SANTOS, R. N. R.; TARGINO, M. G.; FREIRE, I. M. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação , v. 4, n. 1, p. 114-135, jan./jun. 2017.	Ciência da Informação. Responsabilidade Social. Diversidade Sexual.
13	CABRAL, J. R. Arquivos da repressão: fontes de informação sobre diversidade sexual e de gênero na ditadura militar. Archeion Online , João Pessoa, v. 5, n. esp., p.103-121, jul./dez. 2017.	Arquivos. Ditadura. Diversidade.
14	GUIMARÃES, J. A. C.; NASCIMENTO, F. A.; PINHO, F. A. The metaphorical dimension of LGBTQ Information: challenges for its subject representation. Informação & Sociedade: Estudos , João Pessoa, v. 27, n. 3, p. 49-57, set./dez. 2017.	Knowledge Organization. Representation. LGBTQ.
15	SALLES, D. G.; GONÇALVES, J. S.; ARAÚJO, L. D. A transexualidade na literatura científica das ciências da saúde. Informação & Informação , Londrina, v. 22, n. 2, p. 265-292, maio/ago. 2017.	Ciências da Saúde. Análise de domínio. Gênero. Transexualidade. Produção científica.
16	RIOS, F. W. S.; SOUZA, M. N. A. Gênero e sexualidade como temas de teses e dissertações: levantamento quantitativo nos repositórios do IBICT e da CAPES. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 13, n. esp., 2017.	Produção acadêmica. Teses e Dissertações. Bibliometria. Gênero. Sexualidade.
17	PINHO, F. A. Percurso investigativo para contextualização de metáforas relativas à gênero e sexualidade em linguagens documentais. Informação & Informação , Londrina, v. 22, n. 2, p. 117-143, maio/ago. 2017.	Organização do conhecimento. Linguagens documentais. Gênero. Sexualidade.
18	PINHO, F. A.; NASCIMENTO, F. A. História, memória e esquecimento no cinema brasileiro: a contribuição da organização da informação na reconstrução da imagem social do personagem homossexual. Logeion: Filosofia da informação , Rio de Janeiro, v. 3 n. 1, p. 42-63, set./mar. 2017.	Memória. Artefatos culturais. Cinema. Análise fílmica. Organização da informação.
19	LIMA, G. B. A Biblioteconomia na representação fílmica de gênero. Folha de Rosto , Juazeiro do Norte, v. 2, n. esp., p. 50-57, 2016.	Gênero. Biblioteconomia. Bibliotecário. Biblioteca. Cinema.

20	CALIXTO, A. A.; CÔRTEZ, G. R.; SOARES, G. S. Rompendo o silêncio: a informação no espaço LGBT do estado da Paraíba. Archeion Online , João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 83-105, jul./dez. 2016.	Arquivologia. Informação e Discriminação. Homofobia. Espaço LGBT – Paraíba.
21	MARTINS, G.; MENEZES, E. M.; TREVISOL NETO, O. Bibliotecário escolar: socializando a temática do gênero e sexualidade. Revista ACB , Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 944-959, ago./nov. 2016.	Bibliotecário escolar. Biblioteca escolar. Gênero. Sexualidade.
22	VIANA, A. F.; OLIVEIRA, D. A. A produção científica na UFMG acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia , João Pessoa, v. 11, n. 2, 2016.	Produção Científica. Estudo Bibliométrico. Segmento LGBT.
23	POMPEU, S. L. E. Comunicação no contexto organizacional: um estudo de caso com relatórios empresariais da Petrobrás sobre a diversidade por orientação sexual. Revista Conhecimento em Ação , Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, jul/dez. 2016.	Orientação sexual. Comunicação corporativa. Sustentabilidade.
24	PINHO, F. A. Metafiltro para controle terminológico de metáforas no domínio da homossexualidade masculina. Ciência da Informação , Brasília, v. 43, n. 1, 2014.	Organização do conhecimento. Representação do conhecimento. Figuras de linguagem.

Fonte: Dados da pesquisa

Como notamos, os 24 artigos recuperados na BRAPCI abordam temáticas diversas, dentro do campo científico da Ciência da Informação, como gênero e sexualidade na biblioteca escolar, organização da informação e pessoas transgênero, censura a livros com temática de gênero, fontes de informação sobre diversidade sexual, informação em espaços LGBTI+, competência em informação para pessoas LGBTI+, dentre outras.

Buscamos também mapear a produção científica nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil sobre as temáticas em voga. O Quadro 5, a seguir, confirma o interesse crescente da área:

Quadro 5 – Teses e dissertações sobre diversidade sexual na CI

	Informações bibliográficas	Resumo e palavras-chave
1	SILVA, Laelson Felipe da. Práticas informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no espaço LGBT . 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.	Analisa as práticas informacionais dos/as usuários/as do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTs e Enfrentamento à Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT) e verificar as suas influências no processo de empoderamento. Palavras-chave: Práticas Informacionais. Transexuais. Espaço LGBT. LGBTQI+. Empoderamento.
2	RIGHETTO, Guilherme Goulart. Competência em informação de minorias sociais: pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina . 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.	Investiga a competência em informação de minorias sociais a partir das necessidades de informação das pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina. Com base na literatura, infere-se que o desenvolvimento da competência em informação ocorre por meio de práticas empíricas que propiciem a condição real de cidadania aos vulneráveis/minorias, bem como o protagonismo social, o empoderamento, a liberdade e a emancipação para se construir uma sociedade mais justa e com o aprendizado constante e ao longo da vida. Palavras-chave: Competência em informação. Pessoas trans. Pessoas transgênero. Necessidades de informação. Vulnerabilidade social. Minorias sociais.
3	LIMA, Gláucio Barreto de. Filmes LGBT como memória e resistência: análise fílmica aplicada na construção de um catálogo temático para a formação e desenvolvimento de coleções . 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2018.	Problematiza o espaço da biblioteca na atualidade, diante dos avanços do neoconservadorismo e suas práticas de censura que impedem a inclusão de informações sobre gênero e diversidade sexual. Reflete sobre a crise civilizatória e mostra como no campo das produções culturais se desenvolveram identidades que forçaram mudanças e romperam com os ditames da normatividade. Palavras-chave: Gênero. Informação LGBT. Biblioteconomia. Formação e Desenvolvimento de Coleções. Análise fílmica.

4	SANTOS, Bruno Almeida. Centros de referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação : um estudo na cidade de São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.	Examina o papel dos Centros de Referência LGBT da cidade São Paulo, destacando suas atuações e funções na sociedade. Tem como objetivo principal conhecer em que medida os Centros de Referência LGBT cumprem suas funções na sociedade como espaços de informação, cidadania e cultura, bem como a satisfação de seus usuários. Palavras-chave: Informação. Cidadania. Cultura. Centro de referência LGBT.
5	VIANA, Azilton Ferreira. A produção científica acerca da temática LGBT : um estudo propedêutico nas teses e dissertações na UFMG. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.	Analisa a produtividade científica no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em relação à temática de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT). Uma das justificativas para o desenvolvimento do presente estudo foi o entendimento de que não existem muitas pesquisas dessa natureza, que contemplem, ao mesmo tempo, informação e o segmento LGBT. Palavras-chave: Produção científica. Estudo bibliométrico. Segmento LGBT.
6	PINHO, Fábio Assis. Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina : uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.	Identifica a máxima especificidade terminológica que linguagens de indexação brasileiras permitem para termos relativos à homossexualidade masculina, analisando como corpus investigativo os termos atribuídos aos artigos científicos publicados na Journal of Homosexuality, Sexualities e Journal of Gay & Lesbian Mental Health, entre os anos de 2005 a 2009. Palavras-chave: Representação do conhecimento. Ética informacional. Precisão. Metáfora. Eufemismo

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Após um pioneiro trabalho de pesquisa de doutorado em 2010, abordando a representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade, a pós-graduação em Ciência da Informação brasileira vem numa crescente produção científica, com cinco dissertações, distribuídas nos anos de 2017 (1), 2018 (3) e 2019 (1).

Outros dados que apontam para o incremento do debate sobre diversidade sexual na Ciência da Informação é a presença cada vez mais constante do assunto em eixos temáticos, programações e trabalhos apresentados em eventos da área, bem como a publicação de números temáticos sobre gênero em periódicos. De acordo com Lima e Santos (2018, p. 1), buscando a institucionalização do debate,

Ainda em 2017, iniciou-se no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação um movimento para a criação de um grupo de trabalho temático acerca das questões de gênero e diversidade sexual ligado à FEBAB. Movimento similar tem sido endossado por um grupo de pesquisadores para que seja criado um GT na ANCIB que abarque essas e outras temáticas ligadas à perspectiva social da informação.

Destacamos também a publicação do livro ‘Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação’, organizado por Nathália Lima Romeiro, Carlos Wellington Martins, e Bruno Almeida dos Santos em 2019. Em sua Apresentação, a obra reforça a invisibilidade das questões LGBTI+ na Ciência da Informação e se coloca na posição política de “enfrentamento ao atual cenário de retrocesso político brasileiro.” (ROMEIRO; MARTINS; SANTOS, 2019, p. 12).

Diante do cenário mundial de retrocessos em Direitos Humanos, avanço do conservadorismo, a Biblioteconomia e a Ciência da informação devem continuar problematizando a temática. Uma das formas é conhecer e se apropriar dos espaços sociais, compreendendo o cenário das políticas públicas e delineando o regime de informação de grupos sociais como as pessoas LGBTI+.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre. (Paulo Freire)

Conforme exposto na Seção 2, seguimos o método indiciário enquanto abordagem metodológica que nos guiou na identificação e coleta de evidências que revelam um padrão que une os fios da pesquisa no tear conceitual da Ciência da Informação, desvendando a realidade de nosso campo de investigação, articulando e relacionando a teoria com a realidade empírica.

Sendo uma pesquisa quali-quantitativa, lidamos com dados mensuráveis sobre a existência (ou não) de políticas públicas para a população LGBTI+ no Brasil, fundamentados na compreensão sobre o regime de informação, políticas públicas e políticas de informação construída por meio da pesquisa bibliográfica/documental. Como pesquisa descritiva, delinearemos o regime de informação das políticas públicas para a população LGBTI+ no Brasil, estabelecendo relações entre o referencial teórico e os dados coletados. Por fim, caracterizando a tese como uma pesquisa aplicada e pesquisa-ação, propomos uma ação de informação para nosso campo, que contemple a disseminação das informações coletadas e analisadas, a serem disponibilizadas no Portal LT*i*.

Os indícios foram coletados através do brauseio, navegando, buscando, identificando e coletando dados em portais da *web* e sites dos governos federal e estaduais e outros atores sociais do campo da pesquisa, com informações complementares do levantamento bibliográfico/documental, observando os discursos e as relações existentes, até resultar em um mapeamento que nos fornecerá um panorama geral de informações acerca das políticas públicas LGBTI+.

Após essa fase inicial de navegação, reunimos os dados coletados em dois conjuntos, visando sua organização, análise e interpretação. Inicialmente apresentamos um mapeamento das políticas públicas brasileiras para a população LGBTI+, em nível nacional e estaduais. A seguir, propomos uma reconfiguração do modelo de regime de informação, que junto ao mapeamento, permitiu delinearmos o regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil.

6.1 O campo de pesquisa: mapeamento das políticas públicas LGBTI+ no Brasil

Iniciaremos a apresentação dos dados com um mapeamento dos órgãos especializados para a população LGBTI+ nos estados brasileiros e no Governo Federal. A pesquisa apresenta dados coletados em outubro de 2019, dez meses após os novos governos eleitos, federal e estaduais, tomarem posse e já estando com sua estrutura administrativa assentada.

Através do brauseio (navegação) pelos portais institucionais do Governo Federal e de cada estado da federação, buscamos identificar os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas específicas para a população LGBTI+ nos portais institucionais, seja através da ferramenta de BUSCA disponível em cada portal, seja navegando e buscando indícios nos organogramas da administração pública federal e estaduais, nos *sites* do Ministério e secretarias específicas, responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas LGBTI+. Logo observamos que os órgãos para a população LGBTI+ vinculavam-se geralmente às secretarias de justiça e/ou de direitos humanos e/ou desenvolvimento social, poucas vezes fugindo desse padrão.

Buscamos coletar as seguintes categorias de dados: a existência de órgão responsável por políticas públicas para população LGBTI+; o organograma do órgão dentro da administração pública federal ou estadual; a existência de página eletrônica específica do órgão no portal do governo; os serviços ofertados, os conteúdos disponibilizados na Web, as ações desenvolvidas e as interações estabelecidas com outros órgãos do estado ou do Movimento LGBTI+.

Para fins de apresentação do mapeamento, iniciaremos com a descrição do panorama nacional das políticas públicas LGBTI+, com a Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, vinculada à Secretaria Nacional de Proteção Global do atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A seguir, explanaremos os dados coletados dos estados, agrupados pelas regiões do Brasil (Sul, Sudeste, Centro Oeste, Norte e Nordeste).

6.1.1 Panorama nacional

Para compreendermos o panorama nacional das políticas públicas LGBTI+, retornamos até a promulgação da Constituição Federal de 1988, um marco na trajetória dos direitos humanos no país. Chamada de Carta Cidadã, seu texto assegura o direito à liberdade e à igualdade, proibindo qualquer tipo de discriminação e arrolando o respeito à dignidade da pessoa humana como base para a sociedade (BRASIL, 1988).

Ao citar as famílias monoparentais e reconhecer a união estável como entidade familiar, a Constituição Federal inclui o vínculo de afetividade no conceito de família, alargando-o também para incluir as famílias homoafetivas (DIAS, 2010). De acordo com Fachin (1997, p. 114):

[...] a partir do texto constitucional brasileiro que assegura a liberdade, a igualdade sem distinção de qualquer natureza (art. 5 da Constituição Federativa de 1988), a inviolabilidade da intimidade e da vida privada (art. 5, inciso X), a base jurídica para construção do direito à orientação sexual como direito personalíssimo, atributo inerente e inegável da pessoa humana. Assim, como direito fundamental, surge um prolongamento de direitos da personalidade imprescindíveis para construção de uma sociedade que se quer livre, justa e solidária.

Apesar desses precedentes vinculados na Carta Magna, somente no ano de 1996 o Presidente Fernando Henrique Cardoso lança o Programa Nacional de Direitos Humanos I (PNDH I), atribuindo a temática dos direitos humanos o estatuto de política pública e elencando o combate à discriminação por orientação sexual entre suas propostas, conforme recomendação da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993. Contudo essa primeira versão do PNDH não propunha explicitamente nenhuma diretriz de ação voltada para a população LGBTI+.

Em 2002, no último ano do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi divulgado o PNDH II, que entre as 518 propostas de políticas públicas, agora reunia cinco alusivas à “orientação sexual” na “garantia do direito à liberdade, opinião e expressão”. Trazia também outras dez propostas relativas à “garantia do direito à igualdade de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais (GLTTB)”:

240. Promover a coleta e a divulgação de informações estatísticas sobre a situação sócio-demográfica dos GLTTB, assim como pesquisas que tenham como objeto as situações de violência e discriminação praticadas em razão de orientação sexual.

241. Implementar programas de prevenção e combate à violência contra os GLTTB, incluindo campanhas de esclarecimento e divulgação de informações relativas à legislação que garante seus direitos.
242. Apoiar programas de capacitação de profissionais de educação, policiais, juízes e operadores do direito em geral para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos com relação aos GLTTB.
243. Inserir, nos programas de formação de agentes de segurança pública e operadores do direito, o tema da livre orientação sexual.
244. Apoiar a criação de instâncias especializadas de atendimento a casos de discriminação e violência contra GLTTB no Poder Judiciário, no Ministério Público e no sistema de segurança pública.
245. Estimular a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para a promoção social e econômica da comunidade GLTTB.
246. Incentivar programas de orientação familiar e escolar para a resolução de conflitos relacionados à livre orientação sexual, com o objetivo de prevenir atitudes hostis e violentas.
247. Estimular a inclusão, em programas de direitos humanos estaduais e municipais, da defesa da livre orientação sexual e da cidadania dos GLTTB.
248. Promover campanha junto aos profissionais da saúde e do direito para o esclarecimento de conceitos científicos e éticos relacionados à comunidade GLTTB.
249. Promover a sensibilização dos profissionais de comunicação para a questão dos direitos dos GLTTB. (BRASIL, 2002)

O PNDH II constituiu-se em um importante marco na área, mas sendo um momento de transição de governos, terminou por nenhum órgão federal assumir a implementação das ações diante da iminente mudança de governo.

Seguiu-se, de acordo com Pereira (2016), um momento de segmentação dos grupos do Movimento LGBTI+, com destaque para a pauta de políticas públicas de saúde, devido à AIDS, coincidindo com a formulação e implementação de políticas públicas afirmativas e participativas de direitos humanos e cidadania do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2004, tivemos o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH): Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, situado na Terceira Onda do Movimento LGBTI+, caracterizada, como vimos, pela confluência entre o Movimento LGBTI+ e o Estado. O BSH propunha um conjunto de políticas transversais e interministeriais para a promoção da cidadania da população LGBTI+ e o combate à homofobia. De acordo com Pereira (2017, p. 13):

O Plano Brasil Sem Homofobia representou o “marco fundante” das iniciativas governamentais voltadas à população LGBT, ampliando a promoção de seus direitos, antes restritos à temática de combate à epidemia de HIV/AIDS, para temáticas como cultura, educação, trabalho e segurança. O plano foi resultado do trabalho conjunto de setores da sociedade civil com as instâncias estatais, “coroando” a estratégia de ativismo institucional defendida por diversas organizações do movimento LGBT brasileiro e empenhada por sua entidade nacional, a Associação Brasileira de Gays,

Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Além disso o plano garantiu reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da temática dos direitos LGBT enquanto uma “questão de governo”, possibilitando que outras iniciativas de políticas LGBT surgissem em âmbito estadual e municipal.

Portanto, o Programa Brasil Sem Homofobia assumiu a necessidade de transversalidade das políticas públicas LGBTI+, necessitando o engajamento de diversos órgãos da administração pública. Segundo Pereira (2017, p. 212)

O caráter transversal das políticas afirmativas se faz necessário em uma sociedade que tem seu pensamento e suas práticas organizados em modelos cartesianos, positivistas e fragmentados. Como sujeitos/as historicamente subalternizados, como o de mulheres, negros/as, LGBT, entre outros/as, dependem de ações governamentais em distintos campos políticos administrativos (como a educação, a saúde, a assistência, a segurança, a cultura, o esporte, o lazer etc.) para terem assegurados diferentes direitos.

A partir desse cenário nacional, ampliou-se também localmente as articulações com os governos estaduais e municipais, resultando na criação de Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia e favorecendo o surgimento de estruturas governamentais locais de políticas públicas LGBTI+ (campo desta pesquisa), ligadas ao Poder Executivo, estaduais e municipais, imbuídas de liderar o desenvolvimento de ações para a população LGBTI+, articulando-se com outros órgãos governamentais de sua esfera.

No ano de 2008 o Governo Federal organizou a I Conferência Nacional LGBTI+, que tinha como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”. O Governo objetivava, junto com a sociedade civil organizada, elaborar as diretrizes para a implementação de políticas públicas para a promoção da cidadania e dos direitos humanos de pessoas LGBTI+. Os eixos temáticos da conferência revelavam as áreas que as ações se estenderiam: Direitos Humanos, Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública, Cultura, Comunicação, Turismo, Trabalho e Emprego, Previdência Social, Cidades e Esportes. A essa primeira conferência, seguiu-se ainda a realização da segunda (2011) e terceira (2016) Conferência Nacional LGBTI+, constituindo-se em uma plataforma de articulação, participação social, manifestação política, negociações e reivindicações junto ao poder público.

Tendo encontrado essa receptividade no Governo Lula, o movimento LGBTI+ voltou seu foco para atuar junto ao Poder Executivo, participando da construção de algumas outras ações que se seguiram:

- c) lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2009;
- d) publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos III, em 2009;
- e) criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, em 2010; e
- f) implantação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2010, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil. (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012, p. 408)

Destacamos o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNPCDH-LGBT), documento referencial oriundo da I Conferência Nacional LGBTI+, que estabelecia 51 diretrizes e 180 ações para a implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Estado direcionadas “a combater a homofobia e garantir direitos para pessoas discriminadas em função de orientação sexual e/ou identidade de gênero.” (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012, p. 300). O PNPCDH-LGBT especificava os órgãos responsáveis por cada ação, além de estabelecer os prazos para sua execução. Havia demandas prioritárias nas áreas de Educação, Saúde, Justiça e Segurança, ficando a responsabilidade com os ministérios específicos dessas áreas.

Sob a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), “estava a formulação e implementação de ações transversais e intersetoriais voltadas para a população LGBT”. Como resultado dessa organização e a necessidade de acompanhamento e avaliação do PNPCDH-LGBT, foi criada em 2009 a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, uma “estrutura administrativa responsável pelas questões relativas à população LGBT no âmbito da SDH, [com] melhores condições para a implementação, o monitoramento e avaliação das ações e diretrizes previstas no Plano.” (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012, p. 303).

Ainda no ano de 2009, temos o Programa Nacional de Direitos Humanos III, que reunia, 22 ações direcionadas à população LGBT, inclusive com eixo temático específico: Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero. Segundo Mello, Avelar e Maroja (2012, p. 305), além da SDH, as ações do PNDH III também eram compartilhadas com outros órgãos como

os Ministérios da Justiça, da Saúde, do Trabalho, Emprego e Renda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Turismo, a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, a Secretaria de Políticas para as

Mulheres (SPM), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os autores ainda destacam que, no PNDH III, as ações específicas para a população de travestis e transexuais foram expandidas, com ações delineadas na área de saúde (processo de transição através do SUS), segurança (presença de travestis e pessoas trans nos presídios) e cidadania (quanto ao uso do nome social, oportunidades de trabalho etc.).

Chegamos ao governo da Presidenta Dilma Rousseff, que realizou em seu primeiro ano de mandato, 2011, duas importantes ações: a instalação Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTI+, efetivando a nível nacional a representação da sociedade civil na construção de políticas públicas LGBTI+; e a realização da II Conferência Nacional LGBT. Sobre a segunda edição do evento, seu Texto-Base nos informa:

Desta vez o desafio se situa na análise da realidade nacional, vivenciada entre avanços e retrocessos, que por sua vez forma o cotidiano e influencia as formulações das políticas públicas. A análise do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, através da avaliação das ações de cada ministério e órgãos do governo Federal, apontarão os desafios e os vácuos na implementação do referido plano, bem como o papel de Estados e Municípios. (BRASIL, 2011, p. 13).

Notamos que essa II Conferência tinha um papel de avaliar as ações que vinham sendo desenvolvidas desde o Programa Brasil Sem Homofobia e as que surgiram na primeira edição do evento, identificando as ações que não foram implementadas, bem como analisar os motivos para isso, propondo alternativas.

Concomitante a essas ações do Poder Executivo, cresceu no Legislativo Federal pressões conservadoras por parte de parlamentares e grupos, geralmente religiosos fundamentalistas. Utilizando-se da pauta progressista como moeda de troca para votações em outras agendas do governo, a Presidenta cancela o Projeto Escola Sem Homofobia, que vinha sendo desenvolvido no Ministério da Educação, que tinha entre suas ações a distribuição de seis mil “kits anti-homofobia”¹⁵, para o Ensino Médio das escolas públicas do país.

A Presidenta se vê, então, anulada na implementação de macro políticas públicas articuladas e de alcance nacional. Contudo, algumas iniciativas isoladas avançam discretamente. Através de portarias ministeriais, resoluções, decretos e

¹⁵ Coletânea de livros, boletins e vídeos com conteúdos voltados para o combate a violência e o preconceito contra a população LGBTI+ nas escolas.

outras legislações, o governo passa a garantir direitos no âmbito da administração pública federal para a população LGBTI+, em temas como saúde, previdência social, uso de nome social por travestis e transgêneros.

Já em seu segundo mandato, a Presidenta Dilma Rousseff implementou três ações voltadas para a população LGBTI+, antes do golpe que resultaria em seu afastamento do cargo: lançamento do Humaniza Redes - Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet, em 2015; realização da III Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais, em 2016; sanção do Decreto 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (PEREIRA, 2017).

A terceira, e até hoje última, Conferência Nacional LGBTI+ teve como tema “Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, aprovando o uso do termo LGBTfobia para designar o conjunto de violências que as diferentes identidades que formam a população LGBTI+ sofrem. O evento ainda objetivava a construção de uma Política Nacional LGBTI+ junto com a implementação do Sistema Nacional LGBTI+, “tal qual o Sistema Único de Saúde (SUS) ou o Sistema Único de Assistência Social (Suas)” (PEREIRA, 2017, 75).

O Quadro 6, a seguir, adaptado de Pereira (2016), resume os acontecimentos e apresenta outros marcos referenciais relacionados a políticas públicas para pessoas LGBTI+ na conjuntura nacional do Poder Executivo:

Quadro 6 – Principais marcos das políticas públicas LGBTI+

Ano	Ações	Descrição
1988	Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil	Assegura o direito à liberdade e à igualdade, proibindo qualquer tipo de discriminação e arrolando o respeito à dignidade humana como base para a sociedade.
1988	Criação do Programa Nacional de Aids no Ministério da Saúde	Apoiou bastante o Movimento LGBT financiando projetos, eventos e paradas do orgulho a partir do início da década de 90, tendo como objetivos a conscientização sobre a transmissão de HIV e Doenças Sexualmente Transmissíveis e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com essas doenças.

1996	Programa Nacional de Direitos Humanos I	Atribuiu a temática dos direitos humanos o estatuto de política pública e elenca entre suas propostas o combate à discriminação por orientação sexual.
1997	Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos	Criada na estrutura do Ministério da Justiça. Em 1999 é renomeada como Secretaria de Estado de Direitos Humanos, com <i>status</i> de Ministério.
2002	Programa Nacional de Direitos Humanos II	Contendo 10 metas específicas para GLTTB (sigla à época), o Programa avançou no reconhecimento da diversidade sexual no campo da cidadania.
2003	Criação da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual	Hoje conhecida como Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT
2004	Programa Brasil Sem Homofobia	Gestado no período Lula, fruto da parceria entre Governo Federal e lideranças LGBTI+. Prevê um conjunto de ações para combater a homofobia.
2008	I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais	Um marco na elaboração e construção de políticas públicas em conjunto com a população LGBTI+, fortalecendo a participação social dessa população. É a partir deste evento que a sigla GLBT passa a ser LGBT, visando conferir maior visibilidade a pauta lésbica.
2009	Programa Nacional de Direitos Humanos III	Tendo sido construído com mais participação popular que os Programas anteriores, o PNDH III avança na agenda da população LGBTI+.
2009	I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT	Fruto da I Conferência Nacional GLBT, o Plano contém 51 diretrizes e 180 ações, demonstrando assim diversas demandas históricas da população LGBTI+.
2009	Criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na estrutura da SDH	A Coordenação foi criada com o objetivo de articular as políticas previstas no I Plano Nacional LGBT.
2010	Instituição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTI+	Composto por 30 membros/as, representantes do governo e da sociedade civil, o Conselho tem por finalidade primordial formular e propor diretrizes para a ação governamental.
2010	Instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia	Institui o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Essa é uma data internacionalmente celebrada em virtude da retirada da homossexualidade do Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde.

2011	Disque 100 – Direitos Humanos	Em fevereiro de 2011 o Disque, canal de denúncia em que segmentos vulneráveis vítimas de violência podem denunciar através de ligação telefônica, passa a atender a população LGBTI+.
2011	Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT	Construído por ativistas e membros do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT prevê um conjunto de ações em distintas áreas da saúde como: produção de conhecimentos, participação social, transversalidade, promoção, atenção e cuidado. Amplia o foco de atenção do Estado dos problemas relativos ao HIV/AIDS para necessidades mais abrangentes da saúde de LGBT.
2011	II Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais	Evento pautado a execução do I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT
2012	Lançamento dos Anais da II Conferência Nacional de LGBT e Transexuais	Documento composto por artigos de ativistas, gestores/as, parlamentares, ministros do STF e outras pessoas ligadas à temática LGBTI+. Ainda contou com a publicação das diretrizes e moções aprovadas na II Conferência Nacional.
2012	Criação do Comitê Técnico de Cultura LGBT	Comitê criado com o objetivo de formular políticas de valorização da Cultura LGBT para o Ministério da Cultura.
2012	Lançamento do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil – 2011	O Governo Federal para a divulgar o balanço da violência contra LGBTI+ no país. Trata-se de informações estratégicas para o planejamento e implementação de políticas de enfrentamento à homofobia.
2013	Lançamento do Sistema Nacional LGBT	Construção e fortalecimento de uma rede de Conselhos e Coordenadorias estaduais e municipais de políticas públicas LGBTI+ do país inteiro.
2014	Instalação do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT	Comitê visando aproximar gestores/as da política LGBTI+ em todo o país e articular um pacto federativo, atribuindo responsabilidades e funções ao Governo Federal, governos estaduais e municipais.
2015	Lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet – Humaniza Redes	Canal do Governo Federal de denúncias online para violações de direitos humanos na internet. Também atuava com campanhas on-line e ações preventivas nas redes sociais populares como Facebook e Twitter.

2016	III Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais	Conferência Nacional que aconteceu conjuntamente com as Conferências da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, bem como da XII Conferência Nacional de Direitos Humanos. Resultou na assinatura de Decreto Nacional que reconhece e utiliza o nome social de pessoas trans e travestis no âmbito da gestão pública federal.
------	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Pereira (2016).

Em 2016, após o golpe que resultaria no afastamento da Presidenta eleita, ascendeu ao Governo Federal uma configuração de forças políticas de setores conservadores, em sua maioria vinculadas a denominações religiosas e opositores aos direitos LGBTI+, provocando mudanças no regime de informação dominante. O novo governo inicialmente extinguiu o Ministério dos Direitos Humanos (MDH), que comumente tocou a agenda LGBTI+, e repassou suas pautas para o Ministério da Justiça. Em 2017 o MDH foi recriado, mas viu reduzidos a zero os repasses federais para programas específicos de defesa da comunidade LGBTI+, inviabilizando as ações da então Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos LGBT do MDH.¹⁶

Mello, Brito e Maroja (2012, p. 418) apontam outras fragilidades vivenciadas no Brasil:

- a) ausência de respaldo jurídico que assegure sua existência como políticas de Estado, livres das incertezas decorrentes das mudanças na conjuntura política, da homofobia institucional e das pressões homofóbicas de grupos religiosos fundamentalistas;
- b) dificuldades de implantação de modelo de gestão que viabilize a atuação conjunta, transversal e intersetorial, de órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, contando com a parceria de grupos organizados da sociedade civil;
- c) carência de previsão orçamentária específica, materializada no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); e
- d) reduzido número de servidoras públicas especializadas, integrantes do quadro permanente de técnicas dos governos, responsáveis por sua formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

Mesmo entre vários retrocessos, destacamos o lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento à LGBTfobia, lançado em maio de 2018. O Pacto fomentava a articulação entre União e Estados nas ações de prevenção e combate à LGBTfobia,

¹⁶ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/29/governo-temer-zera-repasses-a-politicas-contra-homofobia-planalto-diz-fazer-campanha.htm>

sendo coordenado pela Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Os Estados que aderissem ao Pacto deveriam:

- I - criar estrutura de gestão nas Secretarias Estaduais para promoção de políticas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
 - II - instrumentalizar equipamentos nos órgãos estaduais para atendimento adequado à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
 - III - institucionalizar e dar pleno funcionamento ao Comitê Gestor Estadual/Distrital, no prazo de 60 dias, a contar da adesão ao presente Termo;
 - IV - elaborar e estabelecer Plano de Ações, com cronograma de execução, apresentação de resultados finais e dados estatísticos, para o enfrentamento à violência LGBTFóbica em seus estados, no prazo de 45 dias, a contar da institucionalização do Comitê Gestor Estadual/Distrital;
 - V - inserir as ações do Pacto no Plano Plurianual (PPA), para garantia orçamentária;
 - VI - cooperar com ações da sociedade civil para promoção de ações que combatam à violência LGBTFóbica; e
 - VII - estimular a criação de Conselhos Estaduais de Combate à Discriminação LGBT naqueles estados que não possuem e fortalecer os Conselhos Estaduais de Combate à Discriminação LGBT já existentes nos Estados.
- (BRASIL, 2018, p. 2)

No lançamento do Pacto, onze Estados assinaram e se comprometeram em implementar essas ações: Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Piauí, Tocantins, Acre, Alagoas, Pará, Ceará, Rio Grande do Sul e Goiás.

Contudo, o cenário mudaria novamente a partir de 2019, perdurando até hoje, com a posse do novo presidente, um indivíduo com uma história de fundamentalismo religioso, defesa pública de uma configuração tradicional e heteronormativa de família, e ataques públicos às pessoas LGBTI+¹⁷.

Em 01 de janeiro de 2019, no dia de sua posse, o novo governo retirou qualquer menção a população LGBTI+ das diretrizes de políticas públicas do novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). São mencionados “mulheres, crianças e adolescentes, juventude, idosos, pessoas com deficiência, população negra, minorias étnicas e sociais e índios” entre os grupos sociais atendidos pelas diretrizes da pasta, indicando a descontinuidade das políticas que vinham sendo implementadas e impondo um silenciamento à pauta da agenda LGBTI+. Com a repercussão negativa da exclusão da população LGBTI+, o governo informou que a promoção dos direitos LGBTI+ ficaria sob responsabilidade da nova Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e

¹⁷ Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/7-vezes-em-que-gays-e-mulheres-foram-alvo-de-bolsonaro/>

Transexuais (DPLGBT), agora subordinada à Secretaria Nacional de Proteção Global do MMFDH.

Apesar disso, tem-se seguido outros episódios de silenciamento, como a retirada do *site* do Ministério da Saúde de uma cartilha voltada para homens trans e a suspensão de um edital que já havia selecionado séries sobre diversidade de gênero e sexualidade para exibição nas TVs públicas.¹⁸

6.1.2 Panorama dos Estados

A seguir, mapeamos as coordenadorias estaduais LGBTI+, responsáveis pelas políticas públicas LGBTI+ nos Estados brasileiros e seus elementos no regime de informação de nosso campo.

Iniciamos o mapeamento com os dados da Região Sul, disponível no Quadro 7, a seguir.

Quadro 7 – Coordenadorias estaduais LGBTI+: Região Sul

Estado	Organograma	Observações
Paraná	- Secretaria de Justiça, Família e Trabalho - Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania - Divisão de Políticas para LGBT http://www.dedihc.pr.gov.br	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Comitê de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTI+; - Menciona o Plano Estadual de Políticas Públicas de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTI+; - O site da Secretaria possui menu 'LGBT' com informações, legislação, notícias, cursos, vídeos e publicações sobre a temática LGBTI+;
Rio Grande do Sul	- Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - Departamento de Direitos Humanos e Cidadania - Coordenadoria de Diversidade Sexual https://sjcdh.rs.gov.br/inicial	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBTI+;

¹⁸ Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/sem-diretrizes-claras-no-governo-bolsonaro-lgbt-temem-violencia-e-descaso/>

Santa Catarina	- Secretaria do Desenvolvimento Social - Diretoria de Direitos Humanos http://www.sds.sc.gov.br	- Não possui órgão específico para população LGBTI+; - Não possui Conselho Estadual LGBTI+; - Inclui a população LGBTI+ entre os segmentos atendidos pela Diretoria de Direitos Humanos.
-----------------------	---	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Região Sul, os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul possuem órgãos específicos para a população LGBTI+ em sua estrutura governamental, mas, nesse último, o site não possui informações específicas acerca das ações desenvolvidas.

No Paraná, existe a Divisão de Políticas para LGBT, do Departamento de promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania, ligado à Secretaria de Justiça, Família e Trabalho. O site da Secretaria possui o menu 'Direitos LGBT', com informações sobre o órgão, legislação nacional e local, documentos, contatos úteis, por exemplo, em casos de discriminação, e conteúdos informativos, como publicações, vídeos, documentários e reportagens especiais sobre a temática.

Destaca-se ainda no Estado do Paraná, o Plano Estadual de Políticas Públicas de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTI+, publicação coordenada pela então Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, agora Secretaria de Justiça Família e Trabalho, e participação de outras nove secretarias do Governo bem como de movimentos sociais nacionais e locais. O Plano propunha, no período de 2013-2015, vários eixos de ações estratégicas nas áreas de saúde, educação, segurança pública, trabalho e emprego, justiça, cidadania, direitos humanos, cultura, esportes, turismo etc. (PARANÁ, 2013). Atualmente inexistente um novo Plano LGBTI+, já que esse primeiro plano tinha período de vigência 2013-2015, tendo obtido 38% de execução das ações propostas, conforme avaliação realizada pelo Ministério Público do Paraná¹⁹. Mas trata-se de documento referencial na área de Políticas Públicas LGBTI+.

No estado do Rio Grande do Sul, o site da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos não possui informações sobre ações ou serviços desenvolvidos para a população LGBTI+.

¹⁹ Fonte: <http://www.direito.mppr.mp.br/2018/07/19/Ministerio-Publico-emite-Nota-Tecnica-de-avaliacao-do-I-Plano-Estadual-LGBT.html>

Dentre os três estados da Região Sul, não identificamos em Santa Catarina órgão específico do poder executivo estadual voltado para o desenvolvimento de políticas públicas para a população LGBTI+ ou mesmo menção a um Conselho Estadual específico. Identificamos apenas a menção dos LGBTI+ entre a população atendida pela Diretoria de Direitos Humanos, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Social.

No Quadro 8 seguimos apresentando o mapeamento das políticas públicas para a população LGBTI+, agora nos estados da Região Sudeste:

Quadro 8 – Coordenadorias estaduais LGBTI+: Região Sudeste

Estado	Organograma	Observações
Espírito Santo	- Secretaria de Direitos Humanos - Subsecretaria de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos - Gerência de Políticas de Diversidade Sexual e Gênero https://sedh.es.gov.br	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual para a Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBTI+.
Minas Gerais	- Secretaria de Desenvolvimento Social - Superintendência de Participação e Diálogos Sociais - Coordenadoria de Promoção dos Direitos LGBTI http://www.social.mg.gov.br	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Não possui Conselho Estadual LGBTI+
Rio de Janeiro	- Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - Subsecretaria de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos - Superintendência de Políticas LGBTI http://www.rj.gov.br/secretaria/PaginaDetalhe.aspx?id_pagina=3498	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTI+; - Menciona Centros Estaduais de Cidadania LGBTI+.

São Paulo	- Secretaria de Justiça e Cidadania - Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual http://justica.sp.gov.br/index.php/coordenacao-coes-e-programas/coordenacao-de-politicas-para-a-diversidade-sexual/	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT; - Menciona a Comissão Especial de Discriminação em Razão de Orientação Sexual ou Identidade de Gênero; - A Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual tem um site exclusivo, com a disponibilização de serviços, publicações, legislação, notícias e curso sobre a temática LGBTI+;
------------------	---	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Os quatro estados da Região Sudeste contam com órgãos específicos para a população LGBTI+ em seus organogramas. O estado do Espírito Santo possui a Gerência de Políticas de Diversidade Sexual e Gênero; o estado de Minas Gerais tem a Coordenadoria da Política de Promoção da Cidadania LGBTI, e o estado do Rio de Janeiro possui a Superintendência de Políticas LGBTI. Contudo, em nenhum dos três estados foi identificado conteúdo especializado nos respectivos sites das Secretarias para exposição de serviços e ações desenvolvidas, constando apenas telefone e *e-mail* para contato.

Destaca-se na Região Sudeste o Estado de São Paulo, que possui a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual junto à Secretaria de Justiça e Cidadania. A Coordenação possui site em que disponibiliza várias informações sobre como denunciar em casos de homofobia, notícias, publicações, legislação e um calendário de datas afirmativas para a população LGBTI+ (Figura 4).

Figura 4 – Site da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual de São Paulo



Fonte: <http://www.justica.sp.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Além da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTI+, a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo abriga a Comissão Especial de Discriminação em Razão de Orientação Sexual ou Identidade de Gênero, responsável pela apuração dos atos discriminatórios, bem como a aplicação das penalidades previstas na Lei Estadual nº 10.948, de 5 de novembro de 2001, que pune administrativamente casos de LGBTfobia em empresas públicas e privadas do Estado de São Paulo.

A seguir, no Quadro 9, apresentamos os dados do mapeamento da Região Centro-Oeste:

Quadro 9 – Coordenadorias estaduais LGBTI+: Região Centro-Oeste

Estado	Organograma	Observações
Goiás	- Secretaria de Desenvolvimento Social - Superintendência dos Direitos Humanos - Gerência de Diversidade Sexual http://www.social.go.gov.br	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona Conselho Estadual LGBTI+.
Mato Grosso	- Secretaria de Assistência Social e Cidadania http://www.sejudh.mt.gov.br	- Não possui órgão específico para população LGBTI+; - Não possui Conselho Estadual LGBTI+.

Mato Grosso do Sul	- Secretaria Especial de Cidadania - Subsecretaria de Políticas Públicas LGBT http://www.secid.ms.gov.br/subsecretaria-de-politicas-publicas-lgbt/	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual da Diversidade Sexual; - Menciona o Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate a Homofobia; - O site da Secretaria possui informações sobre as políticas públicas LGBTI+.
Distrito Federal	- Secretaria de Justiça e Cidadania - Subsecretaria de Política de Direitos Humanos e de Igualdade Racial - Coordenação de Proteção e Promoção de Direitos de Diversidade Sexual http://www.sejus.df.gov.br/subsecretaria-de-politica-de-direitos-humanos-e-de-igualdade-racial/	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Distrital de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBTI+; - Menciona o Centro de Referência Especializado em Assistência Social da Diversidade;

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Região Centro-Oeste, apenas no Estado de Mato Grosso não foi identificado órgão específico para a população LGBTI+, além do estado também não possuir Conselho Estadual LGBTI+. Os conselhos estaduais são órgãos colegiados de natureza consultiva e deliberativa, voltados para a promoção da participação política da sociedade civil e controle social das políticas públicas.

As outras três unidades federativas da Região Centro-Oeste possuem órgãos especializados voltados para a população LGBTI+. Contudo, em Goiás e no Distrito Federal, disponibiliza-se nos sites das secretarias responsáveis apenas informações de contato com os órgãos. No caso específico de Goiás, nota-se um exemplo de silenciamento, comum quando forças políticas conservadoras ascendem ao poder. O site da Secretaria de Desenvolvimento Social, possui um menu com as Áreas de Atuação, listando os grupos sociais atendidos pelo órgão, conforme a Figura 5:

Figura 5 – Áreas de atuação da Secretaria de Desenvolvimento Social de Goiás

Áreas de Atuação
Assistência Social
Comunidades Tradicionais
Direitos Humanos
Idoso
Igualdade Racial
Juventude
Mulher
Pessoa com Deficiência
Socioeducativo
Trabalho

Fonte: <http://www.social.go.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2019.

Ao listar todos os grupos sociais em áreas de atuação da Secretaria, nota-se a ausência de menu específico para população LGBTI+. Trata-se, a nosso ver, de outro caso em que o poder dominante interfere nos dispositivos do regime de informação local, impondo uma política de silenciamento à atuação do Estado no atendimento à população LGBTI+.

Um destaque positivo é o site da Secretaria Especial de Cidadania do Estado do Mato Grosso do Sul, que mantém um menu chamado CENTRAL DE CONTEÚDOS, que reúne material informativo de campanhas voltadas especificamente para a população atendida pelo órgão, como mulheres, indígenas, negros e LGBTI+, além de áudios e vídeos. Na Figura 6, reproduzimos um folheto utilizado na Campanha Maio: Mês da Diversidade.

Figura 6 – Folheto da campanha Maio: Mês da Diversidade



Fonte: <http://www.secid.ms.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2020

Observamos, ainda, no estado do Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal, a presença de Centros de Referência Especializados, órgãos que atuam com serviços de atendimento jurídico e acolhimento em casos de LGBTfobia, atendimento psicossocial, bem como na orientação e disseminação de informações. Constitui-se, assim, em um mais um 'ator social' que integra o regime de informação em análise.

O Quadro 10, a seguir, apresenta os dados coletados dos sete estados da Região Norte.

Quadro 10 – Coordenadorias estaduais LGBTI+: Região Norte

Estado	Organograma	Observações
Acre	- Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres - Diretoria de Políticas dos Direitos Humanos - Divisão de Promoção da Política de Direitos Humanos - Núcleo de Promoção da Igualdade Racial, Diversidade Religiosa e Diversidade Sexual - Divisão de Promoção da Cidadania LGBT	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTI+. - Não possui site. A identificação do órgão através de pesquisa no site do Governo Estadual e no Diário Oficial do Estado
Amapá	- Secretaria da Inclusão e da Mobilização Social http://www.sims.ap.gov.br	- Não possui órgão específico para população LGBTI+. - Menciona o Conselho Estadual de Direitos da População LGBT;
Amazonas	- Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - Departamento de Promoção e Defesa de Direitos - Gerência de Diversidade e Gênero http://www.sejusc.am.gov.br/diversidade-e-genero/	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBTI+.
Pará	- Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos - Coordenadoria de Promoção a Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos - Gerência de Proteção à Livre Orientação Sexual http://www.sejudh.pa.gov.br	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual da Diversidade Sexual.
Rondônia	- Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - Coordenadoria Estadual de Políticas de Direitos Humanos http://www.rondonia.ro.gov.br/seas/	- Não possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos Para População LGBTI; - Inclui a população LGBTI+ entre os segmentos atendidos pela Secretaria.

Roraima	- Secretaria de Justiça e Cidadania http://www.sejuc.rr.gov.br/index.php	- Não possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da População LGBTI+
Tocantins	- Secretaria de Cidadania e Justiça - Diretoria de Direitos Humanos - Gerência de Diversidade e Inclusão Social http://cidadaniaejustica.to.gov.br	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Não possui Conselho Estadual LGBTI+.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Região Norte, dos sete estados que a compõem quatro apresentam órgãos voltados para a população LGBTI+: Acre, Amazonas, Pará e Tocantins. Contudo, nota-se nos estados da região a pouca (ou nenhuma) disponibilização de conteúdos nos sites disponíveis, geralmente restritos ao nome do(a) gestor(a) responsável e formas de contato.

No Estado do Acre, o organograma atesta a existência do órgão, mas a Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres não possui um site. Contudo, uma pesquisa no portal do governo estadual indicou a existência da Divisão de Promoção da Cidadania LGBT e do Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTI+.

No estado do Pará, o site da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos alinha alguns projetos desenvolvidos pelo órgão, onde identificamos alguns coordenados pela Gerência de Proteção à Livre Orientação Sexual:

- a) Caravana da Cidadania LGBT: emissão de documentos, consultas, palestras e oficinas sobre cidadania LGBTI+;
- b) Cine Diversidade da Amazônia: mostra de filmes sobre gênero e diversidade sexual;
- c) Escola e Diversidade: roda de conversa com alunos do ensino médio sobre gênero, diversidade e orientação sexual, buscando disseminar uma cultura de respeito e paz na Escola;
- d) Oficinas para a Diversidade: curso voltado para servidores públicos do estado;
- e) Casamento coletivo Civil e Igualitário: organização de cerimônia de casamento civil para casais homoafetivos;

- f) Apoio às Paradas LGBT: Apoio com material gráfico e serigráficos para as paradas LGBTI+ do Pará.

E, então, chegamos ao Nordeste, a última região de nosso mapeamento das políticas públicas estaduais para a população LGBTI+, conforme o Quadro 11.

Quadro 11 – Coordenadorias estaduais LGBTI+: Região Nordeste

Estado	Organograma	Observações
Alagoas	- Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos - Superintendência de Políticas para os Direitos Humanos e a Igualdade Racial - Assessoria Técnica LGBT http://www.mulherecidadania.al.gov.br	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTI+
Bahia	- Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos - Coordenação de Políticas LGBT http://www.justicasocial.ba.gov.br	- Possui órgão específico para população LGBT; - Menciona o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTI+
Ceará	- Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - Secretária Executiva de Cidadania e Direitos Humanos da SPS - Coordenadoria Especial de Políticas Públicas LGBT https://www.sps.ce.gov.br	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBTI+
Maranhão	- Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular - Secretaria Adjunta de Direitos Humanos - Coordenação Estadual da Política LGBT http://www.sedihpop.ma.gov.br	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual dos Direitos LGBTI+;
Paraíba	- Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-mulher-e-da-diversidade-humana	- Possui órgão específico para população LGBTI+ - Menciona o Conselho Estadual dos Direitos de LGBT
Piauí	- Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos - Superintendência de Direitos Humanos - Gerência de Enfrentamento a LGBTFOBIA http://www.sasc.pi.gov.br/glbtt.php	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTI+; - Menciona o Centro de Referência para Promoção da Cidadania LGBTI+ “Raimundo Pereira”

Pernambuco	- Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - Secretaria Executiva de Segmentos Sociais - Coordenadoria LGBT http://www.sdscj.pe.gov.br/web/sedsdh	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT
Rio Grande do Norte	- Secretaria das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos - Coordenação de Diversidade Sexual e Gênero	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Comitê Estadual de Combate a LGBTfobia - Site fora do ar.
Sergipe	- Secretaria da Inclusão, Assistência Social e do Trabalho - Diretoria de Inclusão e Promoção dos Direitos - Referência Técnica de Políticas para a população LGBTQI+ https://www.seit.se.gov.br	- Possui órgão específico para população LGBTI+; - Menciona o Conselho Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT.

Fonte: Dados da pesquisa.

A Região Nordeste é composta por nove estados, tendo sido identificados em todos órgãos específicos para a população LGBTI+ na estrutura do Poder Executivo. Também foi identificado em todos os estados a existência de Conselhos Estaduais LGBTI+, resguardando a participação da sociedade civil organizada na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Contudo, nota-se que há pouca disseminação de informações nos respectivos sites das secretarias dos nove estados, geralmente se restringindo à equipe responsável e formas de contato.

Ademais, dois estados do Nordeste, Alagoas e Ceará, possuem Planos Estaduais recentes voltados para a população LGBTI+, ambos datados de 2017, conforme indicado pelo brauseio no Portal dos Governos Estaduais e respectivas Secretarias. Mas o Plano Estadual de Alagoas não foi localizado no Portal do Governo e não está disponível no site da Secretaria, tendo sido localizadas apenas notícias de seu lançamento em janeiro de 2017. Foram realizados contatos por telefone, no qual o autor foi orientado a solicitar uma cópia do documento por e-mail, que foi enviado e até o fechamento da tese não obtivemos resposta.

Já o Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e Promoção dos Direitos Humanos de LGBTI+ do Ceará, lista 54 metas distribuídas em 6 áreas temáticas: Educação, Políticas intersetoriais e participação popular, Cultura e comunicação em

Direitos Humanos, Segurança Pública, Cidadania e Enfrentamento da violência, Marcos Jurídicos e Normativos (CEARÁ, 2017).

Nosso mapeamento das políticas públicas LGBTI+ revelou que, das 27 unidades federativas que formam o território brasileiro, 22 estados possuem em sua estrutura administrativa um órgão responsável por desenvolver e implementar políticas e ações para a população LGBTI+, o qual geralmente está subordinado às pastas de Justiça e/ou Direitos Humanos e/ou Desenvolvimento Social. Outros cinco estados não possuem esse setor vinculado a alguma secretaria, ainda que, em alguns casos, a população LGBTI+ seja listada entre o público alvo do órgão. Observamos, ademais, que nos estados que possuem esses órgãos seriam necessários alguns avanços no sentido de disseminar informações, do tipo: serviços ofertados, ações desenvolvidas, legislação local, atores sociais parceiros, etc.

Nesse contexto, nos parece que o panorama nacional e a situação nos estados brasileiros atestam avanços na proposição e implementação de políticas públicas voltadas para a população LGBTI+, especialmente desde 2002, com a promulgação do Programa Nacional de Direitos Humanos 2, e os governos federais progressistas que se seguiram, até 2016.

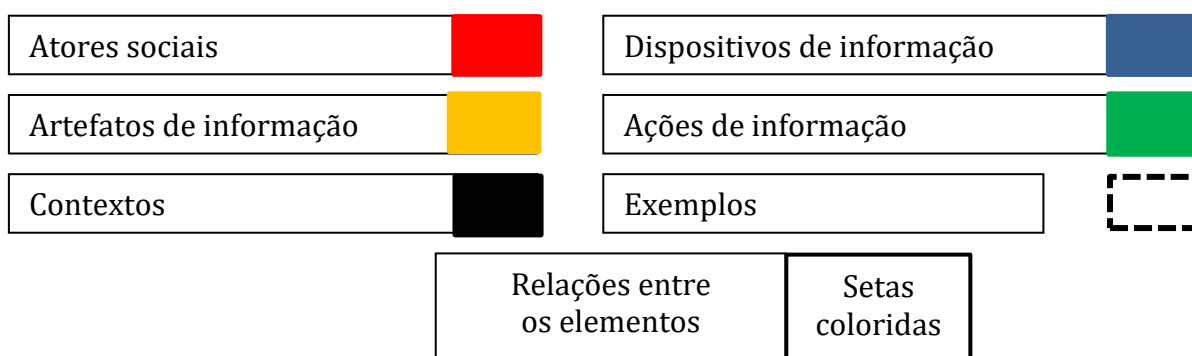
Mas, atualmente, o grande desafio é transformá-las em políticas de Estado, fundamentadas em um referencial legal sólido, um conjunto de dispositivos que possa resistir aos ataques e silenciamentos que governos conservadores podem querer impor à abordagem dessa problemática, de acordo com uma vontade política de ocasião.

6.2 Regime de informação das políticas públicas LGBTI+

A partir das informações coletadas com o mapeamento, iniciaremos a identificação do regime de informação no campo das políticas públicas para a população LGBTI+ no Brasil.

Com base no referencial teórico construído até aqui, dialogando com novos estudos sobre o tema, propomos uma reconfiguração do modelo de Regime de Informação, utilizando os elementos propostos por Delaia (2008), inserindo um novo elemento e descrevendo suas relações.

Figura 7 – Legenda da representação gráfica do modelo de regime de informação



Fonte: Adaptado de Delaia (2008)

Para uma melhor visualização, utilizamos formas e cores para a representação de cada elemento do regime de informação e linhas e setas para apontar as relações de ligação, interferência, influência e elo entre eles, como proposto no modelo original de Delaia (2008). Ressaltamos que a localização e ordem dos elementos não aponta uma relação de hierarquização em um regime de informação.

Figura 8 – Novo modelo do regime de informação



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 12, resume a categorização dos elementos do regime de informação, conforme exposto teoricamente no Capítulo 4, e que serão detalhados em nosso campo de pesquisa, na sequência.

Quadro 12 – Categorização dos elementos do regime de informação

Categorias	Detalhamento
Contextos	Descrição e mapeamento do contexto Práticas sociais Valores e cultura Forças políticas Momento histórico e localização geográfica Contexto social, cultural, econômico, político
Atores sociais	Produtores de informação Usuários de informação Gestores/as
Dispositivos de informação	Corpo legal e regulatório Institucionalização Estrutura de governança Políticas de acesso e uso da informação
Artefatos de informação	Serviços e produtos de informação Conteúdos disponibilizados Mecanismos de busca e acesso
Ações de informação	Práticas formais e informais de compartilhamento de informação e geração de conhecimentos Interação entre atores

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Carvalho (2009)

6.2.1 Contextos

No que diz respeito aos contextos, retornamos a Frohmann (1995), que aborda o regime de informação a partir da Teoria Ator-Rede (TAR), de Bruno Latour, Michel Callon e John Law²⁰. Nesse contexto, Cavalcante *et al.* (2017, p. 3) explicam:

Na [TAR] o conhecimento é um produto social de uma rede de materiais heterogêneos e sugere que a sociedade, as organizações, os agentes, e as máquinas, são todos efeitos gerados em redes de certos padrões de diversos materiais, não apenas humanos. [...] Para a ANT, o social é formado a partir das associações e o objetivo é revelar as redes que se formam a cada momento, remetendo à ideia de alianças, fluxos e mediações.

E Frohmann (1995, p. 5) defende que

[...] de alguma forma, mesmo sem a ação direta do governo, poder e controle suficientes são exercidos sobre os constituintes dos sistemas de informação de onde redes mais ou menos discerníveis e mais ou menos bem definidas, não obstante, emergem e se estabilizam.

Portanto, a partir do referencial construído até aqui, incluímos como contextos, alguns elementos que possuem uma inter-relação de circunstâncias que influenciam no regime de informação, como o contexto histórico, social, cultural, econômico, geográfico, político, de conflitos e informacional. Unger e Freire (2008, p. 94) referem-se “ao ambiente, a economia, o mercado e o poder exercido pelos grupos dominantes sobre os dominados”.

Como contexto político, englobamos as forças que circundam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, caracterizados pela grande fragmentação partidária, federalismo com três instâncias de governo (União, Estados e Municípios) e o chamado Presidencialismo de coalizão, no qual o Poder Executivo está assentado sobre forças políticas por vezes antagônicas, como o mercado e os movimentos sociais, ou mesmo o interesse privado e o setor público.

O regime de informação torna-se, assim, um espaço de disputas e conflitos, sendo também o próprio Estado uma entidade contraditória, heterogênea e divergente, composto por uma variedade de atores com diferentes concepções e visões de mundo (PEREIRA, 2017, p. 213).

²⁰ A Teoria Ator-Rede se alinha ainda ao paradigma indiciário usado na tese, ao lembrarmos que Latour (2000) sugere o uso do termo no idioma original ANT (*Actor-Network Theory*), *formiga* em inglês), “[...] um viajante cego, míope, viciado em trabalho, farejador e gregário”.

Sobre o contexto cultural, Pereira (2017, p. 184) nos lembra que “o ideário conservador da sociedade brasileira [é] ainda bastante refratário às lutas pela igualdade de direitos [LGBTI+]”. Seguindo esse indício, surge no Congresso Nacional a Bancada da Bíblia, Frente Legislativa que reúne evangélicos e católicos e que recorrentemente se posicionam contra o avanço nos direitos e cidadania LGBTI+. Sua atuação exemplifica de que forma o contexto cultural, juntamente com o contexto político, interfere no regime de informação, como no caso, já citado na pesquisa, quando conseguiram que a Presidenta Dilma Rousseff vetasse a distribuição do kit “Escola Sem Homofobia” para as escolas do país, a partir da grande repercussão de *fake news* sobre o assunto²¹.

O momento histórico e a localização geográfica também influem no delineamento do regime de informação, conforme percebido no resgate histórico do panorama nacional das políticas públicas LGBTI+, onde, neste momento, temos um Governo Federal que promove a descontinuação das ações que vinham sendo desenvolvidas e ainda busca silenciar a agenda do movimento LGBTI+.

Sobre o contexto econômico, deve-se levar em consideração alguns aspectos mercadológicos da população LGBTI+ e o chamado *pink money*, ou dinheiro rosa²². No Brasil cerca de 10% da população são LGBTI+, indicando um mercado em potencial, e que já movimenta cerca de 150 milhões de reais por ano. Isto tem levado as empresas a promoverem ações de inclusão e visibilidade, inserindo LGBTI+ em suas propagandas, ou mesmo ofertando serviços e produtos voltados para este grupo social.²³

O contexto informacional contempla a transparência e o fluxo de informações entre as estruturas políticas, quer seja livre ou mesmo restrito, reconhecendo a informação como força constitutiva da sociedade e uma forma dominante de poder,

²¹ Fonte: https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/24/kit-gay-a-verdade-sobre-o-programa-alvo-de-criticas-e-fake-news-de-bolsonaro_a_23565210/. Acesso em: 25 nov. 2019.

²² “O termo *pink money* surgiu nos Estados Unidos no final da década de 1970, quando alguns grupos homossexuais não dispunham de patrocinadores para suas ações, como a publicação de jornais, revistas, ou a realização de eventos. O movimento gay americano decidiu então organizar um dia de protesto nacional. Nesse dia, toda nota de um dólar que passasse na mão de um gay deveria ser riscada com uma caneta rosa (*pink*) no canto superior direito. Da noite para o dia, bilhões de notas amanheceram coloridas apontando a força do *Pink Money*”. Fonte: <https://lugarespelomundo.com.br/pink-money-move-mercado-paulistano-durante-semana-lgbt/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

²³ Fonte: <https://g1.globo.com/economia/pme/pequenas-empresas-grandes-negocios/noticia/2019/01/06/negocios-voltados-para-o-publico-gay-fazem-sucesso-e-dinheiro.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2020.

envolta por um conjunto de infraestruturas e ações concretas (redes, dispositivos jurídicos) ou mesmo de fragmentos narrativos (FROHMANN, 1995). No Brasil, temos a já citada Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), que reconhece o acesso à informação como um direito humano fundamental, previsto na Constituição de 1988, em seu Artigo 5.

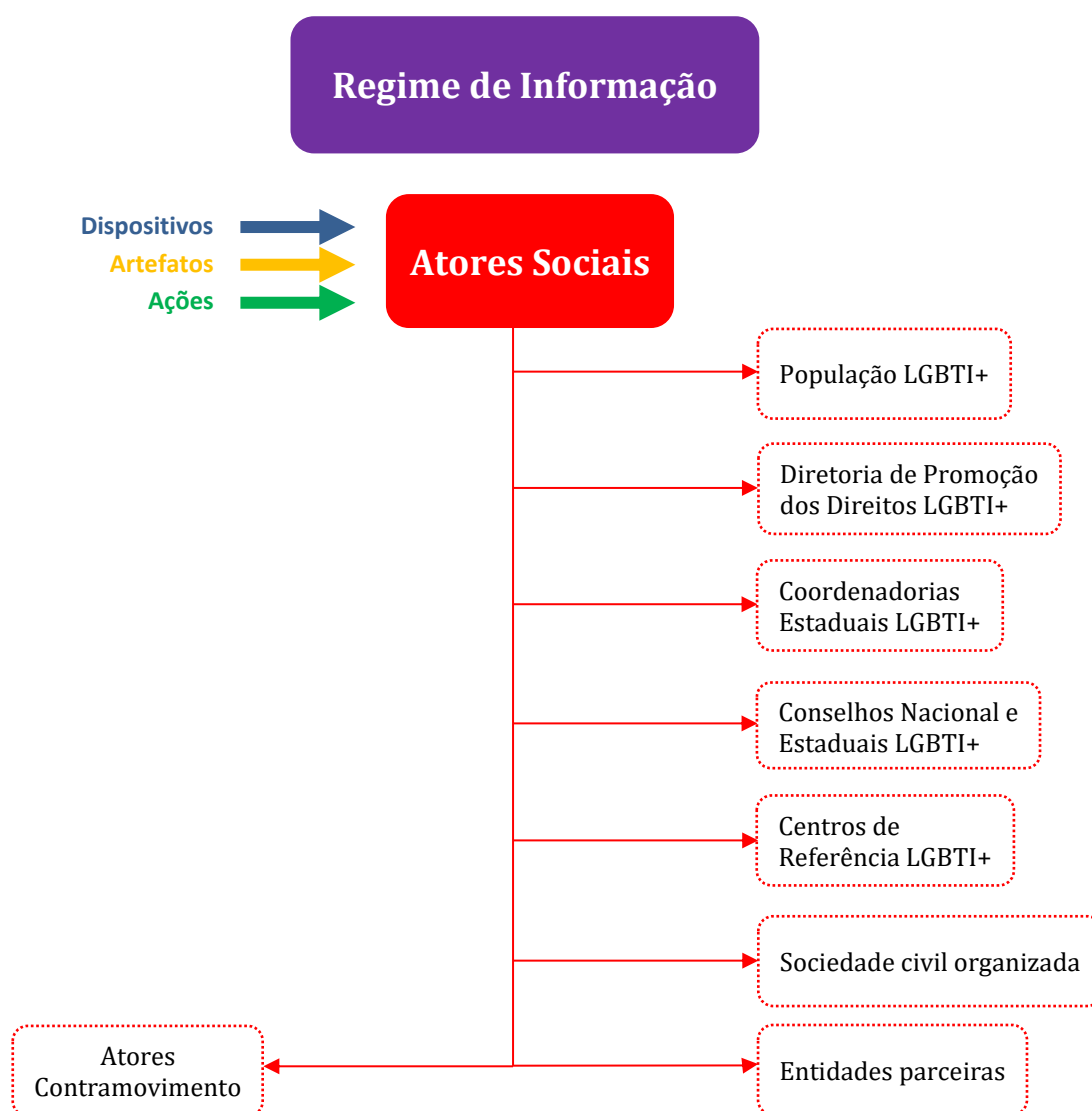
Leis como a LAI ampliam a participação cidadã no Estado ao tornar a informação um bem público, resultando em uma sociedade com direitos humanos resguardados, cidadãos conscientes de seus deveres e capazes de reconhecer e acessar seus direitos fundamentais, gestão pública transparente e regime democrático consolidado.

6.2.2 Atores sociais

Conforme exposto, os atores sociais atuam no fluxo informacional, sendo responsáveis por fases do ciclo de proposição, implementação e avaliação das políticas de informação na contextura local ou nacional, em constante interação com todos os outros elementos do regime de informação, conforme a Figura 9.

Dentro do cenário das políticas públicas brasileiras para a população LGBTI+, apresentamos na Figura 9 os seguintes atores sociais:

Figura 9 – Atores sociais



Fonte: Elaborada pelo autor.

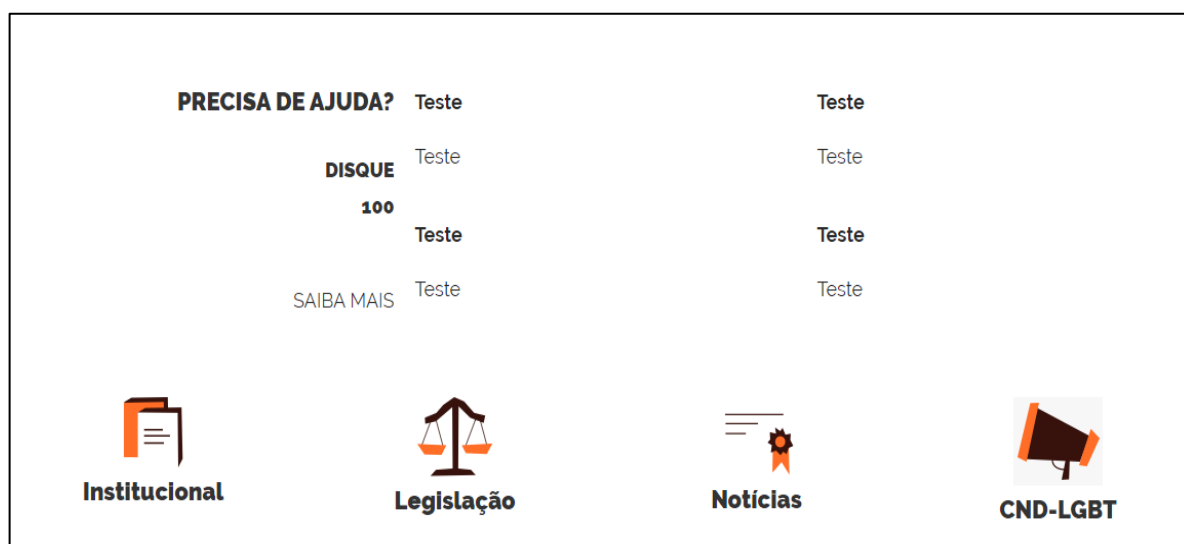
Desde 2009 o Brasil tem em sua estrutura administrativa federal um órgão especializado responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas para a população LGBTI+, que hoje é denominada Diretoria de Promoção dos Direitos LGBTI+ (DPLGBT), vinculada à Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. De acordo com Brasil (2019, grifo nosso), a DPLGBT tem como atribuições:

- Coordenar os assuntos, as ações governamentais e as medidas referentes à promoção e defesa dos direitos da população LGBT;
- Coordenar as ações de implementação, monitoramento e aperfeiçoamento dos centros de referência em direitos humanos da população LGBT;

- **Coordenar a produção, a sistematização e a difusão das informações relativas à população LGBT;** e
- Propor e incentivar a realização de campanhas de conscientização pública, visando à inclusão social da população LGBT.

Não obstante, o brauseio no site da DPLGBT indicou a difusão de pouquíssimas informações de interesse ao grupo social atendido. A última notícia postada é de 18 de agosto de 2018, indicando novamente a descontinuidade de ações e o silenciamento que o atual governo quer impor à população LGBTI+. Outros menus da página, como **Legislação**, que poderia reunir todo o corpo jurídico de amparo e direitos da população LGBTI+, quando abertos, não apresentam nenhum conteúdo, conforme Figura 10, a seguir:

Figura 10 – Seção Legislação no site da DPLGBT



Fonte: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/lgbt>. Acesso em: 31 jan. 2020.

Quanto aos Estados brasileiros, o mapeamento das políticas públicas LGBTI+ revela que no momento da realização da pesquisa, em outubro de 2019, das 27 unidades federativas que formam o território brasileiro 22 possuem Coordenadorias Estaduais LGBTI+ em sua estrutura administrativa, órgão responsável por desenvolver e implementar políticas e ações para a população LGBTI+. Outros cinco estados não possuem esse setor vinculado a alguma secretaria, ainda que em alguns casos, como em Santa Catarina e Rondônia, a população LGBTI+ seja listada entre o público alvo das ações desenvolvidas pela Secretaria especializada na pauta de direitos humanos e/ou desenvolvimento social.

Atuando junto aos órgãos do Poder Executivo dos estados, existem os Conselhos Estaduais LGBTI+, formados por representantes de diversas frentes da sociedade civil e voltados para a participação política, proposição, acompanhamento e controle social das ações públicas de incentivo à cidadania LGBTI+. Nos 27 entes federativos do país, apenas quatro estados não possuem Conselhos Estaduais, sendo que em dois deles, Amapá e Roraima, existe a figura do Conselho Estadual LGBTI+, mas não existe a figura do órgão estadual de políticas públicas LGBTI+.

Até junho de 2019 o Brasil possuía o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTI+ (CNCDPD-LGBTI+), que foi extinto, junto com outros Conselhos Nacionais que atuavam na agenda dos direitos humanos e substituídos pelo único Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

O levantamento bibliográfico/documental, junto com o mapeamento das políticas públicas LGBTI+, nos permitiu identificar também a figura dos Centros de Referência LGBTI+, uma política pública em desenvolvimento no país desde a implementação do Programa Brasil Sem Homofobia. Os Centros de Referência LGBTI+ constituem-se em espaços de promoção e exercício da cidadania, cultura, informação, acolhimento e socialização, formando uma rede de proteção e garantia de direitos e de enfrentamento à homofobia. De acordo com Santos (2018, p. 46), os Centros de Referência LGBTI+ ofertam “serviços jurídico, social, psicológico, informacional e cultural para os indivíduos pertencentes a essa comunidade, ajudando-os muitas vezes a resolverem os problemas relacionados ao gênero e à sexualidade”.

O brauseio nos portais dos governos estaduais identificaram Centros de Referência em 05 estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Piauí. Alguns estados atrelam vários públicos em um Centro de Referência, atendendo vários grupos sociais, como no caso de Goiás, que possui o Centro de Referência da Igualdade, voltado para as pessoas vítimas de qualquer tipo de violência, preconceito e discriminação, ou ainda, que estejam em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, Santos (2018) já indicou a dificuldade de quantificar quantos Centros de Referência ainda existem, devido a inexistência de uma fonte que reúna informações sobre localização, ações e serviços. Na realidade vários espaços têm sido fechados, pois a atual conjuntura política do Governo Federal não incentiva os estados a manter esses órgãos funcionando.

Temos ainda, entre os atores sociais, a sociedade civil organizada, seja por meio de Organizações Não-Governamentais, associações e outros movimentos sociais. O brauseio destaca a atuação de algumas, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a Liga Brasileira de Lésbicas, a Rede Afro LGBT. Trata-se de uma rede de grupos nacionais que atuam na elaboração da agenda do movimento, na demarcação de pautas junto aos poderes públicos, participação nos Conselhos LGBTI+ e demais ações que vem garantindo visibilidade ao grupo social, como por exemplo, a organização das Paradas do Orgulho LGBTI+.

Identificamos como entidades parceiras, que vêm atuando no cenário das políticas públicas LGBTI+: núcleos e comitês especializados existentes no Ministério Público, na Defensoria pública, em sindicatos e associações profissionais, em partidos políticos, universidades, o Conselho Federal de Psicologia, o Conselho Federal de Medicina, dentre outras instituições.

Carvalho (2009), destaca a interação que existe entre os atores sociais em um regime de informação, através de relações informais e/ou formais, evidente no organograma e nas áreas de atuação dos órgãos, como quando o Conselho LGBTI+ é coordenado pelo chefe do órgão especializado do Poder Executivo, na participação popular pela proposição e controle social das ações pelo Conselho, além das redes, em conteúdos informacionais e ações compartilhadas, liderados pela DPLGBT ou pelas coordenadorias estaduais LGBTI+, atuando sempre em parceria com outros órgãos do governo por meio da transversalização.

Identificamos como atores contramovimento os grupo sociais conservadores de oposição aos direitos LGBTI+, por vezes vinculados a instituições religiosas, que vêm buscado o domínio do regime de informação, impondo a descontinuação das ações que vinham sendo desenvolvidas, bem como o silenciamento no fluxo de informações, explícita em uma série de eventos já narrados na tese.

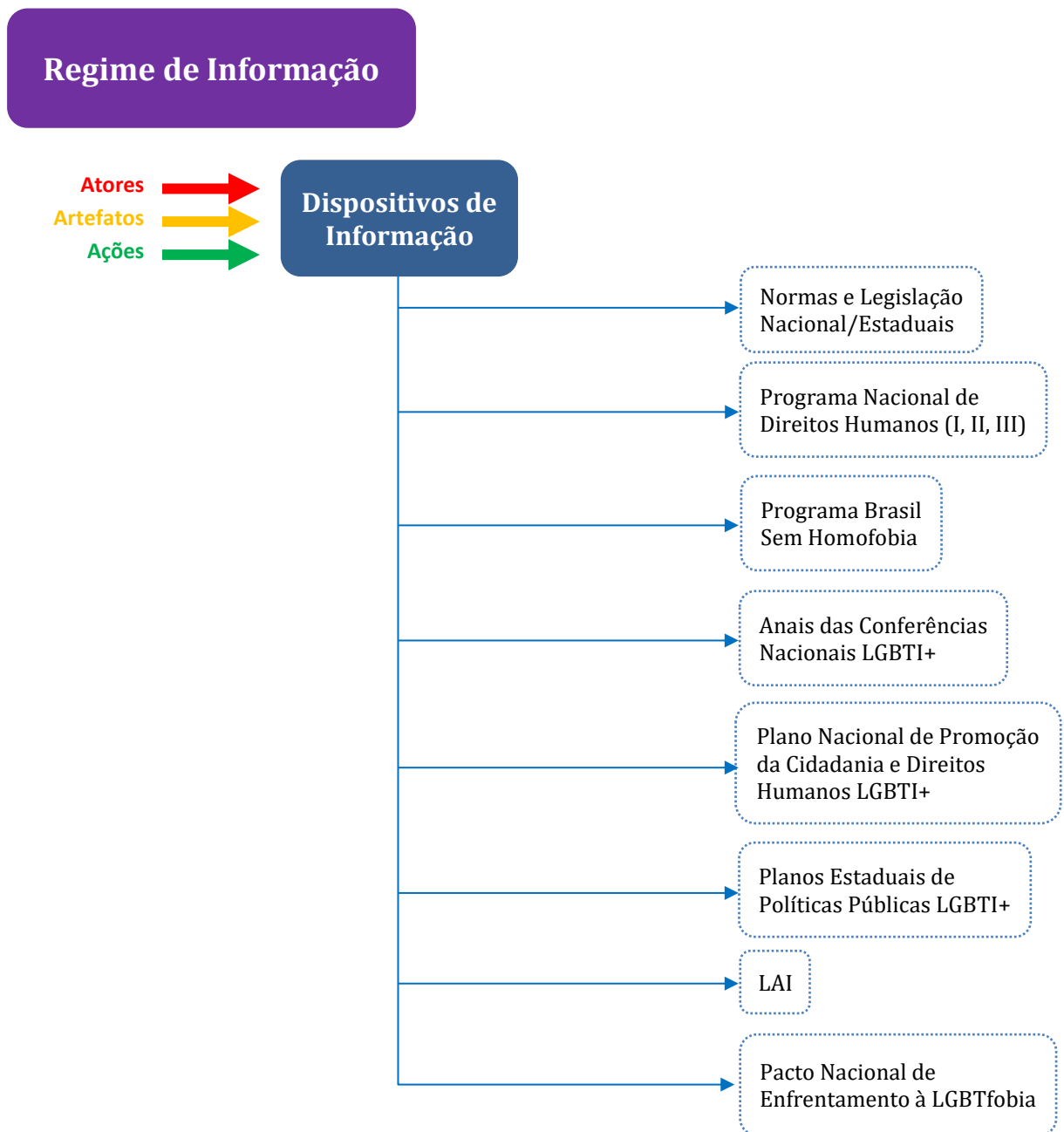
Sendo a informação um vetor que conduz ao empoderamento de atores sociais, bem como à construção e reconhecimento de identidade e cidadania na sociedade contemporânea, a população LGBTI+ deveria ter garantido seu acesso às informações produzidas no seio desse regime, por estarem, permanentemente, à mercê da exclusão, da discriminação, do preconceito e até mesmo da violência.

Todos esses atores sociais delineados estão atuando no regime de informação sob a regulação de um conjunto de dispositivos de informação, que apresentamos a seguir.

6.2.3 Dispositivos de informação

Conforme exposto, os dispositivos de informação referem-se a “[...] qualquer tipo de lei, regulação, princípio político ou programa que lida com qualquer forma de coleção, processamento, fluxo e uso de informação” (BRAMAN, 2009). Ou seja, são os mecanismos operacionais, regulatórios, normativos e estruturantes do regime de informação, responsável por determinar suas características e funcionamento, conduzindo à formalização das políticas de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003).

Figura 11 – Dispositivos de informação



Fonte: Elaborada pelo autor.

Modulando o regime de informação das políticas públicas LGBTI+, temos uma estrutura normativa nacional com fragilidades evidentes, formada por decisões e jurisprudências do Supremo Tribunal Federal (que reconheceu as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo como entidades familiares, julgou procedente o direito à identidade de gênero das pessoas trans e que criminalizou as práticas de homofobia e transfobia, equiparando-as ao crime de racismo) e do Conselho Nacional de Justiça, que impediu os cartórios brasileiros de se recusarem a celebrar casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo.

Tal cenário nacional, sem a força formal, cultural e simbólica de um corpo de leis aprovado pelo Congresso Nacional, levou estados e municípios a aprovarem leis anti-homofobia²⁴, como na Paraíba, com a Lei Estadual nº 7309, de 10 de janeiro de 2003, que aplica sanções na esfera civil em caso de discriminação ou preconceito em virtude de orientação sexual e da identidade de gênero:

- I - advertência;
- II - multa até o limite de 2.000 (duas mil) UFR/PB;
- III - suspensão da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS do Estado da Paraíba por 30 (trinta) dias;
- IV - cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS do Estado da Paraíba.

E para informar a população que a Lei Estadual nº 7.309/2003 proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências, a Paraíba também instituiu a Lei nº 10895, de 29 de maio de 2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, conforme modelo a seguir:

²⁴ Levantamento de fevereiro de 2019 identificou leis anti-homofobia em 7 estados: Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo. Fonte: https://www.vice.com/pt_br/article/43zaem/lgbtfobia-ja-e-crime-em-alguns-estados-brasileiros

Figura 12 – Modelo do cartaz anti-homofobia na Paraíba



Fonte: Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba

Como documentos referenciais das políticas públicas LGBTI+, abordando a promoção da cidadania e direitos humanos dessa população, identificamos o Programa Nacional de Direitos Humanos (I, II e III), o Programa Brasil Sem Homofobia, os Anais das Conferências Nacionais LGBTI+, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTI+, e os Planos Estaduais, como os mencionados nos estados do Paraná, Alagoas e Ceará. Ainda que alguns não estejam mais em vigor, ou tiveram suas ações descontinuadas, trata-se de documentos que estabeleciam ações transversais a serem desenvolvidas conjuntamente por diversos órgãos do Poder Executivo nas áreas de Educação, Saúde, Justiça, Cultura, Trabalho, Segurança, etc., estando sua formulação, implementação e avaliação sob responsabilidade da Coordenadoria LGBTI+ existente na estrutura administrativa.

O Pacto Nacional de Enfrentamento à LGBTfobia fomentava a articulação entre a União e os Estados, atores sociais de nosso regime, para a implantação de uma série de ações de fortalecimento das políticas públicas LGBTI+ com o objetivo de prevenir e combater a LGBTfobia.

A forma como se estabelece tal estrutura de governança, a qual a Coordenadoria LGBTI+ está ligada, seu orçamento e sua localização no organograma do Poder Executivo se configuram em dispositivos que atuam no regime de informação das políticas públicas LGBTI+, podendo alterar sua forma de atuação e o resultados nas ações que são desenvolvidas, conforme explicitado adiante. Nesse sentido, voltamos a Pereira (2017, p. 14), que aponta algumas limitações e fragilidades para as políticas públicas LGBTI+:

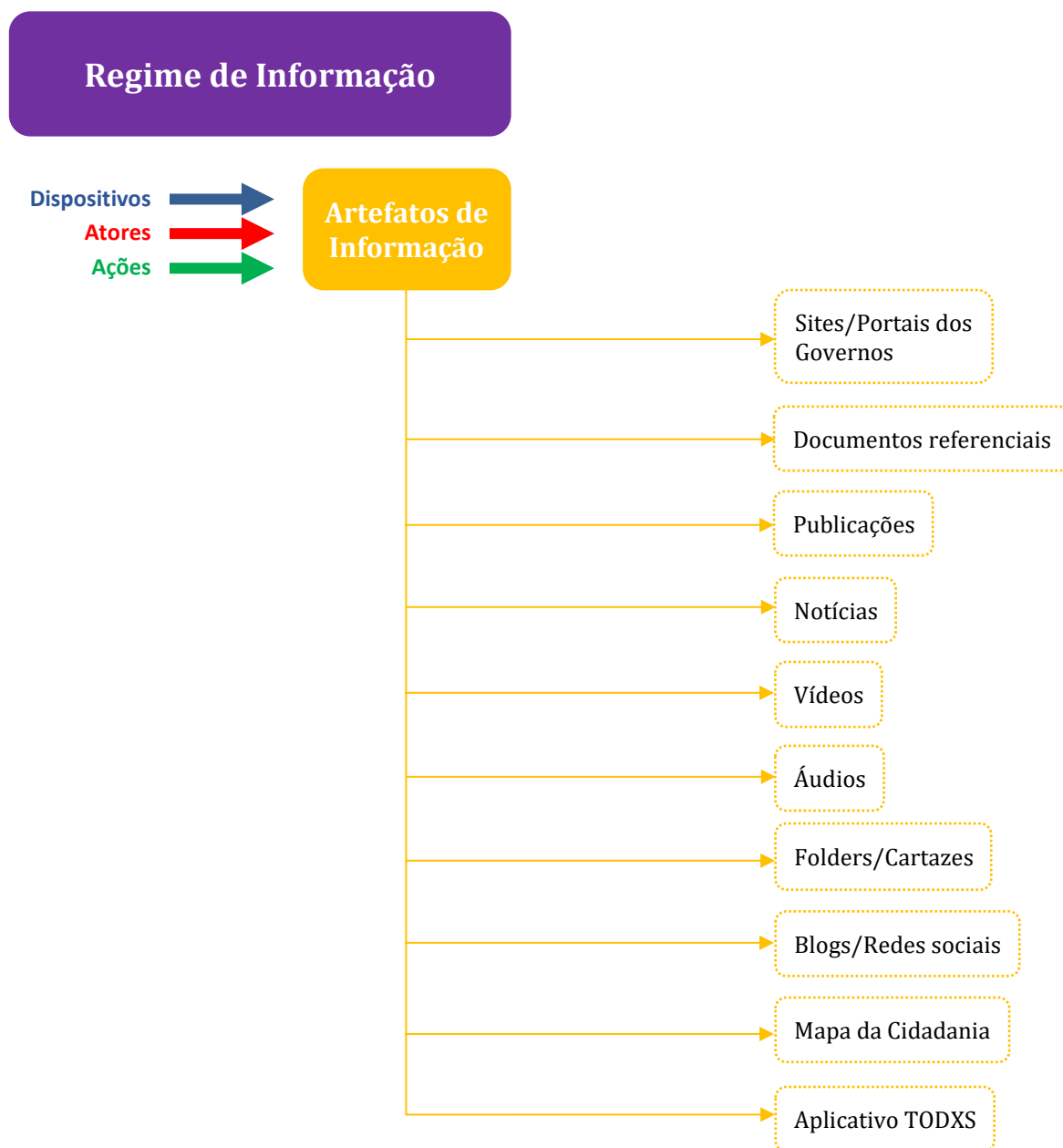
Ausência de instrumentos normativos regulamentando as políticas LGBT, falta de dotação orçamentária específica e de pessoal qualificado para trabalhar com as demandas específicas da população LGBT, além do rechaço de setores da burocracia estatal e de outras instâncias estatais (a exemplo de parlamentares opositores aos direitos LGBT) [...] podem resultar na descontinuidade das políticas LGBT ou até mesmo em profundas reestruturações burocráticas e orçamentárias que inviabilizam suas ações.

Destacamos a Lei de Acesso à Informação como dispositivo atuante no fluxo de informação das políticas públicas, incentivando os órgãos do Estado a elaborarem um documento com sua Política de Informação, contendo as diretrizes governamentais, os valores políticos, um programa de ações de informação desenvolvidas, descrevendo a produção e disseminação de conteúdos, as fontes oficiais de informação para a população, os mecanismos funcionais de organização, acesso, uso e comunicação da informação para a produção de conhecimento (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999b).

6.2.4 Artefatos de informação

Os artefatos de informação dizem respeito aos recursos tecnológicos e fontes informacionais utilizados pelos atores sociais na produção, organização, acesso, uso e comunicação da informação dentro do regime de informação em questão.

Figura 13 – Artefatos de informação



Fonte: Elaborada pelo autor.

O mapeamento aponta para a disseminação tanto de fontes tradicionais como de fontes inerentemente digitais de informação, de acordo com o novo contexto das tecnologias digitais de informação e comunicação e o consumo de informações por parte da atual sociedade. Contudo, observamos que a grande maioria dos estados não utilizam o espaço disponível no Portal do Governo para disseminar informações utilitárias, como por exemplo, os serviços ofertados, as ações desenvolvidas, a

legislação local, os atores sociais parceiros, relatórios de pesquisas desenvolvidas, as fontes de informação especializadas em saúde etc.

Destacamos os estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, que em seus sites mantêm uma Central de Conteúdos, reunindo um acervo de informações com notícias, publicações como livros, apostilas, relatórios, blogs, vídeos e fotos, a legislação, um calendário de datas afirmativas para a população LGBTI+, material informativo de campanhas, como cartazes e folders, áudios e vídeos com conteúdos voltados especificamente para a população LGBTI+. Ainda reproduzem, também, os documentos referenciais já citados anteriormente, como o Programa Brasil Sem Homofobia, os Anais das Conferências Nacionais LGBTI+, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTI+, e aqueles Estados que o possuem, seus Planos locais.

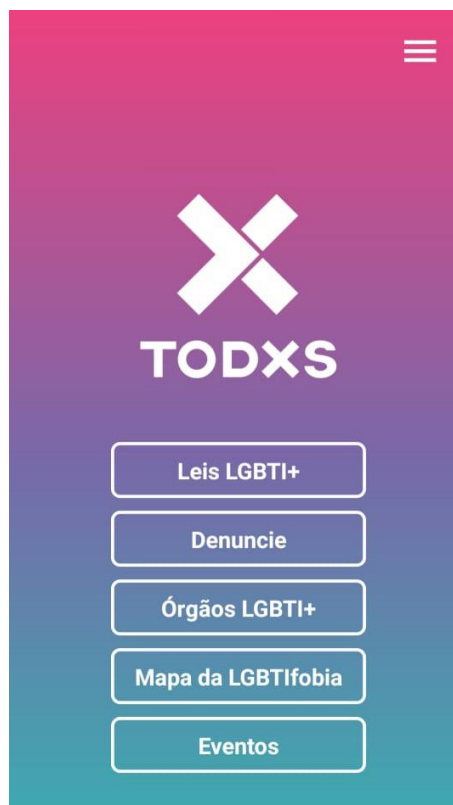
O brauseio nos levou a identificar outras duas fontes de informação para a população LGBTI+, com origem nos atores sociais da sociedade civil organizada: o Mapa da Cidadania e o aplicativo TODXS.

O Mapa da Cidadania é um serviço disponível no site da ABGLT, com as seguintes informações organizadas por estado: ferramentas jurídicas estaduais, municipais, órgãos estaduais e municipais de políticas LGBTI+, conselhos LGBTI+ estaduais e municipais, centros de referência e outros órgãos do sistema de justiça e segurança pública, como Defensoria Pública, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil. Os dados do mapeamento utilizados nesta tese, além de disponibilizados no Portal do Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LTI)²⁵, serão enviados para a ABGLT, para fins de atualização dos estados onde constatou-se estarem com algumas informações desatualizadas.

Outro artefato de informação identificado através do brauseio refere-se ao aplicativo TODXS, desenvolvido pela startup homônima e sem fins lucrativos que desenvolve uma série de projetos, eventos, e ações de socialização e capacitação para o mercado de trabalho voltados para a inclusão e promoção da cidadania da população LGBTI+. Na Figura 14 apresentamos a interface do aplicativo:

²⁵ Disponível em: <https://www.lti.pro.br>

Figura 14 – Interface do aplicativo TODXS



Fonte: <https://www.todxs.org>. Acesso em: 25 fev. 2020.

O aplicativo constitui-se em uma fonte de informações para LGBTI+, reunindo:

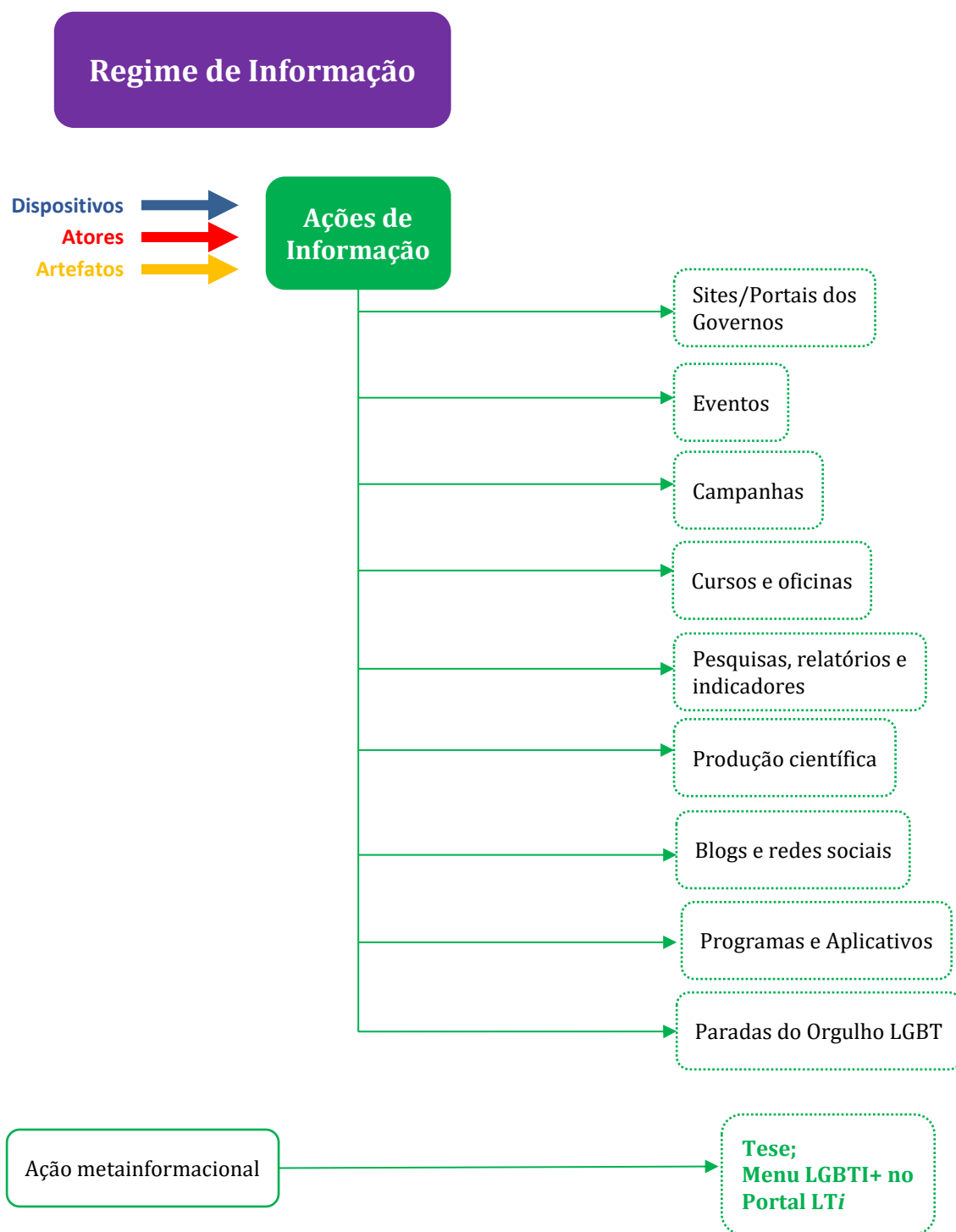
- a) Leis LGBTI+: normas e leis nacionais e locais voltadas para a população LGBTI+, organizadas em tópicos, como Família, Educação, Inclusão social etc.;
- b) Órgãos LGBTI+: informações de organizações LGBTI+, reunidas por categorias: saúde, educação, jurídicas, partidárias, municipal, estadual, federal, não-governamental etc.;
- c) Mapa da LGBTfobia: que registra a localização de denúncias de caso sofridas ou presenciadas pelos usuários do aplicativo; e
- d) Eventos: plataforma colaborativa para cadastro de eventos LGBTI+.

6.2.5 Ações de informação

Conforme exposto, compreendemos as ações de informação como ações sociais e formas de vida que se manifestam em um regime de informação, presentes

em todas as etapas do fluxo informacional, desenvolvidas pelos atores sociais e mediada pelos dispositivos de informação e artefatos de informação, evidenciando as relações de poder coexistentes nesse meio.

Figura 15 – Ações de informação



Conforme a tipologia das ações de informação, apresentada no Capítulo 4, as ações formativas são produzidas para grupos de interesse, no caso a própria população LGBTI+, as ONGs e o movimento social ou mesmo os servidores do governo. Constituem-se em ações formativas os cursos, oficinas, campanhas e eventos que são direcionados para o corpo de atores sociais no regime de informação.

Um exemplo identificado no brauseio e que vinha sendo desenvolvido pelo Governo Federal era o curso semipresencial Gênero e Diversidade na Escola, voltado para professores e professoras da rede pública de Ensino Básico. O conteúdo programático do curso abordava as temáticas gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, inserindo esses fenômenos no dia a dia da realidade escolar e preparando os profissionais de educação para lidar com a diversidade de vivências culturais.

Outro exemplo, e que ainda está em desenvolvimento é o projeto Oficinas da Diversidade, organizado pela Gerência de Proteção à Livre Orientação Sexual do Estado do Pará. Trata-se de conteúdo voltado especificamente para o treinamento de servidores públicos do estado nas temáticas de gênero e diversidade.

As coordenadorias LGBTI+ comumente têm realizado campanhas periódicas informativas, voltadas para temas específicos da agenda LGBTI+ ou mesmo para a população de forma geral, visando criar uma cultura de respeito e valorização da cidadania. Identificamos a campanha “Ceará de Todxs”, da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará, que reforça a importância da visibilidade e da luta pela defesa de direitos, realizando ações em locais de grande movimentação, geralmente em datas alusivas para a população LGBTI+.

Como expoente dos eventos, temos a realização das Paradas do Orgulho LGBTI+. Segundo a Agência de Notícias da AIDS, em 2019 o Brasil teve ao menos 297 Paradas LGBTI+²⁶. Trata-se de momento de tornar visível para a Sociedade uma população que “constroem suas vidas, elaboram seus desejos, lutam pela diária sobrevivência, padecem de sofrimentos, alimentam-se de esperanças e, especialmente, amam de diferentes formas ou arquitetam diferentes corpos.” (SALES, 2018). As Paradas buscam construir um diálogo com a sociedade, geralmente

²⁶ Fonte: <https://agenciaaids.com.br/noticia/levantamento-brasil-teve-ao-menos-297-paradas-lgbt-em-2019/>. Acesso em: 05 mar. 2020.

realizadas através de esforço comum de representantes do movimento LGBTI+ e do poder público e disseminando a agenda de pautas ainda necessárias na construção e reconhecimento da cidadania.

Ações recorrentes que foram identificadas na navegação dos sites das Coordenadorias LGBTI+ são eventos regionais, como seminários ou rodas de conversa em cidades do interior dos estados, visando construir com isonomia políticas públicas que atendam diferentes sujeitos da população, independentemente de sua localização geográfica.

Quanto às ações de mediação, temos a produção e disseminação de informações em formato digital (em sites, blogs e redes sociais) ou analógico (folhetos, cartazes e outros) e a distribuição de hardware, software, frameworks e aplicativos. As redes sociais, como o *Facebook*, o *Twitter* e o *Instagram* possibilitam novas formas de relação entre o Estado e a população, como por exemplo horizontalidade na comunicação e uma dinâmica colaborativa na produção dos conteúdos.

As campanhas informativas realizadas, como a supracitada “Ceará de Todxs”, costuma produzir folhetos, cartazes e folders informativos, como o disponível na Figura 16:

Figura 16 – Cartaz da campanha Ceará de Todxs



Fonte: <https://www.sps.ce.gov.br>

O aplicativo TODXS constitui-se também em ação de informação de mediação, através da função Denuncie, um espaço para registro de denúncias de casos de LGBTfobia e também para a avaliação de atendimento policial. A TODXS informa que as informações compartilhadas no aplicativo, no campo Denuncie, são compartilhadas com a Controladoria Geral da União (CGU), órgão de fiscalização do Governo Federal, contribuindo para “a construção de políticas públicas e avaliação dos serviços públicos prestados para a população.” (TODXS, 2020).

Identificamos também o SisChaves, um sistema de cadastro de dados de usuários do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia. Trata-se de ação desenvolvida pela Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba em parceria com a Companhia Estadual de Processamento de Dados e o Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. O SisChaves permite potencializar o fluxo de informação para produção de dados e diagnóstico oficial das violações de direitos e violências contra LGBTI+. Dessa forma permitirá ao governo pautar políticas públicas para a população LGBTI+, nas áreas de segurança, saúde, trabalho etc.²⁷

Ademais, como identificado no mapeamento, ainda são necessários alguns avanços nas coordenadorias LGBTI+ nos Estados e da própria Diretoria de Promoção dos Direitos LGBTI+ nacional, no sentido de disseminar informações em seus sites institucionais, do tipo: os serviços ofertados, ações desenvolvidas, a legislação local e federal, os atores sociais parceiros, etc.

As ações relacionais buscam intervir em outra ação de informação, como na produção de informações sobre as ações de informação, como por exemplo a produção científica sobre a temática da diversidade sexual ou sobre o grupo social LGBTI+, disponível em artigos, teses, dissertações etc., aproximando a Ciência dos fenômenos sociais em evidência na sociedade.

Também são ações relacionais a divulgação de pesquisas por meio de relatórios, notícias e indicadores sobre a população LGBTI+. As pesquisas desenvolvidas por atores como ONGs, Associações, Academia e Coordenadoria especializadas LGBTI+ também atuam como dispositivos dentro desse regime de informação, ao fornecer dados e informações estratégicas que servirão de insumo na

²⁷ Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-lanca-sistema-de-cadastro-de-dados-de-usuarios-do-espaco-lgbt>. Acesso em: 25 jan. 2020.

tomada de decisões sobre as ações a serem desenvolvidas. Por exemplo, uma das pautas que tem sido discutida e exigido ações públicas é a presença da população LGBTI+ no sistema carcerário, especificamente pessoas trans e travestis dentro das prisões masculinas. A pesquisa “LGBT nas prisões do Brasil: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento”, encomendada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos mostrou que travestis e mulheres trans encarceradas em presídios masculinos, são submetidas a violência psicológica, física e sexual, sendo tratadas como homens, obrigadas a cortar o cabelo, a usarem roupas masculinas, ao uso do nome biológico, e tendo a terapia hormonal descontinuada (MODELLI, 2020). Tais resultados apontados deveriam levar o poder público a buscar soluções de encontro a essa demanda, propondo ações na área de segurança pública e execução penal que garanta a vida com dignidade das pessoas LGBTI+ presas.

Ao entendermos a Ciência da Informação como o campo que incorpora a noção da informação que remete seus atores sociais aos contextos onde vivenciam suas respectivas existências (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2004), promovemos o “conhecimento em ação” (WERSIG, 1993) na Ciência da Informação de modo a intervir sobre o regime de informação das políticas públicas LGBTI+.

Considerando a execução da pesquisa como de natureza aplicada e pesquisa-ação, os dados coletados e resultados alcançados levantaram a possibilidade de promover uma ação de informação pública, a ser disponibilizada no Portal do Laboratório de Tecnologias Intelectuais. O *LTi* é uma rede de projetos de ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de desenvolver ações que facilitem o acesso livre à informação científica e tecnológica, de modo a promover reflexões e propiciar competências em tecnologias intelectuais de produção, comunicação e uso dessa informação (LABORATÓRIO DE TECNOLOGIAS INTELECTUAIS, 2019).

Na realidade, trata-se de ação metainformacional, reunindo características das três tipologias de ações de informação e extrapolando o campo da Ciência da Informação. De acordo com a tipologia de González de Gómez (2009), trata-se de uma ação:

- a) formativa, para um público específico que compartilha interesses sociais, políticos e culturais (lista de sites, blogs, leis, regulamentos e outros);

- b) mediadora, pois se trata de um Portal que dá acesso a outros portais, sites, blogs, redes sociais virtuais; e
- c) relacional, pois irá disponibilizar documentos oficiais, relatórios, teses, dissertações, artigos etc.

Assim, foi criado no Portal **LTi** o menu **LGBTI+** (Figura 17), com duas seções de conteúdos:

- a) Mapeamento das Políticas Públicas **LGBTI+** (Figura 18); e
- b) Produção científica **LGBTI +** na Ciência da Informação (Figura 19).

Figura 17 – Menu **LGBTI+** no **LTi**



Fonte: <https://lti.pro.br/posts/visualizar/acoes-mediadoras/lgbti>. Acesso em: 08 mar. 2020.

Figura 18 – Interface da seção Mapeamento das políticas públicas LGBTI+ no LT*i*

COMPARTILHE





07 March 2020

Mapeamento das políticas públicas LGBTI +

Quadro administrativo federal e estaduais

BRASIL
 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
 Secretaria Nacional de Proteção Global
 Diretoria de Promoção dos Direitos LGBTI+
<https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/lgbt>
 Telefone: (61) 2027-3283

Acre
 - Secretaria de Estado de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres
 - Diretoria de Políticas dos Direitos Humanos
 - Divisão de Promoção da Política de Direitos Humanos
 - Núcleo de Promoção da Igualdade Racial, Diversidade Religiosa e Diversidade Sexual
 - Divisão de Promoção da Cidadania LGBT
 - Não possui site.
 - Telefone: (68) 3215-2310
 - Possui o Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTI+.

Alagoas
 - Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos
 - Superintendência de Políticas para os Direitos Humanos e a Igualdade Racial
 - Assessoria Técnica LGBT
<http://www.mulhercidadania.al.gov.br>
 - Telefone: (82) 3315-1102
 - Possui o Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTI+.

Fonte: <https://lti.pro.br/posts/visualizar/acoes-mediadoras/mapeamento-das-politicas-publicas-lgbti>.

Acesso em: 08 mar. 2020.

Figura 19 – Interface da seção Produção científica LGBTI+ na CI no LT*i*

COMPARTILHE





07 March 2020

Produção científica LGBTI + na Ciência da Informação

Artigos, teses e dissertações

TESES

01. PINHO, Fábio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.
 Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103379>

DISSERTAÇÕES

01. SILVA, Laelson Felipe da. **Práticas informacionais**: LGBTQI+ e empoderamento no espaço LGBT. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.
 Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16342>

02. RIGHETTO, Guilherme Goulart. **Competência em informação de minorias sociais**: pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
 Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186804>

Fonte: <https://lti.pro.br/posts/visualizar/acoes-mediadoras/producao-cientifica-lgbti-na-ciencia-da-informacao>. Acesso em: 08 mar. 2020.

Gradativamente incluiremos outras informações alinhadas aos Estados, como os serviços e ações desenvolvidas, campanhas informativas, legislação local, etc.

Contemplará como público-alvo a população LGBTI+ e também os pesquisadores da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação interessados na temática. A ação será conduzida pelo pesquisador, com o apoio da equipe do LTI, coordenados pela Profa. Dra. Isa Maria Freire, que atualizarão recorrentemente as informações postadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. (Paulo Freire)

Esta pesquisa teve como objetivo descrever o regime de informação emergente das políticas públicas voltadas para a população LGBTI+ no Brasil. Para isso, seguimos o método indiciário como abordagem metodológica que nos guiou na identificação e coleta de evidências, desvendando a realidade de nosso campo de investigação através de levantamento bibliográfico/documental e do brauseio, a navegação e coleta de indícios em *sites* da Internet. Dessa forma, alcançamos nosso primeiro objetivo específico, o mapeamento do quadro administrativo das políticas públicas para a população LGBTI+ no Brasil, no âmbito dos poderes executivos federal e estaduais. O mapeamento das políticas públicas LGBTI+ revelou que 22 estados possuem em sua estrutura administrativa um órgão responsável por desenvolver e implementar políticas e ações para a população LGBTI+ e outros cinco estados não possuem esse setor vinculado a alguma secretaria. O brauseio nos portais dos governos indicou também que são necessários alguns avanços no sentido de disseminar informações, como os serviços ofertados, as ações desenvolvidas, a legislação local, os atores sociais parceiros etc.

No panorama do Governo Federal, o Brasil possui a Diretoria de Promoção dos Direitos LGBTI+, vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Contudo, diante do atual governo, a Diretoria tem descontinuado as políticas públicas e ações que vinham sendo desenvolvidas, impondo um silenciamento à população LGBTI+ no regime de informação emergente. Realmente, o atual desafio é transformar as políticas LGBTI+ em políticas de Estado, fundamentadas em um referencial legal sólido, um conjunto de dispositivos que possa resistir aos ataques e silenciamentos que governos conservadores podem querer impor à abordagem dessa problemática.

O referencial teórico fundamentou-se na compreensão sobre políticas públicas, políticas de informação, regime de informação, gênero e diversidade sexual. Entendemos as políticas públicas como ações do Estado voltadas para a redução de desigualdades, impactando nas relações de poder e práticas econômicas, sociais,

culturais, científicas e tecnológicas de todos os grupos que formam a sociedade. E as políticas de informação surgem para estabelecer valores políticos, ações, regras, objetivos e metas específicos e inerentes ao respectivo regime de informação a que pertencem, regulando e equilibrando forças entre os interesses da sociedade, da comunidade ou grupo social, do Estado e do mercado.

Compreendemos o conceito de gênero, que ultrapassa a diferenciação biológica entre ser homem e ser mulher, perpassando a socialização, a cultura, o contexto histórico, a sexualidade e se apresentando como uma categoria de análise que ajuda no entendimento de uma sociedade permeada por relações de poder. Dessa forma, os estudos sobre gênero, diversidade sexual e pessoas LGBTI+ tornam-se temas relevantes para a CI, considerando a informação é um elemento-chave para a inclusão, conscientização, cidadania e qualidade de vida dos cidadãos. A falta de informação ou a disseminação de informações errôneas favorece a ignorância, o preconceito e a discriminação, criando um cenário de todo tipo violências.

Como atrator principal em nossa rede conceitual, apreendemos sobre a temática do regime de informação, enquanto campo de conflito e negociação entre múltiplas forças que administram o poder informacional. Conforme nosso segundo objetivo específico, propomos uma reconfiguração do modelo do regime de informação, utilizando os elementos propostos por Delaia (2008) em seu modelo original, relacionando o contexto enquanto novo elemento e destacando as relações desenvolvidas na ambiência do regime (Figura 8).

Esperamos que nossa proposta de modelo do regime de informação possa servir como recurso metodológico e analítico para novos estudos que buscam compreender os fluxos informacionais em determinados contextos, bem como as relações existentes diante de uma pluralidade de atores, dispositivos, artefatos e ações de informação.

Passamos então para o delineamento do regime de informação das políticas públicas LGBTI+, nosso terceiro objetivo específico. Estabelecendo relações entre o referencial teórico e os dados coletados e aplicando nossa proposta de um novo modelo, identificamos os elementos que compõem o regime de informação de nosso campo de pesquisa: seus contextos, os atores sociais, os dispositivos de informação, os artefatos de informação e as ações de informação.

Por fim, seguindo nosso quarto objetivo específico, propomos uma ação de informação para nosso campo de pesquisa, que contemple a disseminação das

informações coletadas e analisadas, com a criação do menu LGBTI+ no Portal LT*i*. Esses resultados alcançados pelo desenvolvimento da pesquisa, através do brauseio, o levantamento bibliográfico/documental, o mapeamento das políticas públicas LGBTI+ e a elaboração do regime de informação do campo da pesquisa, atestam que todos os objetivos específicos da pesquisa foram alcançados.

Confirmamos assim nossa hipótese de que as políticas públicas voltadas para a população LGBTI+ no Brasil se desenvolvem a partir de um regime de informação emergente, que se revela um espaço de luta e poder entre a agenda de demandas de políticas públicas LGBTI+, o poder público e um contra movimento conservador. Trata-se de um ambiente influenciado por diversos contextos, regulado por dispositivos moderadores, com a interação de diversos atores sociais no processo de produção, organização e disponibilização de artefatos de informação e o desenvolvimento de ações de informação.

Diante disso, é possível extrair algumas reflexões conclusivas. Nosso quadro teórico-empírico, expõe a Ciência da Informação como uma área que vem cumprindo sua responsabilidade social, relacionando conceitos como o regime de informação que nos permitem observar e analisar as políticas públicas, além de espaços e grupos sociais específicos, como a população LGBTI+, a partir de seus contextos, atores, dispositivos e artefatos de informação. O delineamento do regime de informação, é a gênese para o estabelecimento de políticas públicas de informação para a população LGBTI+. Como indicado, o estabelecimento de uma política de informação é um processo complexo, permeado de relações de poder e dominação. A política de informação pautará as atividades a serem realizadas diante dos fluxos de informação, norteando o curso das ações e indicando as estratégias que serão adotadas, processos que necessitam de um esforço conjunto e coordenado na estrutura administrativa pública. É necessário mobilizar todos os atores sociais, dispositivos e artefatos de informação identificados, pois identificou-se que mesmo com o cenário propiciado pela LAI, as políticas de informação são inexistentes.

Destaca-se a necessidade, a partir do regime de informação delineado, de aperfeiçoar o fluxo informacional, focando na formulação políticas de informação para a produção de conteúdo, desenvolvimento de acervos, coleções serviços e produtos de informação, meios de acesso e disseminação de informações, distribuição de tecnologias e criação de redes, de forma a promover sustentação informacional no campo em voga, com segurança e qualidade, independente dos interesses do grupo

social dominante. Os profissionais da área da Ciência da Informação podem contribuir nas etapas desse processo, com sua formação técnica voltada para a gestão e mediação da informação.

Notamos que o Estado se utiliza das políticas públicas, inclusive suas ações de informação, como instrumento de poder, alterando estruturas, recursos, normas, instituições etc. Assim como os anos de avanços e o estabelecimento de uma Coordenação Nacional de Políticas Públicas LGBTI+ propiciou o cenário social, cultural, financeiro e simbólico para o surgimento de coordenadorias de políticas LGBTI+ estaduais e municipais, o desmonte e a ausência de ações nacionais pode alterar o cenário em todo território, reconfigurando as forças no regime de informação. Aponta-se a necessidade de aproximar as políticas de informação da realidade das políticas públicas, e também de transformar as políticas LGBTI+ em políticas de Estado, com um referencial legal e cultural sólido, que não fiquem a mercê dos ataques e silenciamentos de eventuais governantes conservadores.

O desenvolvimento da tese trouxe grandes reflexões e transformações para os pesquisadores envolvidos, com grande contribuição do PPGCI UFPB para uma área em construção na Ciência da Informação, passível de mais contribuições pois o debate não se esgota aqui. Temos notado o interesse cada vez maior da Ciência da Informação pelos estudos sobre gênero, diversidade sexual e pessoas LGBTI+, revelada no crescimento da produção científica sobre temas relacionados ao paradigma social da informação.

A pesquisa permitiu discutir o modelo do regime de informação, enquanto instrumento metodológico de delineamento do campo da pesquisa, abrindo espaço para a experimentação de um novo modelo, que contribuirá para novas pesquisas sobre a temática.

Reconhecemos também que algumas escolhas metodológicas, mesmo tendo permitido cumprir nossos objetivos, impuseram algumas limitações no alcance da compreensão de nosso fenômeno, como por exemplo o uso único do brauseio na coleta de dados para o mapeamento. Visitar, observar ou mesmo entrevistar as 27 unidades administrativas e a Diretoria LGBTI+ do Governo Federal seria um empenho hercúleo, mas que poderiam fornecer ainda mais detalhes do regime de informação das políticas públicas LGBTI+ brasileiras. Contudo, quando o brauseio mostrou-se ineficiente, por falta de informações nos *sites* institucionais, buscávamos contato por *e-mail* ou mesmo telefone, visando coletar os dados necessários.

Destarte, o menu LGBTI+ é um produto da tese, que ficará disponível no *LTi*, enquanto ação de informação para a comunidade científica da Ciência da Informação, além de gestores públicos, a própria população LGBTI+ e a sociedade como um todo.

Novas pesquisas devem ser estimuladas, por exemplo, avançando e aprofundando a contribuição das políticas de informação nas políticas públicas, na construção de modelos formais de políticas de informação, na compreensão do grupo social LGBTI+, seus contextos, atores sociais envolvidos e suas práticas informacionais e sobre o impacto da informação como vetor para inclusão, protagonismo, construção da cidadania e redução de desigualdades, rompendo com a homofobia, com a visão dominante de gênero, com o machismo e promovendo a diversidade em todas as esferas da sociedade, inclusive na própria Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Informação em ciência tecnologia e inovação: configurações institucionais e mediações tecnológicas. *In*: BRAGA, Gilda Maria; PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro (Org.). **Desafios do impresso ao digital**: questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília: IBICT: UNESCO, 2009.

ALBAGLI, Sarita. Novos espaços de regulação na era da informação e do conhecimento. *In*: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Cap. 11, p. 290-313.

ANAYA MUÑOZ, Alejandro. Regimes internacionais de direitos humanos: uma matriz para sua análise e classificação. **Revista SUR**, São Paulo, v. 14, n. 25, p. 171-188, 2017.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 26-37, jan./jun. 2010

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Por uma ciência formativa e indiciária: proposta epistemológica para a Ciência da Informação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 11, n. esp., jan./jun. 2006.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramaZero**, v. 2, n. 5, p. 1-9, out. 2001.

ARAÚJO, Vania Maria Rodrigues Hermes de. **Sistemas de recuperação da informação**: nova abordagem teórico conceitual. 1994. 240 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

AUN, Marta Pinheiro. Políticas públicas de informação e desenvolvimento. *In*: PAIM, I. (Org.). **A gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. v. 1, p. 55-90.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70, 1979.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Políticas nacionais de informação: discurso ou ação. **DataGramaZero**, v. 4. n. 2, abr. 2009.

BASE DE DADOS REFERENCIAL DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Sobre**. 2016. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/>. Acesso em: 1 ago. 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BENTES PINTO, Virgínia; CAVALCANTE, Lúdia Eugênia. Pesquisa bibliográfica e documental: o fazer científico em construção. *In*: BENTES PINTO, Virgínia;

VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; CAVALCANTE, Lídia Eugênia (Org.). **Aplicabilidades metodológicas em Ciência da Informação**. Fortaleza: UFC, 2015. p. 15-34.

BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria?: estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Florestan**, São Carlos, ano 1, n. 2, p. 46-66, 2014.

BEZERRA, Emy Pôrto *et al.* Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, maio/ago. 2016.

BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n.1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k---artigo-01.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRAMAN, Sandra. **Change of state**: information, policy, and power. Cambridge, MA: MIT Press, 2009a.

BRAMAN, Sandra. **Information policy and the information regime**: critical review of analytical frameworks and concepts. Rio de Janeiro: IBICT, UFRJ, ICICT/Fiocruz, 2009b.

BRAMAN, Sandra. Defining information policy. **Journal of Information Policy**, Harrisburg, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2011.

BRAMAN, Sandra. Horizons of the state: information policy and power. **Journal of Communication**, New York, v. 45, n. 4, p. 4-24, 1995.

BRAMAN, Sandra. Defining information. **Telecommunications Policy**, Tokyo, v. 13, p. 233-242, 1989.

BRAMAN, Sandra. **The emergent global information policy regime**. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-38.

BRANCO, Maria Alice Fernandes. **Política nacional de informação em saúde no Brasil**: um olhar alternativo. 2001. Tese (Doutorado em Medicina Social) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos I**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/i-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-1996.html>. Acesso em: 03 ago. 2019.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos II**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/ii-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-2002.html>. Acesso em: 03 ago. 2019.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Acesso à informação pública**: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília, 2011.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos III**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/NHRA/ProgrammaNacionalDireitosHumanos2010.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Texto-Base da II Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Curso Gênero e Diversidade na Escola**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Portaria nº 202, de 10 de maio de 2018**. Institui o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/lgbt/portaria-no-202-2018-institui-o-pacto-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-lgbtfobica/view>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRYMAN, Alan. **Social research methods**. New York: Oxford Univeristy Press, 2008. p. 365-399.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, dez. 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARRARA, Sergio. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. *In*: CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS. **Gênero e diversidade na escola**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CARVALHO, A. A. **Conformação de um regime de informação**: a experiência do Arranjo Produtivo Local de Eletrônica de Santa Rita do Sapucaí - Minas Gerais. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra *et al.* A Teoria Ator-Rede como referencial teórico-metodológico em pesquisas em Saúde e Enfermagem. **Texto & Contexto: Enfermagem**, v. 26, n. 4, nov. 2017.

CEARÁ. **Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e Promoção dos Direitos Humanos LGBTI+ do Ceará**. Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/142893611/doesce-10-04-2017-pg-6>. Acesso em: 19 dez. 2019.

CRONIN, Blaise. The sociological turn in information science. **Journal of Information Science**, v. 34, p. 465-475, 2008.

DALBERIO, Osvaldo; DALBERIO, Maria Célia Borges. **Metodologia científica: desafios e caminhos**. São Paulo: Paulus, 2009.

DELAIA, Cláudia Regina. **Subsídios para uma política de gestão da informação na EMBRAPA Solos, Rio de Janeiro**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2008.

DELAIA, Cláudia Regina; FREIRE, Isa Maria. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 107-130, set./dez. 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DEUBEL, Roth; NOEL, André. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación**. Bogotá: Aurora, 2012.

DICIONÁRIO grego-português. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

DICIONÁRIO de latim-português. 3. ed. Porto: Porto Editorial, 2008.

EISENCHITZ, T. **Information transfer policy**. London: Library Association, 1993.

ESPÍNDOLA, Carolina Bonoto. Cidadania na sociedade em rede: o ciberativismo e o combate à LGBTfobia. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 3. 2015, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2015.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACHIN, Luiz Edson. Aspectos jurídicos da união de pessoas do mesmo sexo. *In*: BARRETO, Vicente (Org.). **A nova família: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2005.

FRANCO, Angela Halen Claro; CARVALHO, Angela Maria Grossi; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Políticas públicas de informação e inteligência coletiva: os desafios e as possibilidades para a democratização da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 1, p. 67-82, jan./mar. 2019.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso á informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 195-207, set./dez. 2008.

FREIRE, Isa Maria. Refletindo sobre ações de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 78-96, out./dez. 2016.

FREIRE, Isa Maria. Temática <responsabilidade social> na literatura da Ciência da Informação indexada pela BRAPCI. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANCIB, 2013a.

FREIRE, Isa Maria. Sobre o regime de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 70-86, jan./jun. 2013b.

FREIRE, Isa Maria. Categorização das ações de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANCIB, 2012.

FREIRE, Isa Maria. A responsabilidade social da Ciência da Informação na perspectiva da consciência possível. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, fev. 2004. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/229>. Acesso em: 31 out. 2018.

FREIRE, Isa Maria. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um encontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Juliana Lazzarotto Freitas; BUFREM, Leilah Santiago Bufrem. As políticas públicas de informação expressas na produção científica brasileira em Ciência da

Informação. *In*: ENCONTRO EDICIC, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: EDICIC, 2016.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; GOMEZ DE LARA, Marilda. (Org.) **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação**. Marília: Cultura Acadêmica, 2008.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta. [**Anais...**] Edmonton, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory?auto=download. Acesso em: 5 dez. 2019.

FROHMANN, Bernd. The public, material and social aspects of information in the contemporaneity. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: ANCIB, 2006.

FROHMANN, Bernd. The social and discursive construction of new information technologies. *In*: INTERNATIONALES SYMPOSIUM FÜR INFORMATIONSWISSENSCHAFT, 4., nov. 1994, Graz, Austria. Disponível em: <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmnn/wired.htm>. Acesso em: 15 dez. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. *In*: MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. (Org.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 183-210.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Políticas e regimes de informação: perspectivas. *In*: GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças (Org.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 321-351.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Desafios contemporâneos da ciência da informação: as questões éticas da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 2009. p. 106-126.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 55-67, jan./abr. 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero**, v. 1, n. 6, dez. 2000.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Política e gestão da informação: novos rumos [editorial]. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, maio/ago. 1999a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 67-93, abr. 1999b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999c. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_6d5abbf137_0008552.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; CHICANEL, Marize. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. p. 1-14.

HEILBORN, M. L. De que gênero estamos falando? **Sexualidade, gênero e sociedade**, ano 1, n. 2, 1994.

HERNON, P.; RELYEA, H. C. Information Policy. *In: DRAKE, M. A (Ed.). Encyclopedia of Library and Information Science*. 2. ed. New York: Marcel Dekker, 2003. v. 2. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=GBICVdZOT6IC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q=%20Information%20policy%2C&f=false. Acesso em: 19 ago. 2019.

HINE, Cristine. **Etnografía virtual**. Barcelona: UOC, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva; Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2009.

JAPIASSU, Hilton; SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. **Dicionário básico de Filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, 2009.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília: [s.n.], 2012.

KERR PINHEIRO, Marta Macedo. Políticas de Informação e estado informacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 2009.

KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93-110, jun. 2012

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP; 2000.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro *et al.* Regime de informação e esfera pública em arranjos produtivos locais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 2009.

LIMA, Gláucio Barreto; SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos. Presença da temática LGBT nos catálogos de bibliotecas das IFES no Ceará. *In*: PAINEL BIBLIOTECONOMIA EM SANTA CATARINA, 36., 2018, Florianópolis. [**Anais...**]. Florianópolis: ACB, 2018.

LIMA, João Alberto de Oliveira. Pesquisa-ação em Ciência da Informação. *In*: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 63-82.

LOURENÇO, Briggida Azevedo; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Construindo um mapa das políticas públicas para gestão e acesso à informação em comunidades carentes. **Biblionline**, João Pessoa, v. 4, n. 1, 2008.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAGNANI, Maria Cristina Brasil; KERR PINHEIRO, Marta Macedo. "Regime" e "Informação": a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 593-610, set. 2011.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 289-312, maio/ago. 2012.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, v. 39, p. 403-429, jul./dez. 2012.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 8-13, jan./fev. 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: _____. **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2004.

NEVES, B. C. Políticas de informação, as tecnologias de informação e comunicação no âmbito da sociedade da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 1, 2010.

NEVES, Barbara Coelho; AGUIAR, Niliane Cunha. Políticas públicas de informação e bibliotecas escolares: panorama brasileiro. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 3, p. 73-86, set./dez. 2017

NHARRELUGA, Rafael Simone. O governo eletrônico como uma política pública de informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 147-157, ago. 2009.

OLINTO, Gilda. Indicadores de recursos humanos em Ciência & Tecnologia e diferenças de gênero: persistência ao longo do tempo. *In*: HAYASHI, Maria Cristina

Piumbato Innocentini (Org.). **Bibliometria e cientometria**: reflexões teóricas e interfaces. São Carlos: Pedro & João, 2013. p. 149-160.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Growing in confidence**: programming for adolescent health and development: lessons from eight countries. [S. l.]: Department of Child and Adolescent Health and Development, 2002.

PAINEL INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO. **Princípios de Yogyakarta**. Yogyakarta, 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. **Plano Estadual de Políticas Públicas para promoção e defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) do Paraná**. Curitiba, 2013.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 115-137, jan./jun. 2016.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. **Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

PETRY, Analídia Rodolfo; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, jan./jul. 2011.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul/dez. 2008.

PRÁ, Jussara Reis. **Políticas para a Mulher**: Relatório da Gestão 1999/2002 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher. Brasília, 2002.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manuel de recherche en Sciences Sociales**. Paris: Dunod, 1995.

REIS, T. (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018.

ROMEIRO, Nathália Lima; MARTINS, Carlos Wellington, SANTOS, Bruno Almeida. **Do invisível ao visível**: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019.

ROWLANDS, I. *et al.* Frame analysis as a tool for understanding information policy. **Journal of Information Science**, v. 1, n. 28, p. 31-38, 2002.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. *In*: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. I. (Org.). **O estudo da política**. Brasília: Paralelo, 2001. p. 231-260.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 183-215.

SANTOS, Bruno Almeida dos. **Centros de referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação**: um estudo na cidade de São Paulo. 128 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; TARGINO, Maria das Graças; FREIRE, Isa Maria. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n.1, p. 114-135, 2017.

SANTOS, Boavantura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 11. ed. Porto: Afrontamento, 1999.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origens, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARAIVA, F. R. dos Santos. **Novíssimo dicionário latino-português**: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc. 12. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 05-22, 1990a.

SCOTT, Joan. **A matter of record**: documentary sources in social research. Cambridge: Cambridge Polity, 1990b.

SCOTT, Joan. **La citoyenne paradoxale**: les féministes françaises et les droits de l'homme. Paris: Albin Michel, 1998.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SERAFIM, Lucas Almeida; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Ação de responsabilidade social para competências em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 155-173, jul./set. 2012.

SICILIANO, Mell; SOUZA, Cleiton da Mota de; METH, Clara de Mello e Souza. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144-165, maio/ago. 2017.

SILVA, Edilene Maria. **O Pacto Pela Vida no Estado de Pernambuco**: informação, política e poder. 229 f. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SILVA, Edilene Maria. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias**. 116 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SILVA, Shirlene Linny da. **Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão**: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Terezinha Elisabeth da; TOMÁEL, Maria Inês. Política de informação: tendências internacionais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 2009.

SILVA, Márcio Bezerra da; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Análise sobre políticas de informação: perspectivas do regime de informação no âmbito da inclusão digital ante os livros Verde e Branco. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 155-168, maio/ago. 2018.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do homossexual ao movimento LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TAKAHACHI, Tadao (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TODXS. TODXS app. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.todxs.org/app/>. Acesso em 02 fev. 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNGER, Roberto José Gervásio. **Regimes de informação na sociedade da informação**: uma contribuição para a gestão da informação. 2006. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2006.

UNGER, Roberto José Gervásio; FREIRE, Isa Maria. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 87-114, jan/jun. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Linhas de pesquisa**. João Pessoa, 2018. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/ppgci>. Acesso em: 15 jul. 2018.

WALSH, John. Librarians and controlling disinformation: is multi-literacy instruction the answer? **Library Review**, v. 59, n. 7, p. 498-511, 2010.

WEINGARTEN, F. W. Federal information policy development: the congressional perspective. *In*: MCCLURE, C.; HERNON, P.; RELYEA, H. (Ed.). **United States Government Information Policies: views and perspectives**. Norwood: Ablex, 1989. p. 225-253.

WEISZFLOG, Walter. **Michaelis**: moderno dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, 1993.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, 1975.